



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LARISSA PARAVENTI

**PARENTALIDADE: PROPOSIÇÃO DE MODELO TEÓRICO E ESTUDO DAS
PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO MULTIDIMENSIONAL DA
PARENTALIDADE**

Florianópolis
2022

Larissa Paraventi

**PARENTALIDADE: PROPOSIÇÃO DE MODELO TEÓRICO E ESTUDO DAS
PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO MULTIDIMENSIONAL DA
PARENTALIDADE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Psicologia.

Orientador: Prof. Mauro Luís Vieira, Dr.
Coorientadora: Prof^ª Carolina Duarte de Souza,
Dr.(a)

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paraventi, Larissa

PARENTALIDADE: PROPOSIÇÃO DE MODELO TEÓRICO E ESTUDO DAS
PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO MULTIDIMENSIONAL
DA PARENTALIDADE / Larissa Paraventi ; orientador, Mauro
Luís Vieira, coorientadora, Carolina Duarte de Souza, 2022.
148 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Parentalidade. 3. Desenvolvimento
infantil. 4. Modelo Teórico. 5. Propriedades psicométricas.
I. Vieira, Mauro Luís. II. Souza, Carolina Duarte de. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. IV. Título.

Larissa Paraventi

**Parentalidade: proposição de modelo teórico e estudo das propriedades
psicométricas do inventário multidimensional da parentalidade**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 07 de novembro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Carina Nunes Bossardi, Dr.^a
Universidade do Vale do Itajaí

Prof.^a Clarisse Pereira Mosmann, Dr.^a
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Roberto Moraes Cruz, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Mauro Luís Vieira, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

Dedico esta Tese à minha mãe, ao meu pai, meu irmão, minha avó e ao
Rafa que construíram relacionamentos de desenvolvimento comigo ao longo de
todos esses anos

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Rafa, meu companheiro de vida, de ação e de emoção. Obrigada por compartilhar este processo comigo e me apoiar incondicionalmente, todos os dias, todas as horas, com muita paciência, leveza e boas risadas sempre! À minha mãe, meu pai, meu irmão e à Andi que mesmo de longe impulsionam minha vida de uma maneira única, sempre me incentivando a perseverar diante de qualquer situação e acreditando no meu melhor. Amo vocês!

Obrigada Carol, amiga e coorientadora, que esteve presente do início ao fim desta tese como d'ade primária, são incontáveis os efeitos de competência que essa relação gerou. Palavras não expressam tudo que passamos para chegar até aqui. Obrigada pelos questionamentos, reflexões, desafios teóricos, metodológicos e analíticos, e pela revisão do texto. Meu sincero Muito Obrigada até o último segundo. E ao Erik agradeço as palavras sempre rebuscadas que me tiram da zona de conforto e agregam conhecimentos a cada troca. Obrigada por toda ajuda nas análises. E ao Gu agradeço as inúmeras vezes pela paciência e autorregulação para entender que eu precisava da mamãe e do papai para trabalhar. Agora, enfim, podemos brincar e passear!

Agradeço à minha família e amigos que mais uma vez foram fonte de suporte independentemente de onde, quando e o quê, bastava um segundo para me trazerem segurança e afeto. Dé, Dan e Murilo; Bru e Vic; Laura e Conceição; Bia e Má; Nati, Gelson, Vivi, Andy; Obrigada por tanto, sempre! Aos colegas e alunos da Univali que seguraram junto comigo as pontas nesta reta final e que me mostram todos os dias o valor que um doutorado pode ter!

Aos colegas do Nepedi que compartilharam desta jornada longa e por muitas vezes turbulenta, mas podemos dizer com muito orgulho que conseguimos vencer os muitos desafios que apareceram no caminho. Tati, obrigada pelos chimas e inúmeras risadas que demos juntas; Bia! Não caberiam aqui todas as palavras que tenho para te agradecer. Muito obrigada de coração!

Agradeço aos professores pelos ensinamentos e pelas trocas realizadas que hoje são base dessa trajetória acadêmica. Sou grata à Prof^{fa} Dr^a Cida pelas inúmeras reflexões desde a graduação que permanecem em pensamento e guiam meus passos até hoje. Obrigada Prof^{fa} Dr^a Carina e Prof Dr Roberto por terem colaborado diretamente com esse trabalho nas bancas de qualificação, com apontamentos que

contribuíram para aperfeiçoar essa tese, e por comporem a banca para o seu fechamento. Agradeço à Prof^a Clarisse que sempre gentil e compreensiva aceitou compor a banca de defesa, suas contribuições são sempre muito bem vindas.

E por fim, meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Mauro que contribuiu para que este doutorado acontecesse como uma experiência de vida que eu gostaria que qualquer aluno pudesse ter. Agradeço por seres um exemplo de profissional e de professor que age como propulsor do desenvolvimento!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Dessa forma, aproveito para agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e CAPES pelo fomento destinado a esta produção científica.

RESUMO

A parentalidade é um fenômeno complexo, multidimensional e multideterminado. Pode ser entendida como um processo relacional por interações recíprocas entre a figura parental e a criança em desenvolvimento. Partindo de perspectivas do desenvolvimento humano da bioecologia e do modelo transacional, e dos fatores de risco e proteção, compreende-se que esse processo se expressa por meio de comportamentos como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos, responsividade às dificuldades, coerção e inconsistência. Esse processo varia conforme as características dos integrantes da díade em suas relações estabelecidas com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo. Sendo comum a pais e mães, embora possam ser apresentadas especificidades na forma como se manifesta em cada um, o que por sua vez, pode ter implicações e efeitos diversos no comportamento da criança. A partir desta tese se desenvolveu um modelo teórico da parentalidade e investigou as evidências de validade e precisão do Inventário Multidimensional da Parentalidade (IMP). Para tanto, foram desenvolvidos três estudos: Estudo 1 – Foi realizado um estudo documental envolvendo a compreensão histórica dos aspectos teóricos e empíricos da parentalidade que levou ao desenvolvimento do modelo relacional da parentalidade, pautado no Construcionismo Social e nas Teorias Unificada e Bioecológica do Desenvolvimento Humano; Estudo 2 – Foi realizada uma revisão sistemática da literatura dos estudos com evidências de validade e precisão das medidas de parentalidade para pais e mães com filhos entre 3 e 12 anos, cuja análise de 12 medidas e 42 estudos indicou a necessidade de melhoria na qualidade metodológica dos estudos de construção e validação de medidas da parentalidade, e validações adicionais das medidas para aprimorar suas propriedades psicométricas; Estudo 3 - Construção da versão atualizada do IDP e busca por evidências de validade e precisão. Neste estudo foi realizada a atualização dos itens do IDP e verificada sua validade de conteúdo por meio de análises de juízes e semântica, resultante em 78 itens. A fim de buscar evidências de validade de construto, critério e precisão, aplicou-se a versão atualizada do IDP em 671 pais e mães com filhos entre 3 e 11 anos, residentes no território brasileiro. Por meio de análise fatorial confirmatória o modelo de sete fatores e 57 itens se mostrou mais adequado, ancorado no Modelo Relacional da Parentalidade, resultando na proposição do Inventário Multidimensional da Parentalidade (IMP). A estrutura do IMP se mostrou invariável entre pais e mães. Testou-se também duas versões alternativas - breve com 35 itens e muito breve com 21 itens – que também se mostraram favoráveis. Análise convergente indicou que o IMP está associado a fenômenos reconhecidos na literatura da parentalidade como saúde mental positiva da figura parental, coparentalidade, apoio social percebido pela figura parental, lembranças parentais de práticas de criação, problemas de comportamento externalizantes e internalizantes da criança, e comportamento pró-social da criança. Assim, o IMP apresentou evidências favoráveis de validade de conteúdo, construto, critério e precisão. A presente pesquisa, propõe a compreensão da parentalidade a partir da proposição de modelo teórico e de evidências de validade para o IMP conferindo-lhe um caráter de inovação. A operacionalização do conceito e do construto, a indicação das especificidades das dimensões, e a investigação da parentalidade como um construto que pode ser medido por meio das mesmas dimensões para mães e pais denota também sua originalidade.

Palavras-chave: Parentalidade. Desenvolvimento infantil. Modelo Teórico. Propriedades psicométricas. Validade.

ABSTRACT

Resumo Parenting is a complex, multidimensional and multidetermined phenomenon. It can be understood as a relational process for the reciprocal acquisition between the parental figure and the developing child. It starts from the perspectives of human development of bioecology and the transactional model, and from the risk and protection factors, it understands that this process is expressed through adjustments such as warmth, co-regulation, guarantee of basic care, responsiveness to difficulties, coercion, and inconsistency. This process varies according to the characteristics of the members of the dyad in their continuity with the different contextual levels of time. Being a father and mother, although it can be common in several specific manifestations, which in turn can have effects and effects on the child's behavior. Based on this thesis, a theoretical model of parenting was developed and the validity and accuracy of the Multidimensional Parenting Inventory (MPI) were investigated. To this end, three studies were developed: Study 1 – It was a study related to the historical understanding of theoretical documents and developed for the development of the parenting model, based on Social Constructionism and on Unified and Bioec Theories of Human Development; Study 2 – A systematic review of the literature of studies was carried out with proof of validity and accuracy of age measures for fathers and mothers with children between 3 and 12 years old, whose analysis of 12 measures and 42 studies indicated the need for improvement in methodological quality studies of construction and validation of measures of parenting, and additional validations of measures to improve their psychometrics; Study 3 - Construction of the updated version of the IDP and search for evidence of validity and accuracy. In this study, the IDP items were updated and their content validity was verified through expert and semantic analyses, resulting in 78 items. The updated version of the IDP was applied, in order to search for validity evidence based on internal structure, criteria and precision in 671 fathers and mothers with children between 3 and 11 years old, residing in Brazilian territory. Through confirmatory factor analysis, the model with seven factors and 57 items proved to be more adequate, anchored in the Relational Model of Parenting, resulting in the proposition of the Multidimensional Inventory of Parenting (IMP). The structure of the IMP proved to be invariant between fathers and mothers. Two alternative versions were also tested - brief with 35 items and very brief with 21 items - which were also favorable. Convergent analysis indicated that IMP is associated with phenomena recognized in the parenting literature such as positive mental health of the parental figure, coparenting, perceived social support by the parental figure, parental memories of parenting practices, child externalizing and internalizing behavior problems, and child behavior. child's pro-social Thus, the IMP presented favorable evidence of content, construct, criterion, and precision validity. The present research proposes the understanding of parenting from the proposition of a theoretical model and evidence of validity for the IMP, giving it an innovative character. The operationalization of the concept and the construct, the indication of the specificities of the dimensions, and the investigation of parenting as a construct that can be measured through the same dimensions for mothers and fathers also denotes its originality.

Keywords: Parenting. Child development. Theoretical model. Psychometric properties. Validation.

RESUMEN

La parentalidad es un fenómeno complejo, multidimensional y multideterminado. Puede entenderse como un proceso relacional a través de interacciones recíprocas entre la figura parental y el niño en desarrollo. A partir de perspectivas de desarrollo humano desde la bioecología y el modelo transaccional, y desde los factores de riesgo y protección, se entiende que este proceso se expresa a través de conductas como la confirmación cordial, la correulación, la garantía de los cuidados básicos, la capacidad de respuesta a las dificultades, la coerción, y la inconsecuencia. Este proceso varía según las características de los miembros de la díada en sus relaciones establecidas con los diferentes niveles contextuales a lo largo del tiempo. Siendo común a padres y madres, aunque se pueden presentar especificidades en la forma en que se manifiesta en cada uno, lo que a su vez puede tener distintas implicaciones y efectos en la conducta del niño. Con base en esta tesis, se desarrolló un modelo teórico de parentalidad y se investigó la validez y precisión del Inventario Multidimensional de Parentalidad (IMP). Para ello, se desarrollaron tres estudios: Estudio 1 – Se realizó un estudio documental que involucró la comprensión histórica de los aspectos teóricos y empíricos de la parentalidad que llevaron al desarrollo del modelo relacional de parentalidad, basado en el Construccionalismo Social y el Unificado y Teorías Bioecológicas del Desarrollo Humano; Estudio 2 – Se realizó una revisión sistemática de la literatura de estudios con evidencia de validez y precisión de las medidas de parentalidad para padres y madres con hijos de 3 a 12 años, cuyo análisis de 12 medidas y 42 estudios indicó la necesidad de mejorar la calidad metodológica estudios de construcción y validación de medidas de parentalidad, y validaciones adicionales de las medidas para mejorar sus propiedades psicométricas; Estudio 3 - Construcción de la versión actualizada del PDI y búsqueda de evidencias de validez y exactitud. En este estudio, se actualizaron los ítems del PDI y se verificó su validez de contenido a través del análisis de jueces y semántico, resultando en 78 ítems. Para buscar evidencias de validez de constructo, criterio, y precisión, se aplicó la versión actualizada del PDI a 671 padres y madres con hijos entre 3 y 11 años, residentes en el territorio brasileño. A través del análisis factorial confirmatorio, el modelo con siete factores y 57 ítems se mostró más adecuado, anclado en el Modelo Relacional de Parentalidad, resultando en la propuesta del Inventario Multidimensional de Parentalidad (IMP). La estructura del IMP fue invariable entre padres y madres. También se probaron dos versiones alternativas, breve con 35 ítems y muy breve con 21 ítems, que también resultaron favorables. El análisis convergente indicó que el IMP está asociado con fenómenos reconocidos en la literatura sobre parentalidad como la salud mental positiva de la figura parental, la coparentalidad, el apoyo social percibido por la figura parental, los recuerdos de los padres sobre las prácticas de parentalidad, los problemas de conducta externalizados e internalizados del niño, y conducta infantil prosocial. Así, el IMP presentó evidencias favorables de validez de contenido, constructo, criterio, y precisión. Esta investigación propone la comprensión de la parentalidad a partir de la proposición de un modelo teórico y evidencias de validez para el IMP, otorgándole un carácter innovador. La operacionalización del concepto y del constructo, la indicación de las especificidades de las dimensiones y la indagación de la parentalidad como un constructo que puede medirse a través de las mismas dimensiones para madres y padres también denota su originalidad.

Palabras-clave: Parentalidad. Desarrollo infantil. Modelo teórico. Propiedades psicométricas. Validación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 <i>Modelo de determinantes da parentalidade atualizado</i>	31
Figura 2 <i>Modelo Relacional da Parentalidade</i>	50
Figura 3 <i>Diagrama de seleção de artigos</i>	59
Figura 4 <i>Representação gráfica do modelo de 7 fatores e 57 itens do IMP</i>	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 <i>Descrição dos estudos selecionados</i>	61
Tabela 2 <i>Qualidade dos estudos analisados</i>	65
Tabela 3 <i>Qualidade psicométrica das medidas analisadas</i>	66
Tabela 4 <i>Medidas de Parentalidade analisadas para compor o Pool inicial de itens da versão atualizada do IDP</i>	74
Tabela 5 <i>Características descritivas da amostra geral (n=671)</i>	78
Tabela 6 <i>Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Longa</i>	86
Tabela 7 <i>Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Breve</i>	89
Tabela 8 <i>Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Muito Breve</i>	90
Tabela 9 <i>Estatística descritiva inventário multidimensional da parentalidade</i>	92
Tabela 10 <i>Teste da Invariância do IMP pelo gênero parental</i>	92
Tabela 11 <i>Coeficientes de Precisão do Inventário Multidimensional da Parentalidade</i>	93
Tabela 12 <i>Resultados descritivos e precisão das variáveis externas</i>	93
Tabela 13 <i>Correlação entre as dimensões do IMP - versão longa</i>	94
Tabela 14 <i>Correlação entre as dimensões do IMP - versão breve</i>	94
Tabela 15 <i>Correlação entre as dimensões do IMP - versão muito breve</i>	95
Tabela 16 <i>Correlações do IMP - versão longa com variáveis externas</i>	95
Tabela 17 <i>Correlações do IMP - versão breve com variáveis externas</i>	96
Tabela 18 <i>Correlações do IMP - versão muito breve com variáveis externas</i>	96

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	16
2	INTRODUÇÃO.....	18
2.1	OBJETIVOS	24
3	ESTUDO 1 - HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O ESTUDO DA PARENTALIDADE: MODELO RELACIONAL DA PARENTALIDADE.....	25
3.1	QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	26
3.1.1	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.....	26
3.1.2	Teoria Unificada Biopsicossocial do Desenvolvimento Humano.....	28
3.2	CONCEITO DE PARENTALIDADE	29
3.3	TEORIA DO APEGO E TEORIA DA RELAÇÃO DE ATIVAÇÃO.....	32
3.4	ENVOLVIMENTO/ENGAJAMENTO PARENTAL.....	35
3.5	ESTILOS PARENTAIS E PRÁTICAS PARENTAIS	38
3.6	MULTIDIMENSÕES DA PARENTALIDADE	42
3.7	MODELO RELACIONAL DA PARENTALIDADE	45
3.8	CONCLUSÕES	52
4	ESTUDO 2 – PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAR A PARENTALIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA.....	54
4.1	MÉTODO	57
4.2	ANÁLISE DE DADOS	60
4.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
4.4	CONCLUSÃO	67
5	ESTUDO 3 - INVENTÁRIO DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE: VALIDADE E PRECISÃO	68
5.1	PARTE 1: DESENVOLVIMENTO DO IDP E EVIDÊNCIAS BASEADAS NO CONTEÚDO.....	72
5.2	PARTE 2: PRECISÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DA ESTRUTURA INTERNA E DE CRITÉRIO	76
5.2.1	Participantes.....	77
5.2.2	Instrumentos	79
5.2.3	Procedimentos	81
5.2.4	Análise de dados.....	82
5.2.5	Resultados - Evidências Baseadas na Estrutura Interna	84
5.2.6	Resultados – Precisão.....	93

5.2.7	Resultados - Evidências de Validade Baseadas na Relação com Outras Variáveis.....	93
5.3	DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
6	DISCUSSÃO INTEGRADA E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	100
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	127
	APÊNDICE B – INVENTÁRIO DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE (IDP).....	130
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	135
	APÊNDICE D – VERSÕES LONGA, BREVE E MUITO BREVE DO IMP	142
	ANEXOS.....	148

1 APRESENTAÇÃO

Esta tese faz parte do processo da minha primeira década enquanto pesquisadora em Psicologia, cujo contexto de desenvolvimento foi o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI) durante a graduação, mestrado e doutorado em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O ponto de partida foram os quatro anos de iniciação científica, em que me foram apresentadas a importância do envolvimento paterno, as teorias que se propõem a explicá-lo e outras variáveis relacionadas à interação pai-criança. No mestrado, ampliei o olhar, investigando também as interações mãe-criança, o que resultou na proposta inicial de um instrumento de medida da parentalidade. No doutorado, estudos teóricos e metodológicos, discussões com outros pesquisadores, e a prática enquanto profissional da Psicologia junto aos pais, mães e crianças, contribuíram para o amadurecimento do conhecimento sobre parentalidade e conduziram à elaboração de um modelo teórico da parentalidade e à construção de um instrumento de medida com base neste modelo.

Os estudos realizados para compor esta tese fazem parte da pesquisa “Parentalidade e desenvolvimento socioemocional infantil II” conduzida pelo professor doutor Mauro Luís Vieira, coordenador do NEPeDI, na área de Saúde e Desenvolvimento Psicológico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC, cuja finalidade é investigar fenômenos como: parentalidade, coparentalidade, gatekeeping parental, apoio social, saúde mental, transmissão intergeracional das práticas parentais, comportamento da criança, temperamento infantil e habilidades sociais na infância. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC) e obteve aprovação para realização sob o protocolo nº 2.766.021 em 11 de julho de 2018. Diante da pandemia COVID-19, a coleta de dados foi adaptada para ser realizada online, assim a pesquisa guarda-chuva foi submetida novamente ao CEPSH/UFSC, obtendo aprovação sob parecer de nº 4.050.295 em 26 de maio de 2020.

A tese está organizada em função de três estudos redigidos em formato de artigo, em consonância com as orientações do PPGP-UFSC. Na introdução apresento as principais temáticas abordadas ao longo da tese: relações entre a parentalidade e o desenvolvimento infantil, teorias e modelos da parentalidade, instrumentos de medida da parentalidade, sob o enfoque das teorias do

Desenvolvimento Humano e Avaliação Psicológica. Ao final da introdução, destaco a justificativa para escolha dos temas investigados e os objetivos da tese.

Em seguida são apresentados os três estudos realizados. O primeiro estudo denominado “Histórico e perspectivas sobre o estudo da parentalidade: Modelo Relacional da Parentalidade” apresenta uma revisão dos aspectos teóricos e empíricos da parentalidade e a proposição do modelo relacional da parentalidade. O segundo estudo “Propriedades psicométricas de instrumentos para avaliar a parentalidade: revisão sistemática” descreve uma revisão sistemática da literatura que analisa as propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação da parentalidade disponíveis em portais de dados científicos.

No terceiro estudo intitulado “Inventário das dimensões da parentalidade: validade e precisão” o enfoque é a construção de um instrumento de medida com evidências de validade de conteúdo voltado à parentalidade de pais e mães de crianças com idades entre três e onze anos e explora as evidências de validade baseadas na estrutura interna e precisão, e as evidências de validade baseadas nas relações com outras variáveis desse instrumento de medida proposto.

Por fim, apresento uma discussão que integra os resultados obtidos nos estudos descritos e as conclusões finais da tese. Após, estão listadas as referências, apêndices e anexos utilizados nos estudos.

2 INTRODUÇÃO

A partir de uma perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1989) pode-se compreender que o desenvolvimento de cada criança ocorre por uma sequência de mudanças e continuidades nas características biopsicológicas da criança ao longo da infância, coativadas nas interações recíprocas, principalmente, com as figuras parentais e os contextos com que se relaciona em uma determinada cultura, tempo histórico e entre sucessivas gerações. Há décadas a ciência do desenvolvimento tem demonstrado que a díade figura parental-criança fundamenta o desenvolvimento infantil, em particular a parentalidade. O microsistema familiar caracteriza-se por ser o primeiro e mais importante contexto de interações significativas (Bronfenbrenner & Morris, 2006), no qual as figuras parentais desempenham atividades e comportamentos quando engajados na criação dos filhos, ou seja, exercem a parentalidade (Cabrera & Volling, 2019).

A parentalidade é um dos fatores que exerce maior influência nos diversos domínios do desenvolvimento infantil – físico, cognitivo, social, psicológico – por isso seu lugar bem estabelecido nas pesquisas em Psicologia (Ong et al., 2018; Parent et al., 2017; Zarra-Nezhad et al., 2014). As atividades e comportamentos exercidos pelos pais direcionados à criança podem funcionar como fatores de propulsão ou inibição do desenvolvimento infantil (Ong et al., 2018; Reitz et al., 2006). Os resultados de pesquisas empíricas indicam que uma parentalidade exercida por meio de comportamentos considerados adequados e positivos está associada a melhor ajustamento físico, social, emocional e cognitivo da criança, já comportamentos considerados negativos relacionam-se com aumento de problemas de externalização, internalização e psicopatologias na infância (Dumas, 2011; Ong et al., 2018; Zarra-Nezhad et al., 2014).

Tanto pais quanto mães influenciam e contribuem para o desenvolvimento da criança. Porém, por um longo período de tempo, as investigações sobre a relação entre a figura parental-filho focaram quase que exclusivamente na díade mãe-criança, buscando entender suas formas de interagir por meio do cuidado e suporte emocional, o que limitou a compreensão sobre a parentalidade no geral (Fagan et al., 2014; Pedro et al., 2015). Somente a partir da década de 1970 que se intensificaram as investigações sobre a interação da díade pai-criança,

principalmente para investigar o nível de envolvimento/engajamento (Lamb et al., 1985) e a forma particular de vínculo entre pai-filho por meio da relação de ativação (Paquette, 2004). Esta diferenciação dos papéis parentais e sua influência no desenvolvimento da criança são contempladas nas pesquisas atuais que mostram que paternidade e maternidade são o mesmo construto, cujas dimensões podem ser as mesmas para pais e mães, o que diferencia é a forma particular com que cada um desempenha cada uma delas (Fagan et al., 2014; Finley et al., 2008; Paquette et al., 2009; Paraventi, 2018). Ainda, os estudos apontam que esta diferenciação está ancorada em papéis de gênero socialmente construídos (Lafond, 2014; Yaffe, 2020). Por isso a importância de se incluir os mesmos construtos para mensurar a parentalidade de pais e mães (Fagan et al., 2014).

A fim de contribuir com o conhecimento científico sobre parentalidade, há décadas a Psicologia tem se proposto a descrever dimensões da parentalidade e explicitar os comportamentos parentais pelos quais estas se manifestam, além de possíveis processos ou determinantes da parentalidade. Para isso, alguns estudiosos propuseram modelos teóricos que descrevem e organizam essas dimensões – tais como Schaefer (1959), Baumrind (1966), Hoghughi (2004) e Skinner et al. (2005). Com base nos modelos teóricos, um amplo corpo de estudos nacionais e internacionais evidencia as relações da parentalidade com o desenvolvimento infantil, indicando dimensões que contribuem como promotoras, protetoras ou de risco ao desenvolvimento infantil (Frosch et al., 2021; Pires et al., 2018), bem como outros fenômenos que influenciam o exercício da parentalidade (Belsky, 1984; Taraban & Shaw, 2018). Porém, no campo da Psicologia, o sucesso na construção de teorias tem se mostrado limitado (Borsboom et al., 2021; Muthukrishna & Henrich, 2019).

Nos estudos sobre parentalidade, é comum encontrar duas perspectivas para sua compreensão e mensuração, a saber: a) por meio das práticas parentais, e b) por estilos parentais (McKee et al., 2013). As práticas parentais para se referir às estratégias parentais utilizadas para atingir objetivos específicos empregadas sob determinados contextos e situações (Darling & Steinberg, 1993). E os estilos se configuram como um conjunto de comportamentos e atitudes, que formam um clima emocional em que se expressam as interações pais-filhos (Darling & Steinberg, 1993). As contribuições dessas abordagens para o estudo da parentalidade têm sido consideradas consistentes. Porém, algumas críticas têm sido feitas ao longo dos

anos, algumas sobre a existência de inúmeras práticas parentais e a impossibilidade de se acessar a todas e outras sobre a perda de informações mais específicas sobre os comportamentos parentais quando são avaliados pelos estilos parentais (Ahemaitijiang et al., 2021; Darling & Steinberg, 1993; Lewis, 1981; Locke & Prinz, 2002; Skinner et al., 2005).

Perspectivas atuais sobre parentalidade apontam para sua avaliação por meio de multidimensões, que agregam as formas em que as práticas parentais podem se refletir em grandes conjuntos mais gerais e independentes, mas que sua combinação também pode ser usada para criar estilos parentais (Hoghughi, 2004; Paraventi, 2018; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015; Skinner et al., 2005). Nesse sentido, as dimensões da parentalidade podem ser pensadas como formas particulares de interação entre os pais e as crianças, regulares ao longo do tempo e progressivamente mais complexas, conferindo-lhes um caráter processual que ocorrem sempre numa relação. Neste caso, se estas interações tiverem altos níveis de afeto positivo, ocorrerem numa relação de reciprocidade em que há um equilíbrio de poder, elas irão se configurar como processos proximais, ou seja, principais mecanismos que produzem desenvolvimento e que nestas condições impulsionam as capacidades da criança (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Esta proposição poderia ser pensada como uma perspectiva relacional sobre parentalidade, porém até o momento, desconhece-se um modelo teórico que tenha se proposto a organizar estas informações e que tenha sido posto à validação empírica.

A teoria científica é uma das invenções humanas mais poderosas por melhorar a compreensão dos fenômenos empíricos e assim contribuir para intervenções estratégicas nos ambientes (Borsboom et al., 2021). A proposição de teorias explicativas poderia, então, contribuir para melhorar a noção de como os diferentes fenômenos se relacionam entre si e se emergem dos mesmos princípios. Além disso, com fortes teorias pode se identificar intervenções mais eficazes para se alterar um sistema de uma maneira desejada e contribuir para um direcionamento para novos estudos (Borsboom et al., 2021; Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Diante dessas evidências sobre parentalidade, pesquisadores têm realizado uma segunda tarefa também ao longo dos anos, construir ou adaptar transculturalmente instrumentos para avaliar a parentalidade, e buscar evidências de validade para essas medidas. A existência de um instrumento voltado à parentalidade que possua evidências de validade e precisão contribui para um

melhor entendimento do construto em termos práticos e teóricos, pois seu uso auxilia a objetivar e operacionalizar teorias (Nunes & Primi, 2010). Esses procedimentos contribuem para que esteja à disposição de pesquisadores e profissionais que trabalham com a parentalidade instrumentos confiáveis para sua avaliação de forma científica, consistente e objetiva.

Embora as medidas existentes para avaliar a parentalidade contribuam para o entendimento do fenômeno, apresentam limitações que dificultam uma compreensão confiável e aprofundada. Questionários e inventários têm sido os instrumentos mais utilizados para avaliar a parentalidade por sua praticidade e economia, porém diversos estudos têm apontado problemas nas propriedades psicométricas das medidas existentes (Dadds, Maujean, et al., 2003; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015), por exemplo, as medidas de autorrelato que apresentam baixa confiabilidade e invariância de medida não testadas (Ahemaitijiang et al., 2021; Parent & Forehand, 2017). Além disso, das medidas existentes, apenas algumas podem ser utilizadas para acessar dimensões positivas e negativas ao mesmo tempo (Ahemaitijiang et al., 2021; Darling & Steinberg, 1993; McKee et al., 2013).

No contexto nacional, prevalecem estudos com embasamento teórico pautado nas práticas e estilos parentais, assim como os instrumentos construídos ou adaptados para o Brasil (Cassoni, 2013; Macarini et al., 2010). A revisão de literatura realizada por Macarini et al. (2010) indicou que as pesquisas brasileiras, em sua maioria, utilizam a Escala de Práticas Parentais (Teixeira et al., 2004) e o Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006) para avaliar a parentalidade e que, apesar do uso de ambos com a população infantil pré-escolar, eles são validados somente para adolescentes. O que vai ao encontro de estudos nacionais e internacionais que apontam a necessidade de medidas com evidências de validade específicas para diferentes faixas etárias, por exemplo, crianças pré-escolares e escolares (Cova et al., 2017; Dadds, Mullins, et al., 2003; de la Osa et al., 2014; Paraventi, 2018; Souza, 2018).

Um instrumento voltado à parentalidade de crianças pré-escolares com evidências iniciais de validade e precisão favoráveis, construído por pesquisadores brasileiros, é o Inventário das Dimensões da Parentalidade (Paraventi, 2018). Trata-se de um instrumento de autorrelato que avalia seis dimensões da parentalidade - suporte emocional, cuidados básicos, estímulo à autonomia, disciplina coercitiva,

disciplina indutiva e estímulo à perseverança – em consonância com as perspectivas atuais que apontam para a relevância das multidimensões (Hoghughi, 2004; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015; Skinner et al., 2005). Porém, como indicado pela autora, trata-se de uma versão preliminar que carece de novos estudos de validação com diferentes amostras da população brasileira.

Em se tratando de fenômeno psicológico no campo da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Clínica, por exemplo, dispor de instrumentos válidos auxilia na avaliação da eficácia de intervenções, além da identificação de padrões de comportamento (Noronha & Reppold, 2010). No Brasil, conta-se com resoluções específicas do Conselho Federal de Psicologia relativas aos requisitos necessários para utilização profissional das medidas, entre elas, destaca-se a Resolução nº002/003 (CFP, 2003) que discorre sobre a necessidade da clareza e detalhamento da literatura e do construto avaliado, bem como da busca por evidências teóricas e empíricas sobre a validade e precisão das medidas. Isso porque se a medida possui evidências de validade e precisão, será possível considerar que as respostas dadas pelo respondente representam de fato a magnitude de seu traço latente, ou seja, a manifestação do construto por meio do comportamento (Nunes & Primi, 2010).

Os efeitos positivos de intervenções eficazes para pais e mães têm sido relatados amplamente na literatura (Leijten et al., 2019; Pedersen et al., 2019). Estão relacionadas à prevenção de práticas parentais negativas, promoção de práticas parentais positivas, promoção do bem-estar infantil e familiar, bem como redução de problemas de saúde mental e comportamento infantil (Figueiredo & Lamela, 2014; Morris et al., 2019; Salari & Enebrink, 2018). Para tanto, o acesso às práticas parentais e às dimensões específicas da parentalidade de pais e mães tem sido apontado como fatores determinantes em intervenção e terapias, pois indicam as demandas específicas que precisam ser trabalhadas com os pais (Costa, 2013; Michalcio & Solomon, 2002). Mas para alcançar esses objetivos, é necessário que a estrutura das intervenções, seus conteúdos e instrumentos de medida utilizados, sejam consistentes com os avanços das pesquisas sobre desenvolvimento e parentalidade (Cruz & Ducharme, 2006).

A parentalidade é um fenômeno complexo, multidimensional e multideterminado. Partindo de perspectivas do desenvolvimento humano da bioecologia e da teoria unificada transacional, entende-se a parentalidade como um

processo relacional de interações recíprocas entre a figura parental e o/a filho/a que se expressa por meio de comportamentos com potência promotora do desenvolvimento, como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos e responsividade às dificuldades, bem como por comportamentos com potência de efeitos de disfunção, como coerção e inconsistência. Em que os integrantes da díade se influenciam mutuamente, a partir das interações entre as características individuais de cada um e suas relações estabelecidas com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo.

Desse modo, para alcançar o objetivo de elaborar um modelo teórico relacional da parentalidade e avaliar as propriedades psicométricas de uma escala de avaliação da parentalidade, propôs-se a realização de três estudos: Estudo 1 – Estudo documental envolvendo a compreensão histórica dos aspectos teóricos e empíricos da parentalidade e proposição do modelo relacional da parentalidade; Estudo 2 - Revisão sistemática da literatura dos estudos com evidências de validade e precisão das medidas de parentalidade; Estudo 3 - Construção da versão atualizada do IDP e busca por evidências de validade e precisão.

Com estes estudos a presente pesquisa objetivou construir um banco de dados teórico e empírico consistente que embasou a proposição de um modelo teórico da parentalidade e que sustentem a qualidade e validade psicométrica do Inventário das Dimensões da Parentalidade, o que lhe confere um caráter inovador. O desenvolvimento do modelo teórico e a averiguação do instrumento de medida foram realizados de forma a reconhecer os avanços existentes na literatura, mas com a capacidade de adaptar, complementar e propor novas formas de acesso e reflexão sobre o fenômeno. A originalidade residiu na operacionalização do conceito e do construto, com a indicação de dimensões que representem os comportamentos parentais que constituem a parentalidade a partir de evidências teóricas e empíricas, além de investigar a parentalidade como um construto que pode ser medido por meio das mesmas dimensões para mães e pais, em uma perspectiva relacional.

Este estudo insere-se na área de Saúde e Desenvolvimento Psicológico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC), uma vez que explora o contexto familiar e o desenvolvimento infantil. O presente trabalho também se justifica por inserir-se no âmbito do projeto “Parentalidade e desenvolvimento socioemocional infantil II” do NEPeDI e do LABSFAC, e repercutirá em publicações nacionais e internacionais

que darão visibilidade aos núcleos de pesquisa e ao PPGP/UFSC. Colaborará para a utilização do modelo teórico e do instrumento em outras pesquisas que tenham como foco a parentalidade.

2.1 OBJETIVOS

O objetivo geral é elaborar um modelo teórico da parentalidade e avaliar as propriedades psicométricas de uma escala de avaliação da parentalidade. Para tanto, buscou-se: a) analisar os modelos teóricos da parentalidade existentes; b) analisar as propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação da parentalidade; c) construir um instrumento de avaliação das dimensões da parentalidade, com evidências de validade baseada no conteúdo dos itens; d) obter evidências de validade baseadas na estrutura interna e de precisão do instrumento de medida; e) identificar evidências de validade do instrumento baseadas nas relações com outras variáveis.

3 ESTUDO 1 - HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O ESTUDO DA PARENTALIDADE: MODELO RELACIONAL DA PARENTALIDADE

Resumo

A família é o primeiro e mais importante contexto de interações significativas de uma criança, no qual a parentalidade ocorre pelas figuras parentais estabelecerem interações com a criança desempenhando comportamentos e atividades quando engajados na criação dos filhos. A parentalidade pode funcionar como fator de propulsão ou inibição do desenvolvimento infantil nos diversos domínios do desenvolvimento— físico, cognitivo, social, psicológico. Assim, foi objetivo deste estudo desenvolver um modelo teórico da parentalidade em consonância com os aspectos históricos, culturais e sociais que constroem significados sociais que organizam a parentalidade na atualidade. Para tanto, foi preciso compreender os aspectos históricos sobre a parentalidade, discorrendo sobre as proposições teóricas bem estabelecidas na literatura nacional e internacional sobre a relação pai/mãe-filho/a. Para então, com base no construcionismo social e nas teorias Unificada e Bioecológica do Desenvolvimento Humano, propor o modelo relacional da parentalidade. As bases teóricas e empíricas investigadas permitiram organizar a parentalidade em seis dimensões individualizadas – confirmação afetiva, correção, cuidados básicos, responsividade às dificuldades da criança, estimulação, coerção e inconsistência. Este modelo, propõe uma compreensão da parentalidade diferente de estilos parentais e práticas parentais, entendida como um processo relacional de interações recíprocas cada vez mais complexas e regulares entre pai/mãe-filho/a, carregadas de afeto e equilíbrio de poder, que impulsionam o desenvolvimento de ambos os integrantes da díade. Por fim, propõe-se que a plausibilidade do modelo teórico possa ser averiguada em estudos empíricos e por meio de construção e validação de instrumentos de medida.

Palavras-chave: Parentalidade. Família. Modelo teórico.

As formas como a relação figura parental-criança se manifestam e são compreendidas socialmente são produto e produtoras de um sistema de significados que se constrói e organiza nas interações sociais. Assim, para investigar sobre a parentalidade no século 21, é preciso reconhecer seu passado histórico, assim como propor possibilidades futuras. Isso porque parte-se de uma epistemologia construcionista social da realidade, que apresenta uma confluência de discursos e teorias que alternam em suas lógicas e valores em momentos de acordo e divergência (Gergen, 2009). Dessa maneira compreende-se a coexistência de diversas teorias e conceitos sobre parentalidade que são produtos de narrativas da ciência construídas em determinado momento histórico e contexto sociocultural. Assim, é objetivo deste artigo, a partir de uma revisão teórica dos modelos de parentalidade existentes e reconhecidos cientificamente, propor um modelo relacional da parentalidade. Para tanto, dois questionamentos se fazem relevantes:

Quais são as definições e compreensões sobre a parentalidade ao longo dos anos? Como podemos compreender a parentalidade hoje de maneira a contribuir com o agora, mas também pensando no futuro? Portanto, primeiramente descreve-se as bases teóricas da Psicologia do Desenvolvimento que embasam as proposições do modelo relacional da parentalidade, a saber: Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1989) e Teoria Unificada Biopsicossocial do Desenvolvimento Humano (Sameroff, 2010). As conceituações de parentalidade são apresentadas e discutidas, seguidas das teorias e modelos de compreensão da relação mãe/pai-filho/a com as considerações e limitações identificadas, para concluir com a apresentação do modelo que busca contribuir com a construção do corpo teórico desse fenômeno complexo, multidimensional e multideterminado, que é a parentalidade.

3.1 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

3.1.1 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1989, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 2006) propõe o desenvolvimento como uma sequência de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas da pessoa, enquanto indivíduo e como grupo. Os principais mecanismos de produção desse desenvolvimento são os processos proximais que se constituem como interações recíprocas cada vez mais complexas, face a face, entre a pessoa em desenvolvimento e outros indivíduos, objetos e símbolos de seu contexto que operam ao longo do tempo.

Os seres humanos estabelecem inúmeras relações interpessoais ao longo da vida, porém, aquelas que são mais significativas para o seu desenvolvimento são relações interpessoais recíprocas, formando díades de desenvolvimento. Nas díades duas pessoas prestam atenção ou participam nas atividades uma da outra, e quando um membro passa por um processo de desenvolvimento, isso contribui para o desenvolvimento do outro. As díades variam em termos funcionais em três formas: 1) díade observacional, influenciam-se sem uma interação direta, mas quando uma pessoa presta atenção na atividade da outra que reconhece o interesse mutuamente; 2) díade de atividade conjunta, ocorre quando duas pessoas se

percebem fazendo a mesma atividade; 3) díade primária, ocorre quando há a presença do outro mesmo em sua ausência física, por estarem ligados por um vínculo emocional, estão presentes nos pensamentos um do outro e continuam afetando suas ações e sentimentos (Bronfenbrenner, 2005).

Reconhece-se que o indivíduo é ativo em seu desenvolvimento, e que os padrões biopsicológicos, tanto próprios quanto das pessoas com que se relaciona, explicam as diferenças na direção e no poder dos processos proximais. Essa estrutura pessoal também gera efeitos de disfunção ou competência no desenvolvimento humano, em função dos contextos próximos e distais com que a pessoa se relaciona e dos períodos de tempo em que os processos ocorrem (Bronfenbrenner, 2005).

Os padrões biopsicológicos são estruturados em torno de três dimensões: 1) disposições, características da pessoa que colocam os processos em movimento direcionados a um domínio específico do desenvolvimento e que dão continuidade à sustentação deste mecanismo. Por exemplo, tendência da criança ou dos pais em se envolverem em atividades conjuntas, ou insegurança e timidez que impedem um comportamento responsivo às iniciativas alheias; 2) recursos, são habilidades, capacidades, experiências e conhecimento necessários para que o processo funcione em um determinado estágio do desenvolvimento. Por exemplo, conhecimento da própria criança e do adulto das capacidades psicomotoras em um momento específico do desenvolvimento; 3) demandas, características que convidam ou desencorajam reações do ambiente e das pessoas que fomentam ou interrompem os mecanismos de ação dos processos. Por exemplo, gênero e idade da criança e dos pais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Os contextos envolvem interações da pessoa em desenvolvimento com sistemas dos quais ela participa diretamente - microssistemas (família, escola, grupo de pares) e mesossistema (inter-relações entre os microssistemas família-escola), mas também interações com sistemas que ultrapassam uma relação direta e imediata - exossistema (ambientes que afetam o desenvolvimento, mas que não há participação direta como o trabalho dos pais) e macrossistema (interconexões entre culturas, crenças e valores, padrões econômicos que fazem parte do cotidiano). Por fim, o desenvolvimento varia sistematicamente em função do tempo, ou seja, continuidades, descontinuidades e transformações nas ocorrências ao longo do microtempo (processo proximais), mesotempo (transições ecológicas – mudanças

desenvolvimentais) e macrotempo (transformações históricas e geracionais) (Bronfenbrenner & Evans, 2000).

Para que sejam gerados efeitos de competência, por exemplo, comportamento pró-social de uma criança, é necessário que: 1) a pessoa em desenvolvimento esteja engajada em uma atividade que com o tempo vai se tornando cada vez mais complexa; 2) as interações aconteçam com uma base bastante regular por longos períodos de tempo; 3) as interações sejam marcadas por orientação, cooperação e responsividade, ou seja, por reciprocidade; redefinição das relações de poder, progressivamente passando da pessoa mais experiente para a pessoa em desenvolvimento; e por afetos positivos recíprocos; e 4) os objetos e símbolos do ambiente imediato estimulem a atenção, exploração e imaginação. Caso a pessoa em desenvolvimento esteja engajada numa interação, mas que não cumpre com as qualidades anteriores, esta interação gerará efeitos de disfunção no seu desenvolvimento, por exemplo, problemas de comportamento da criança (Bronfenbrenner, 2005).

3.1.2 Teoria Unificada Biopsicossocial do Desenvolvimento Humano

Se por um lado a Teoria Bioecológica compreende que as interações geram efeitos de competência e disfunção (Bronfenbrenner, 2011), pode se pensar que a partir destes efeitos, as interações da pessoa com outras pessoas e com o meio irão proporcionar um funcionamento adaptativo ou mal adaptativo ao longo da vida, de acordo com a Teoria Unificada Biopsicossocial do Desenvolvimento (Sameroff, 2010).

Esta teoria também foca na bidirecionalidade da influência entre pessoa e contexto, mas busca explicar como a inter-relação entre o biológico (genética, idade, sexo - nature) e o psicológico (temperamento, estados emocionais), social, cultural (nurture) se retroalimentam e se modificam produzindo efeitos na autorregulação e na correção, proporcionando funcionamentos adaptativos e mal-adaptativos ao longo do curso de vida. De acordo com a teoria, o desenvolvimento humano inclui quatro modelos: pessoa (Transformações da Pessoa), contexto, regulação e representação (Sameroff, 2010).

O modelo pessoa integra a evolução das competências pessoais - sensório-motora, cognitiva, psicológica e social – ao longo da vida, por meio de continuidades

e saltos qualitativos dos modos de organização interna que se transformam com o tempo. O modelo Contexto foi elaborado com base na teoria Bioecológica e se refere às mesmas características. Porém, o autor enfatiza fatores risco, proteção e promoção presentes nos ambientes como influenciadores do desenvolvimento, facilitando ou dificultando a adaptação desenvolvimental (Sameroff, 2010).

O modelo da regulação inclui os processos de autorregulação em três níveis: 1) biológico, corresponde à regulação fisiológica (temperatura, sono); 2) psicológico, envolve habilidades de manejo emocional; 3) comportamental e cognitiva, engloba atenção e memória, controle do próprio comportamento, controle de impulsos, adiamento de gratificações. O processo de regulação envolve um equilíbrio transacional entre a autorregulação e a heterorregulação, ou seja, pressupõe uma bidirecionalidade das heterorregulações. O autor destaca que os cuidadores primários são os principais correguladores dos processos autorregulatórios da criança (Sameroff, 2010).

Por fim, o modelo da representação engloba os processos de significação da realidade ancorados nas experiências vivenciadas pela pessoa, tornando-se representações cognitivas, sociais e culturais que objetivam explicar a realidade e que orientam os comportamentos. Nesse processo, alguns aspectos da realidade são selecionados, enfatizados ou descartados. Esses processos permeiam todos os níveis, assim identidades, atitudes, crenças e características a um nível (individual, familiar, cultural) podem reforçar ou inibir comportamentos (Sameroff, 2010).

3.2 CONCEITO DE PARENTALIDADE

Considerada uma das tarefas mais complexas e de maior responsabilidade para o ser humano (Barroso & Machado, 2015), a parentalidade possui ao longo das décadas de estudo diferentes conceituações, sem um consenso sobre a forma mais adequada (Ulferts, 2020). A parentalidade pode ser compreendida como o conjunto de tarefas de manutenção da vida, estimulação, apoio socioemocional, estrutura e supervisão por meio do qual os pais regulam o desenvolvimento dos seus filhos (Bradley & Caldwell, 1995). Ela também é concebida como a principal tarefa da geração dos pais, de modo a preparar a geração descendente dos filhos para situações físicas, econômicas e psicossociais com que irão se deparar ao longo da vida (Bornstein, 2002). Hoghugh (2004) propõe conceituar a parentalidade como um

conjunto de atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (Hoghughi, 2004). Ainda, é esperado dos pais a formação de um vínculo seguro, que estruturam a rotina da criança e que se comuniquem suficientemente com ela (Holden et al., 2018). Um conceito mais amplo que abarca os demais, sem denotar uma conotação positiva ou negativa para a relação pais-filho é proposto por Cabrera e Volling (2019) em que a parentalidade é considerada um construto que abrange os comportamentos pelos quais pais e mães se engajam na criação de seus filhos. Esse conceito traz um caráter relacional para as interações entre figura parental e criança ao definir a parentalidade a partir dos comportamentos parentais que se concretizam na relação com a criança. Desse modo são contemplados distintos modos em que essa relação pode ocorrer, com diferentes níveis e tipos de afetos envolvidos, com questões culturais que atravessam o modo de ser pai ou mãe, dentre outros fatores que influenciam nessa relação.

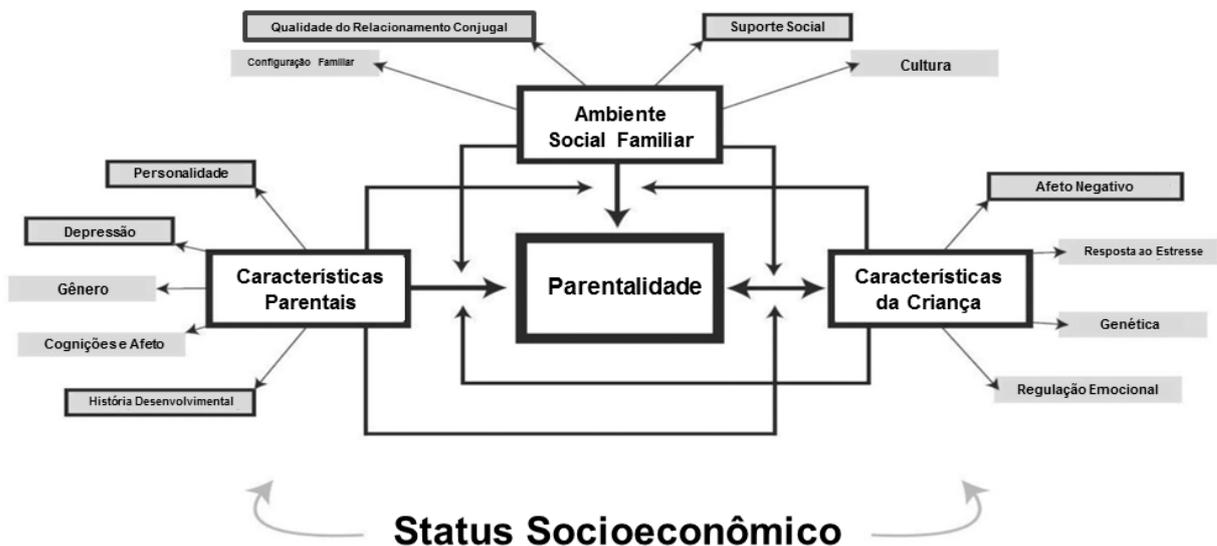
O fato é que até os dias atuais existe um debate entre os cientistas sobre qual é a melhor forma de descrever, definir e estudar a parentalidade, ou ainda, se existe de fato uma forma mais adequada do que outra (Ulferts, 2020). Pesquisas teóricas e empíricas desde o século XX têm focado na relação pais-filhos, descrevendo-a a partir de conceitos diversos, por exemplo, apego (Bowlby, 1958), estilos parentais (Baumrind, 1966), práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993; Hoffman, 1975), envolvimento/engajamento parental (Lamb et al., 1985), relação de ativação (Paquette, 2004), atividades parentais (Hoghughi, 2004) e dimensões parentais (Skinner et al., 2005). O fator comum entre as pesquisas é considerar a parentalidade como um fenômeno complexo, multidimensional e multideterminado.

O Modelo dos Determinantes da Parentalidade proposto por Belsky (1984) e sua atualização proposta por Taraban e Shaw (2018) destaca-se na compreensão atual da multideterminação da parentalidade (Fang et al., 2021; Holden, 2020; Samdan et al., 2020). Esse modelo não propõe uma conceituação em si da parentalidade, nem sua dimensionalidade, mas descreve, ancorado em resultados de pesquisas, como as três categorias de características do (1) contexto familiar e social, da (2) figura parental e da (3) criança são: moderadas pelo socioeconômico, interagem entre si para determinar modos de exercer a parentalidade e moderam a relação entre a parentalidade e as outras categorias.

A literatura corroborou o lugar de destaque da qualidade da relação conjugal e do suporte social na categoria ambiente familiar e social que influenciam na parentalidade na revisão do modelo por Taraban e Shaw (2018), como pode ser visto na Figura 1, mas apresenta ainda evidências menos robustas da importância da qualidade do relacionamento familiar e das questões culturais. Traços de personalidade, trajetória desenvolvimental e o diagnóstico de depressão parental se destacaram como características da figura parental que multideterminam a parentalidade nesse modelo, também são mencionados como marcadores importantes o gênero e as cognições e afetos parentais. Na categoria de características da criança, entre as variáveis de fatores genéticos, regulação emocional, modos de reação ao estresse, o traço temperamental de afeto negativo ganhou destaque dentre as relações bidirecionais entre a criança e a figura parental.

Figura 1

Modelo de determinantes da parentalidade atualizado



Fonte. Taraban e Shaw (2018), traduzido por Paraventi (2022).

Dessa forma, a retomada do modelo dos determinantes da parentalidade forneceu informações relevantes para reconhecer que fatores individuais tanto dos pais, quanto das crianças e do contexto, estão direta ou indiretamente implicados nos modos como a parentalidade se apresenta nas teorias e na realidade das

peças. Assim, as teorias e modelos, apresentados em sequência, foram influenciados pelas características dos pais, das mães, das crianças e dos contextos em que foram propostos, bem como influenciaram, também, a percepção sobre os determinantes da parentalidade.

3.3 TEORIA DO APEGO E TEORIA DA RELAÇÃO DE ATIVAÇÃO

As primeiras contribuições científicas sobre a relação envolvendo a figura parental-criança pautavam-se na realidade do momento histórico em que foram desenvolvidas, cujo cuidado da prole estava centralizado na figura materna. Uma das primeiras grandes contribuições para a compreensão da relação entre mães e filhos foi a Teoria do Apego proposta por Bowlby (1958). O autor propôs que os bebês humanos logo depois que nascem têm a necessidade de se aproximarem de uma figura mais apta a lidar com o mundo para assegurar sua sobrevivência, e que esta figura seria a mãe. Os estudos de Bowlby com a díade mãe-criança evidenciaram que os bebês apresentam um sistema inato de comportamentos, chamados de comportamentos de apego, que garantem a busca e manutenção do contato próximo e íntimo com um cuidador de referência. Esses comportamentos são manifestados principalmente em situações de desconforto, estranhas ou ameaçadoras para o bebê, cuja reação é chorar, sorrir, buscar aconchego ou contato visual com a figura de referência, que é considerado mais apto para lidar com o mundo, para sentir-se seguro (Bowlby, 1969, 2002).

A figura de apego se torna aquela com que a criança estabeleceu um vínculo afetivo e que lhe proporciona cuidado, segurança, conforto emocional e garantia das suas necessidades básicas e socioemocionais satisfeitas (Bowlby, 1958, 1969). Portanto, o desenvolvimento do apego da criança está subordinado às capacidades da figura de apego para atender suas necessidades, principalmente por meio da responsividade e sensibilidade que seriam respostas imediatas e consistentes de afeto positivo, com afeição, expressão de emoções positivas (Davidov & Grusec, 2006) e atenção aos sinais comunicativos da criança, cuja interpretação e resposta devem ser adequadas às demandas da criança (Luís et al., 2022). A segurança no apego é consequência das interações sociais com respostas adequadas da figura de apego que fazem com que a criança se sinta segura, tenha autonomia, vontade própria e seja capaz de explorar o meio em que vive (Keller,

2018; Paraventi et al., 2017). Esse vínculo afetivo estabelecido entre a criança a figura de apego servirá de modelo para o estabelecimento de vínculos futuros (Bowlby, 2002).

Pesquisas recentes têm demonstrado que altos níveis de responsividade associam-se com um padrão de apego seguro na criança, resultando em desenvolvimento positivo em diferentes domínios, incluindo a competência social, já a baixa responsividade está relacionada a padrões de apego inseguro, gerando prejuízos no desenvolvimento socioemocional e cognitivo da criança, por exemplo, problemas de externalização e internalização (Cerezo et al., 2012; Fraley et al., 2013; Groh et al., 2016; Verhoeven et al., 2017). As pesquisas também têm reportado que quando as mães demonstram recursos internos insuficientes para atender às demandas dos filhos, somada a falta de apoio familiar, elas podem apresentar dificuldades para serem responsivas (Grantham-McGregor et al., 2007; Walker et al., 2007).

Além disso, os comportamentos parentais responsivos às necessidades da criança têm se mostrado fundamentais para áreas do desenvolvimento infantil não somente no primeiro ano de vida, mas ao longo de toda a infância. Landry et al. (2001) sugerem que o desenvolvimento ideal das habilidades cognitivas e sociais da criança está associado a uma constância nos comportamentos responsivos e que estes devem ser adaptativos às necessidades da criança conforme mudam ao longo do tempo. Assim como o estudo de Newton et al. (2014) que destacou que a sensibilidade de pais com filhos pré-escolares tem valor preditivo longitudinal para a presença de comportamentos pró-sociais na terceira série do ensino fundamental.

Embora a sensibilidade tenha sido mais amplamente explorada na literatura, o comportamento responsivo e estimulante também demonstra influenciar o desenvolvimento da criança. Responsividade e estimulação são apontadas como fortes preditores do desenvolvimento em longo prazo da linguagem, cognição e habilidades sociais infantis (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Sameroff & Seifer, 1983). Embora os estudos definam operacionalmente que sensibilidade e responsividade sempre estão acompanhadas de estimulação (Bornstein & Tamis-LeMonda, 1989; Hirsh-Pasek & Burchinal, 2006; Landry et al., 2001). O próprio estudo de Hirsh-Pasek e Burchinal (2006) indica como limitação não ter avaliado essas duas dimensões de forma separada e indicam que pesquisas futuras o façam. Este fato é corroborado pela própria teoria do apego, tendo em vista que Bowlby

(1969) considera o apego e a exploração como sistemas diferentes que seriam ativados em momentos alternados.

O sistema de exploração foi pouco investigado por Bowlby (1969), mas empiricamente comprovado por Ainsworth e Bell (1970). Com isso, Paquette (2004) propõe a teoria da relação de ativação como complementar à teoria do apego para investigar o sistema de exploração que seria ativado pelo pela figura paterna. Nesta teoria o vínculo afetivo entre pai e criança se forma por uma relação de ativação que ocorre por meio de comportamentos de abertura ao mundo realizados pelo pai. Estes comportamentos incluem brincadeiras e jogos físicos, estimular a criança a explorar ambientes, engajar a criança em atividades que aprimorem suas habilidades psicomotoras e incentivar à perseverança diante de adversidades e dificuldades. Ao mesmo tempo é necessário que estes comportamentos de estimulação sejam realizados juntamente com comportamentos que estabelecem limites para que a exploração seja adequada. Assim, complementando a relação mãe-criança de apego, que ajuda a tranquilizar e acalmar a criança, a relação pai-criança de ativação satisfaz a necessidade infantil de exploração e assunção de riscos num contexto de confiança, esses comportamentos de ativação fazem com que a criança se sinta segura e autoconfiante ao abrir-se para o mundo engajando-se em novas atividades, explorando ambientes ou estabelecendo novas relações sociais (Dumont & Paquette, 2013; Paquette, 2004).

Estudos confirmam que pais e mães podem ser figuras de apego e que ambos exercem comportamentos de apoio, sensibilidade e responsividade que auxiliam a restauração homeostática, alívio de aflição (Grossmann et al., 2002; Poeira et al., 2021), assim como ambos encorajam à exploração envolvendo-se em ativação (Bueno, 2018; Gaumon, 2013; Koltermann et al., 2019; Paquette, 2014). A partir de uma pesquisa longitudinal, Grossmann et al. (2002) avaliaram as experiências de apego e exploração de 44 famílias na primeira infância, média infância, adolescência e até os 22 anos de idade. Os resultados indicam que comportamentos da mãe e do pai de apoio sensível, aceitação da criança e de desafio adequado são fortes preditores de modelos internos de relações íntimas em jovens adultos. Ainda, crianças apresentaram padrões de apego tanto com mães quanto com pais, porém, padrões de apego inseguro na primeira infância relacionaram-se à piora na otimização do desenvolvimento social e emocional da criança em idades posteriores somente quando os pais e as mães não as engajaram

em exploração. Encontraram, ainda, que experiências na infância com pais e mães que se mostram sensíveis, capazes de apoio e aceitar a criança promovem um desenvolvimento psicossocial positivo.

A relevância desta teoria se destaca nos achados científicos que comprovam empiricamente esta relação de ativação. Diversos estudos mostram que estimular a criança a assumir riscos controlados, explorar os ambientes e a perseverar diante de adversidades está associado na promoção de aspectos positivos do desenvolvimento como ajustamento psicossocial, competência social, autonomia, assertividade e capacidade de controle de riscos e agressividade, assim como na diminuição da hiperatividade (Dumont & Paquette, 2013; Gaumon & Paquette, 2013; Paquette et al., 2009; StGeorge et al., 2015).

A disciplina necessária para garantir uma exploração segura e adequada é descrita na teoria como uma forma imposição de limites, orientação e uso de regras apropriadas. Apesar desta conceituação, os comportamentos operacionalizados em itens para avaliação do construto no questionário de abertura ao mundo, criado pelos próprios autores da teoria, são punitivos, proibitivos, de demonstração de raiva, de uso de força física e de repreensão em caso de desobediência ou falta de esforço (Paquette, 2004; Paquette et al., 2009). Nesse sentido, diversos estudos que investigaram empiricamente a relação de ativação, inclusive no Brasil, apontam a necessidade de revisão da forma como os comportamentos são operacionalizados nas pesquisas para que reflitam comportamentos de imposição de limites adequados e seguros para a criança (Bueno, 2018; Koltermann et al., 2019; Souza, 2018).

É interessante notar que os dois sistemas de apego e ativação propostos nas teorias que se complementam refletem um caráter de necessariamente de interação bidirecional para que os vínculos de apego e ativação sejam formados. Paraventi et al. (2017) destacam este caráter relacional ao apontar que a teoria da relação de ativação concebe pais e crianças como relacionais contribuindo para um desenvolvimento mútuo, pois há um reconhecimento do outro em sua alteridade como agente próprio, mas que por processos de mediação se influenciam mutuamente.

3.4 ENVOLVIMENTO/ENGAJAMENTO PARENTAL

Tendo em vista que as funções parentais se constituem ao longo do tempo e que envolvem aspectos sociais, políticos, religiosos e culturais (Manfroi et al., 2011), até o século XX os papéis parentais de homens e mulheres eram bastante distintos, no sentido de enfatizar ao pai o papel de provedor e à mãe de cuidadora. Porém, a partir do final do século XX, mudanças na estrutura social como ascensão do movimento feminista, inserção da mulher no mercado de trabalho e reconhecimento da importância do pai para o desenvolvimento infantil, provocaram mudanças também nos papéis parentais (Vieira et al., 2013).

Diante dessas mudanças contextuais, a partir de 1985 destacaram-se os estudos sobre a participação paterna na criação dos filhos e os impactos dessas ações, principalmente pela importante contribuição de Lamb et al. (1985) que inseriram o termo envolvimento paterno para se referir a essa participação, propondo um modelo tridimensional para sua avaliação. O envolvimento se dá pela interação do pai com a criança em contato direto, por meio de atividades e brincadeiras; pela acessibilidade, ao mostrar-se acessível fisicamente e psicologicamente para a interação com a criança, ainda que não o faça de fato; e pela responsabilidade, ao proporcionar recursos materiais que promovem o sustento da família e o bem-estar da criança (Lamb et al., 1985). Neste modelo, o envolvimento paterno é medido em relação à quantidade de tempo que o pai se envolve em ações relacionadas com a criança.

Com a intensificação dos estudos sobre a relação entre pai e filhos, ficou evidente que o modelo de Lamb et al. (1985) poderia ser ampliado, contemplando outros comportamentos do pai. Assim, Pleck (2010) propõe um novo modelo teórico que define o envolvimento paterno como um conjunto de comportamentos, afetos, percepções e crenças do pai em relação à criança, compreendidos em cinco dimensões interrelacionadas: engajamento positivo em atividades, mantém a dimensão interação direta do pai com a criança; afeto/responsividade amplia a dimensão disponibilidade em que além de prover suporte emocional também expressa seus sentimentos em relação a eles; controle inclui comportamentos de monitoria das atividades da criança e disciplina por meio de práticas não coercitivas; cuidados indiretos, realização de atividades para a criança sem que ocorra interação direta como prover recursos, tomar decisões e cuidar de questões de saúde e educação da criança; e processo de responsabilidade, inclui atitudes proativas do pai de monitoria do comportamento, de atividades e outros aspectos independente

da divisão de tarefas estabelecida com a dupla coparental. Neste modelo, além da quantidade de tempo que o pai ficava com a criança, também passou a se acessar a qualidade das práticas, o conteúdo e os padrões de interação com a criança.

Os estudos sobre envolvimento parental destacam que os comportamentos e atividades realizadas por pais e mães em função de seus filhos, podem variar em função do gênero do cuidador, e por conta de fatores contextuais, por exemplo, as relações estabelecidas entre o pai e a mãe na família e aspectos socioeconômicos. Bossardi (2015) investigou como o relacionamento conjugal e o comportamento materno interferem no envolvimento e na interação do pai com os filhos de 4 a 6 anos. Os resultados apontaram que a mãe se envolve mais com os filhos do que o pai, exceto na dimensão específica de jogos físicos. E esta interação do pai com a criança é influenciada pela relação conjugal, em que o afeto positivo entre o casal aumentou o afeto positivo pai-criança quando essa interação ocorria também na presença da mãe.

Bossardi (2015) também encontrou que aspectos relacionados ao trabalho dos pais influenciam no envolvimento com a criança. Os pais apontaram que não trabalhar, trabalhar em casa, ou ter flexibilidade de horários no trabalho, aumentam o envolvimento de pais e mães com os(as) filhos(as). O estudo de Giallo et al. (2013) também indicou que o envolvimento parental é influenciado pela quantidade de horas de trabalho dos pais, sendo que quanto mais tempo os pais passam fora de casa trabalhando, menor é o envolvimento de pais e mães com os filhos, ainda menor é o envolvimento da mãe em atividades como leitura e brincadeira, inclusive tornando as diferenças de gênero menos evidentes.

Ainda, o estudo de Souza (2018) reforça que os fatores contextuais influenciam o relacionamento da figura parental com os filhos. Os resultados de seu estudo apontaram que coparentalidade, forma como os pais interagem entre si sobre questões relacionadas à criança, tanto do pai quanto da mãe, explicou 57% da variância do envolvimento paterno, sendo que quanto melhor foi a percepção paterna sobre a coparentalidade no casal mais o pai se envolveu com os filhos. Além disso, o estudo confirma que o envolvimento paterno tem influência direta no desenvolvimento infantil, neste caso, o envolvimento paterno teve um efeito negativo direto sobre os problemas de comportamento da criança.

É importante notar que os modelos propostos contribuíram para o avanço dos estudos sobre envolvimento parental, pois deram destaque à importância do pai

para o desenvolvimento infantil. Também indicaram dimensões específicas em que os pais se envolvem com os filhos, por exemplo, a importância da interação direta do pai com a criança, ampliando inclusive a visão de compartilhamento de sentimentos do pai em relação à criança. Além daquelas que começam a serem comuns para pais e mães na criação dos filhos, como afeto/responsividade, controle e cuidado.

Além disso, os modelos reforçam que tanto a quantidade de tempo que os pais passam com a criança, como a qualidade, conteúdo e os padrões de interação são importantes para investigar a relação da figura parental com a criança. Porém, nota-se que os modelos de envolvimento priorizam aspectos positivos da interação, baixos índices indicam pouco ou o não envolvimento, porém não fazem a avaliação dos aspectos negativos presentes na relação entre a figura parental e o/a filho/a. Aspecto esse, que é contemplado nos modelos que definem estilos e práticas parentais que englobam dimensões e estilos de parentalidade com aspectos que produzem efeitos de disfunção para o desenvolvimento humano.

3.5 ESTILOS PARENTAIS E PRÁTICAS PARENTAIS

A relação entre pais e filhos(as) resulta em um conjunto característico de comportamentos usualmente definidos por diferentes terminologias, como práticas parentais, práticas educativas parentais, práticas de criação, estilos parentais, dentre outras variações, fornecendo indícios da coexistência de diferentes concepções sobre o comportamento parental (Macarini et al., 2010).

Schaefer (1959), a partir do estudo dos comportamentos maternos, propôs sua classificação em duas dimensões com polos positivos e negativos: 1) autonomia (positivo) e controle (negativo); e 2) calor (positivo) e hostilidade (negativo). Apesar de não ser o primeiro modelo proposto na literatura, influenciou os demais modelos que geralmente agregam as práticas parentais em categorias que representam comportamentos mais adaptativos, adequados, positivos ou desadaptativos, não adequados ou negativos (Gomide, 2006; Hoffman, 1975; Maccoby & Martin, 1983).

Hoffman (1975), a partir dos seus estudos sobre desenvolvimento moral da criança, entende que as interações entre pais e filhos(as) se baseiam em relações de poder concentrado na figura parental. Assim, define as práticas parentais como estratégias disciplinares para alterar o comportamento dos filhos, entendidas como indutivas e coercitivas. As práticas indutivas fazem uso da comunicação verbal -

advertência, explicação, reflexão lógica e alerta - e objetivam a internalização de regras e valores para que a criança seja capaz de voluntariamente alterar seu comportamento e aceitar a responsabilidade sob suas ações na relação com pessoas e ambientes. Já as práticas coercitivas incluem afirmação de poder, retirada de privilégios e afeto, punição física, uso de força, ameaças, hostilidade e indução de culpa por expressões de raiva, frustração e desapontamento.

Os estilos parentais propostos por Baumrind (1966, 1971) são um marco teórico nos estudos da parentalidade. Desenvolveu o modelo dos estilos parentais com base nos estilos de liderança do trabalho de Lewin e Lipp (1939), propondo três protótipos de autoridade parental hipotéticos - autoritativo, autoritário e permissivo. Ao longo de seus estudos empíricos testou e propôs outros estilos, mas estes três permaneceram como principais. A autora propôs combinações de práticas parentais de acordo com a forma e o grau com que são realizadas formando esses estilos parentais mais amplos. Pais autoritativos encorajam a democracia e a expressão, empregam práticas de raciocínio e explicação, valorizam a autonomia e reconhecem as necessidades individuais da criança. As estratégias para controlar o comportamento dos filhos são firmes, confrontativas, negociáveis, mas não restritivas, e expressam as expectativas claramente.

Pais autoritários valorizam a obediência e o conformismo, desencorajam a democracia e expressão da criança, podem ser protetores, preocupadas, ou também negligentes. São dominantes e impõem padrões de conduta bastante altos, usam estratégias coercivas, punitivas, arbitrarias e restritivas de autonomia para desencorajar comportamentos e crenças que não condizem com esse padrão. Pais permissivos têm poucas expectativas em relação aos padrões de comportamento dos filhos, não exigem tanta responsabilidade, são indulgentes e cedem aos comportamentos e desejos dos filhos, podem demonstrar afeto e ser protetivos com a criança, ou evitativos para assumir suas responsabilidades. Usam práticas democráticas e de controle psicológico para direcionar o comportamento da criança, incentivam a criança a regular o próprio comportamento, e não usam estratégias punitivas, físicas ou rigorosas para controle dos filhos.

Um quarto estilo foi agregado ao modelo de Baumrind, o estilo negligente, cujos pais são desengajados, desinteressados e não assumem as responsabilidades pelos filhos (Maccoby & Martin, 1983). Este quarto estilo surgiu com os estudos de Maccoby e Martin (1983) que tentaram fundir o modelo configural da Baumrind com

tentativas anteriores, como Schaefer (1959), que tentaram definir a parentalidade como um continuum de um número limitado de dimensões. Os autores reorganizaram os estilos conforme duas dimensões em relação aos comportamentos dos filhos: exigência - atitudes de controle e estabelecimento de limites - e responsividade - apoio emocional e compreensão. A combinação dessas duas dimensões constitui quatro estilos, a saber: autoritativo (exigência e responsividade elevadas), autoritário (exigência elevada e responsividade reduzida), indulgente (elevada responsividade e reduzida exigência), e negligente (exigência e responsividade reduzidas). Porém, este modelo desconsidera a qualidade da exigência, diferenciando-se dos estilos de Baumrind (Baumrind, 2013; Reid et al., 2015).

Neste modelo, as práticas responsivas estão relacionadas a estabelecer uma relação afetiva positiva, aconselhamento, informação, supervisão de atividades e interações, desencorajar comportamentos inapropriados, disciplina firme e positiva, promover competências sociais, emocionais e cognitivas (Cardoso, 2013; Whiteside-Mansell et al., 2009). Para que os pais possam desempenhar uma prática positiva são necessários níveis de conhecimento e competência sobre parentalidade, autossuficiência e dispor de ambientes não violentos para exercer suas práticas (Cardoso, 2013). Caso não tenham tal disponibilidade aumentam os riscos de a criança vir a ter problemas emocionais e comportamentais (Matthew R. Sanders et al., 2003). Já um contexto propício e altos níveis de responsividade indicam maiores níveis de eficácia da parentalidade (Lima, 2003) e estimulam comportamentos sociais positivos e a autoestima das crianças (Webster-Stratton, 2013)

As práticas exigentes ou controladoras são marcadas por relacionamento coercitivo, ausência de afeto, dominação negativa, abuso físico e psicológico, negligência, falta de consistência e de supervisão, agressões frequentes e violência intrafamiliar (Cardoso, 2013; Fonseca, 2007; Gomide, 2006). Este tipo de prática está relacionado à agressividade e problemas de conduta nas crianças (Cardoso, 2013) e não as ajuda a desenvolver capacidades aceitáveis para resolver conflitos ou lidar com a frustração de forma adequada (Fonseca, 2007). Nesse sentido, as dificuldades da criança podem estar traduzindo uma dificuldade dos pais ou até da relação pai/mãe-filho(a).

Darling e Steinberg (1993), anos depois, organizaram uma revisão histórica ao buscar compreender os efeitos da parentalidade no desenvolvimento infantil. Os autores propuseram que, para compreender como os componentes do estilo parental se articulam de modo a influenciar o desenvolvimento da criança, é preciso entender como isso se processa no contexto familiar, indo além da análise de influências imediatas e voltando-se também para a cultura, a classe social e a composição da família. Na articulação de seu modelo, afirmaram que tanto as práticas parentais quanto o estilo parental são influenciados pelas crenças dos pais (valores e metas que os mesmos têm em relação ao filho). Assim, para os autores, não é possível afirmar que determinadas práticas e estilos são melhores que outros sem considerar o contexto cultural no qual a família está inserida, bem como as características ecológicas desse contexto (condições físicas e sociais).

Por sua importante contribuição no avanço das pesquisas sobre parentalidade, estilos parentais ainda é uma abordagem bastante utilizada (Buri, 1991; Hoff & Laursen, 2019; Maccoby & Martin, 1983; Reitman et al., 2002; Robinson et al., 1995). Entretanto, alguns pesquisadores apontam que a combinação das práticas em estilos parentais traz limitações ao estudo das dimensões da parentalidade. Isso porque neste modelo os escores são indicados dicotomicamente, ou seja, o grau medido para cada prática é relatado entre uma faixa numérica que indica índices elevados ou baixos. Outro fator é a bipolaridade das dimensões que normalmente são medidas de acordo a uma em contraposição à outra que resultam em práticas positivas de um lado e negativas de outro (Deater-Deckard et al., 2006; Locke & Prinz, 2002; Skinner et al., 2005).

Essas características podem levar à: perda de informações como efeitos específicos, não lineares ou aqueles resultantes da combinação entre dimensões; e falta de acesso a efeitos moderados das dimensões que também podem ter reflexos no comportamento da criança, bem como indicarem uma parentalidade suficiente, mas não ideal (Barber, 1996; Darling & Steinberg, 1993; Martin L Hoffman, 1994; Maxwell & Delaney, 1993; Skinner et al., 2005). Diante disso, alguns pesquisadores defendem que as dimensões deveriam ser medidas e analisadas individualmente, permitindo que os efeitos no comportamento da criança possam ser medidos a partir de dimensões independentes, combinadas ou da interação entre elas. Tal método permitiria um acesso à parentalidade mais compreensivo e comparável em

pesquisas futuras e na prática clínica (Barber, 1996; Darling & Steinberg, 1993; Skinner et al., 2005).

3.6 MULTIDIMENSÕES DA PARENTALIDADE

As perspectivas atuais têm proposto compreender a parentalidade a partir de multidimensões. Esse pequeno conjunto de dimensões independentes e mais gerais seriam formados pelas práticas parentais, ao mesmo tempo em que poderiam ser combinados para descrever clusters ou estilos parentais (Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015; Skinner et al., 2005). A identificação desses conjuntos ou dimensões centrais da parentalidade poderiam promover maior comparabilidade entre os estudos, facilitar o acúmulo de conhecimento e contribuir para a operacionalização das definições das dimensões e do construto como um todo (Skinner et al., 2005).

Skinner et al. (2005). se propuseram a verificar se a parentalidade poderia ser melhor representada por uma série de dimensões bipolares (ex: calor vs rejeição) ou por múltiplas dimensões unipolares (ex: calor e rejeição). Após uma vasta revisão nos estudos sobre parentalidade das dimensões que representam a relação entre pais e filhos, concluíram que as dimensões calor vs rejeição, estrutura vs caos e autonomia vs suporte se mostraram estáveis tanto ao longo dos anos nos estudos, assim como ao longo das faixas etárias investigadas, desde pré-escolares até a adolescência. Após testarem as dimensões empiricamente, as análises resultaram em fatores unipolares. A partir desta constatação propôs o Modelo Motivacional da Parentalidade, composto por seis dimensões e embasado teoricamente pela teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 1985) cuja prerrogativa é que as crianças precisam experienciar-se como pertencentes, competentes e autônomas. Assim, quando os pais interagem com as crianças de maneira que permitem que se sintam dessa forma, as crianças se envolvem de forma mais construtiva com os pais e estão mais dispostas a se mostrarem intrinsecamente motivadas à socialização.

As seis dimensões são: 1) calor (warmth): expressão de afeto, amor, apreciação, bondade, preocupação, disponibilidade afetiva, suporte, conexão, proximidade, conforto; 2) Rejeição (rejection): oposto de calor, aversão, hostilidade, irritabilidade, explosão de raiva, críticas, frieza, broncas, rejeição; 3) estrutura

(structure): consistente, previsível, expectativas claras, controle firme e claro; 4) caos (chaos): falta de contingência, inconsistência, imprevisibilidade, arbitrário, confusão, desorganização; 5) suporte à autonomia (autonomy support): comunicação genuína, respeito, incentivo a descobrir, explorar, articular os próprios pontos de vista, objetivos e preferências; 6) coerção (coercion): intrusivo, supercontrolador, controle psicológico, restritivo.

É importante notar que as dimensões propostas no modelo representam separadamente os dois polos opostos de dimensões que antes eram mensuradas de maneira bipolarizada. Power (2013) também apresenta uma revisão histórica das dimensões e modelos referentes à parentalidade, dentre tantas práticas, dimensões polarizadas, estilos e dimensões individualizadas que investigou, apontou que de fato, calor, controle e estrutura ainda parecem se repetir como as principais dimensões da parentalidade. Porém, aponta que uma quarta dimensão tem grande possibilidade de emergir, estimulação cognitiva, mas para isso novas pesquisas teriam que incluir em suas investigações comportamentos como interações verbais e a complexidade de estimulação não verbal.

Este modelo contribuiu para identificar dimensões centrais da parentalidade estáveis ao longo dos anos e das faixas etárias. Assim como nos modelos das práticas e dos estilos, centraliza as dimensões da parentalidade como características centradas no adulto voltadas a moldar o desenvolvimento da criança. As dimensões positivas têm um impacto numa aceitação da criança à socialização facilitada (Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983; Skinner et al., 2005), assim como na internalização de valores e comportamentos que atendam às expectativas dos pais. Já as dimensões negativas levam à insatisfação da criança, as tornam submissas, opositoras e apáticas, ou seja, resistem à socialização (Skinner et al., 2005; Ulferts, 2020)

Uma das principais contribuições do estudo de Skinner et al. (2005) foi com relação às definições operacionais de cada uma das dimensões, bem como sua diferenciação de demais dimensões já reportadas ou usadas em outros modelos. Isso porque as dimensões individualmente carregam um significado muito particular, mas quando são agrupadas se transformam em um outro construto, voltando-se à questão, por exemplo, dos estilos parentais (Skinner et al., 2005). O mesmo tem sido alertado em estudos mais atuais (Ulferts, 2020) sobre a tendência em mensurar ou compreender a parentalidade como parentalidade positiva ou negativa (Lei et al.,

2018) ou parentalidade não suportiva e adaptativa (Chen et al., 2018). Tanto os estilos quanto as dimensões têm seu valor científico, mas não podem ser comparados, pois servem a propósitos diferentes (Skinner et al., 2005; Ulferts, 2020). Além disso, questões culturais implicam em algumas práticas serem mais adaptativas ou necessárias em um contexto, mas serem consideradas inadequadas ou negativas em outros (Choi et al., 2013; Smetana, 2017), sendo mais um motivo para evitar grandes combinações.

Outro modelo proposto que trabalha com as multidimensões da parentalidade é o Modelo Integrativo da Parentalidade proposto por Hoghughi (2004), em que o autor retoma o modelo dos determinantes da parentalidade proposto por Belsky (1984) e a definição de “parentalidade suficientemente boa” de Winnicott, e apresenta um modelo teórico composto pelos determinantes, denominados pré-requisitos, necessários para o desenvolvimento da atividade parental, englobam recursos, conhecimento, motivação e oportunidades; pelos desfechos no desenvolvimento da criança, denominadas áreas funcionais, áreas que precisam ser desenvolvidas ou de atenção como saúde física, funcionalidade intelectual e educacional, comportamento social e saúde mental; e pelas dimensões da parentalidade, denominadas atividades parentais.

As atividades parentais são compreendidas como um conjunto de atividades necessárias e suficientes para uma parentalidade adequada, e incluem cuidado, controle e desenvolvimento. O cuidado está voltado para atender as necessidades físicas, emocionais e sociais da criança. Cuidado físico ocorre por meio de comportamentos como providenciar alimentação, higiene, sono, vestimenta e proteção. Para Hoghughi (2004), sempre que possível, os cuidadores devem “ir além do básico” provendo o que conseguem de melhor, por exemplo, uma alimentação equilibrada e nutritiva. Cuidado emocional envolve a prevenção de emoções negativas como medo e ansiedade, e também proporcionar sensação de ser amado, e respeitado em sua individualidade, formando vínculos saudáveis e uma perspectiva otimista das relações. Cuidado social está relacionado a integrar a criança socialmente – ambiente doméstico, escolares entre pares – de forma a se responsabilizar por seus atos e autorregular (Barroso & Machado, 2015).

O controle seriam atividades de estabelecimento de regras, limites e disciplina apropriados e culturalmente compartilhados, variando conforme as expectativas culturais e experiências dos próprios pais enquanto filhos. O próprio

autor indica que não há um consenso social sobre a melhor forma de colocar limites ou disciplinar a criança, ainda se encontra uma ampla gama de comportamentos que variam desde o diálogo até restrições e punição física (Hoghugh, 2004). Por fim, desenvolvimento, relativo a atividades de incentivo e estímulo para o maior bem-estar da criança e desenvolvimento do seu potencial. Não são atividades essenciais para a sobrevivência, mas oportunizam que a criança se envolva com atividades físicas, artísticas, culturais e comunitárias.

Uma questão central no modelo de Hoghugh (2004). é que ele se propõe a medir uma parentalidade minimamente adequada, numa tentativa de contribuição mais objetiva sobre os fatores minimamente adequados e necessários para um pleno desenvolvimento da criança. Tal abordagem se mostra interessante para reforçar práticas positivas, na medida em que os estudos sobre parentalidade e comportamento da criança parecem indicar que quando as atividades parentais são caracterizadas por suporte, afeto e sensibilidade elas promovem maior competência social e cognitiva da criança; maior autoestima; menos problemas de comportamento; melhor desempenho escolar e um comportamento pró-social (Belsky et al., 2007; Grolnick & Gurland, 2002; Kuppens et al., 2009; Michiels et al., 2010; Muris et al., 2003). Vale o alerta que o modelo não se propõe a avaliar comportamentos parentais que se configuram como fatores de risco ao desenvolvimento da criança, ainda que atividades parentais que recorrem a práticas de rejeição, controle e pouco estímulo estão associadas à manifestação de problemas de internalização, de externalização e pouca adaptação em diversos outros domínios (Barber, 2006; Beltrão, 2015; Brown & Whiteside, 2008).

3.7 MODELO RELACIONAL DA PARENTALIDADE

Esta compreensão histórica da parentalidade evidencia que o modelo de Schaefer, os Estilos Parentais, as práticas parentais e o modelo de Skinner, por meio de diferentes formas, abordaram a parentalidade como tarefas de educação e socialização das crianças, principalmente focadas no adulto como figura central. O modelo de Hoghugh amplia para um foco nas atividades necessárias não só para educação e socialização, mas direcionadas ao desenvolvimento infantil de forma integral, mas que ainda assim é centrado nas ações do adulto para a criança. Os modelos de envolvimento paterno e as teorias do apego e da relação de ativação

contribuíram para a relação pais-filhos(as) ser compreendida como um fenômeno mais interativo. Nestes modelos os adultos fazem algo com as crianças ou para as crianças e não uma ação conjunta que se influenciam mutuamente previamente definido.

É interessante notar que a teoria do apego, da relação de ativação, do envolvimento parental e do Modelo de Hoghughi focam em aspectos considerados positivos, adequado, apropriados da interação pais-filhos(as). Por sua vez, os modelos dos estilos parentais, práticas parentais e de Skinner acessam tanto os comportamentos considerados negativos, inapropriados ou não adequados, quanto os opostos. A depender do objetivo do que se pretende acessar ou mensurar, deve-se atentar que alguns comportamentos podem não ser relatados por uma limitação da teoria e não porque o indivíduo não o faz.

Outra questão que se destaca a partir desta abordagem histórica é que todos os modelos focam nas relações entre a figura parental e o bebê, a criança ou adolescente. Nenhum dos modelos apresenta uma definição dos comportamentos e das dimensões da parentalidade de forma que abrange todos os estágios do ciclo de vida, ainda que a parentalidade se estenda até o final da vida familiar (McGoldrick, 2001)

No presente estudo, parte-se da concepção de que o desenvolvimento humano ocorre a partir das mudanças e continuidades produzidas pelos modos como os indivíduos e os contextos interagem por meio de relacionamentos (Osher et al., 2020). Destaca-se, também, um caráter relacional do desenvolvimento, que se dá pelas associações entre o indivíduo em desenvolvimento e seus contextos próximos e/ou distais, que afetam seu desenvolvimento de maneira positiva e negativa (Bronfenbrenner, 2011; Osher et al., 2020)

Relacionamentos são as forças motrizes do desenvolvimento humano; impulsionam, direcionam, guiam os agentes que os constroem (Bronfenbrenner, 2011). Portanto, a parentalidade pode ser pensada como um processo que envolve relacionamentos bidirecionais entre membros de duas gerações; que pode se estender por toda ou grande parte dos períodos de vida desses grupos; que pode envolver todas as instituições dentro de uma cultura (educacionais, políticas, sociais); e que está embutida na história de um povo – uma vez que essa história ocorre dentro dos ambientes naturais e planejados dentro dos quais o grupo vive (Bronfenbrenner, 2011; Lerner et al., 1998; Sameroff, 2010)

Assim, a proposição do modelo se dá no sentido de propor determinadas dimensões que caracterizam o processo relacional, cuja forma com que o adulto se implica na relação com a criança se torna a essência das dimensões, para o desenvolvimento permanecer regular e constante. Mas cujo conteúdo e manifestação no comportamento podem, e devem variar, no sentido da melhor adaptação ao contexto bioecológico de desenvolvimento. Estas variações são esperadas, e entender a parentalidade como relação, carrega em si todo um complexo de interações organismo-contexto de cada um e da dupla como um todo. Nestas interações estão imbricados todos os aspectos da filogênese, ontogênese, cultura, tempo histórico, sociais e familiares (Lerner et al., 1998). O que implica em reconhecer que a diversidade é uma característica fundamental do comportamento parental (Lerner et al., 1998).

Assim, com base nas teorias e modelos apresentados, nas suas potencialidade e limitações, propõe-se o Modelo Relacional da Parentalidade com as seguintes dimensões como formas particulares de interação recíproca entre figura parental-criança:

Cuidados Básicos: este processo envolve comportamentos para assegurar que as necessidades básicas são satisfeitas de forma responsável e adequada às demandas do desenvolvimento em diversos contextos. Pode estar relacionada a alimentação, educação, higiene, vestimenta, recursos materiais, condições de saúde física e mental, manutenção de ambientes seguros e prevenção de acidentes. Esta proposição foi pensada com base nos conceitos de cuidado, segurança e garantia de necessidades biológicas básicas ao desenvolvimento conforme os modelos de Bowlby (1969), Hoghughi (2004) e Lamb et al. (1985).

Responsividade às dificuldades: este processo envolve comportamentos de acolhimento, sensibilidade, apoio e responsividade às dificuldades do outro com respostas afetuosas e adequadas às situações. Pode estar relacionado a acalmar, acudir, dar atenção, intervir, atender, consolar o outro quando se encontram diante de emoções e sentimentos difíceis, situações estressantes ou imprevistas, dificuldades, desconfortos. Esta proposição foi pensada com base nos conceitos de cuidado e segurança socioemocional conforme os modelos de Bowlby, (1969) e Hoghughi (2004).

Confirmação afetiva: este processo envolve comportamentos de respeito e sensibilidade à identidade do outro, reconhecendo-, e confirmando sua individualização

por meio de afeto positivo, proximidade, consideração às opiniões e desejos do outro de forma compreensiva e consistente. Pode estar relacionada a brincadeiras, comunicação positiva, demonstração de afeto positivo, elogios, consistência, consideração da opinião e desejo do outro em planos ou atividades. Esta proposição foi pensada com base nas características de reconhecimento do outro e afetividade do estilo autoritativo de Baumrind (1966), na dimensão warmth e no conceito de autodeterminação de Skinner et al. (2005) e Deci e Ryan (1985) e na dimensão cuidado emocional de Hoghughi (2004).

Estimulação: este processo envolve comportamentos de estímulo, encorajamento, incentivo, exploração e perseverança em ambientes, atividades ou relações sociais. Pode estar relacionada a promover habilidades psicomotoras, perseverança diante de adversidades ou dificuldades, incentivo artístico e cultural, exploração de ambientes, incentivar interações sociais adequadas, encorajar a solução de problemas, propor desafios físicos, cognitivos ou psicossociais. Esta proposição foi pensada com base no sistema de exploração conceituado por Bowlby (2002) e desenvolvido por Paquette (2004), no conceito de autodeterminação que perpassa a dimensão suporte à autonomia de Skinner et al. (2005) e na dimensão cuidado social de Hoghughi (2004).

Corregulação: este processo envolve comportamentos de comunicação assertiva, identificação e expressão de emoções e sentimentos, reflexão, explicações, suporte, provimento de informações e orientação. Pode estar relacionada a promover conversas sobre regras e comportamentos; explicar consequências de comportamentos; identificar e demonstrar sentimentos e emoções; prover expectativas claras do comportamento esperado; colocar limites às situações de maneira adequada e proporcional; reconhecer a necessidade de mudança de comportamento. Esta proposição foi pensada com base nos modelos de autorregulação e representação de Sameroff (2010), na necessidade de propor limites apropriados e não como punição da teoria de Paquette (2004) e no conceito de afeto/responsividade de Pleck (2010) que além de suporte destaca a expressão de emoções e sentimentos, e nas práticas indutivas de Hoffman (1975), na responsividade de Maccoby e Martin (1983), suporte à autonomia de Skinner et al. (2005) e na dimensão controle de Hoghughi (2004).

Coerção: este processo envolve comportamentos de afirmação de poder, punição, violência, agressão, intrusão, retirada de privilégios e afeto, hostilidade,

ameaça, indução de culpa, explosão emocional negativa, dominação, restrição, regras rígidas e arbitrárias. Pode estar relacionada com utilizar a força física, gritar, xingar para disciplinar, ameaçar para controlar o comportamento do outro, fazer críticas para melhorar do comportamento, exigir obediência incondicional, reações emocionais negativas diante de emoções e comportamentos do outro, controlar ou proibir as ações do outro de forma arbitrária, restringir as opiniões do outro, bater ou dar palmada em qualquer parte do corpo, utilizar expressões de raiva, frustração ou desapontamento para induzir culpa. Esta proposição foi pensada com base nos modelos de autorregulação e representação de Sameroff (2010), no equilíbrio de poder de Bronfenbrenner (2011), na teoria do apego de Bowlby (1958), na dimensão punição da teoria de Paquette, na disciplina coercitiva de Hoffman (1975), no conceito de práticas exigentes/controladoras de Maccoby e Martin (1983), nas dimensões rejeição e coerção de Skinner et al. (2005), e em algumas características do modelo autoritário da Baumrind (1966).

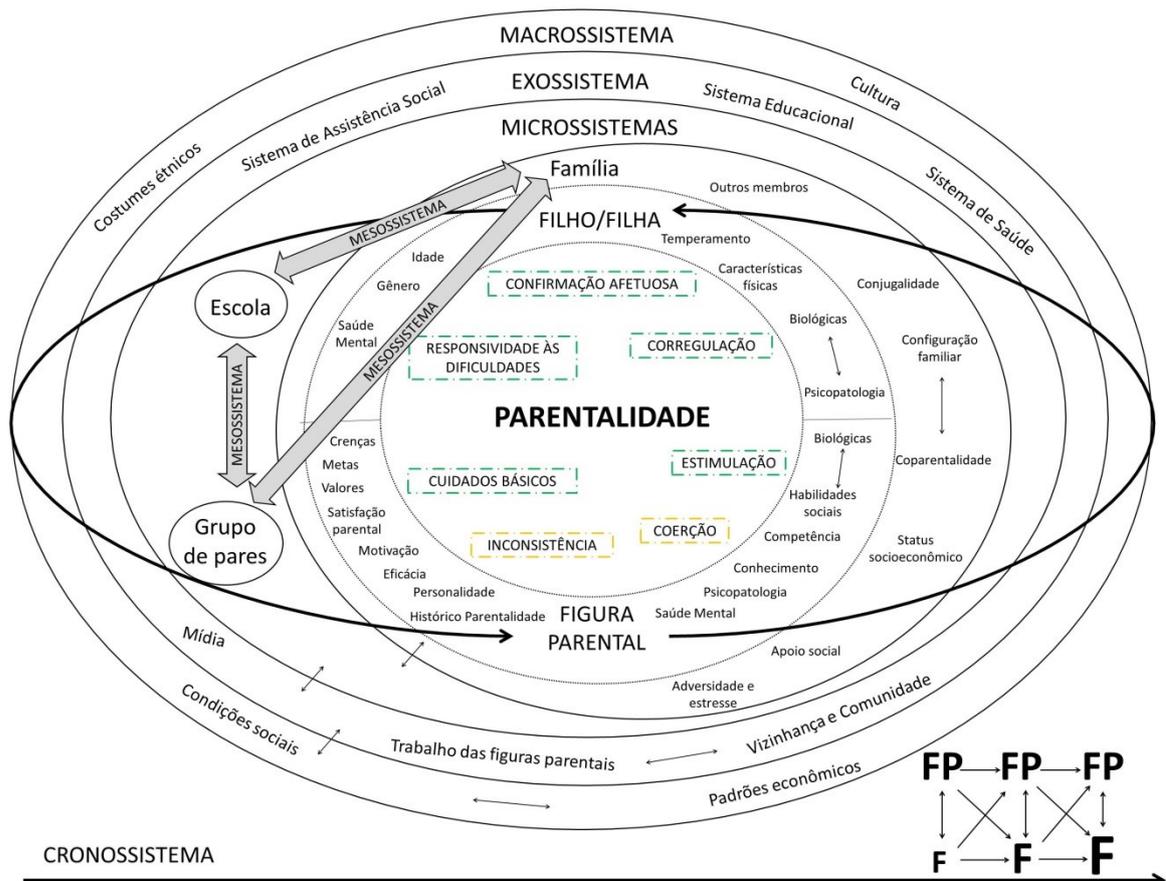
Inconsistência: este processo envolve comportamentos de falta de contingência, imprevisíveis, desorganizados, confusos, evitativos, irregulares. Pode estar relacionada a ceder à vontade do outro em situação inapropriada, não colocar limite ou deixar de repreender quando necessário, oferecer algo em troca de bom comportamento, comunicar uma consequência, mas não cumprir. Esta proposição foi pensada com no conceito de regularidade de Bronfenbrenner (2011), na teoria do apego de Bowlby (1958), em algumas características dos estilos permissivo e negligente de Baumrind (1966) e Maccoby e Martin (1983), na dimensão caos de Skinner et al. (2005).

Ressalta-se que a parentalidade como processo relacional implica que Confirmação afetuosa, Corregulação, Cuidados Básicos, Responsividade às dificuldades da criança e Estimulação são processos promovidos quando a figura parental e a criança estão em uma relação recíproca, com trocas de afetos positivos e equilíbrio de poder. Há o engajamento em uma atividade, cujas pessoas, objetos e símbolos do ambiente estimulam a atenção, exploração e imaginação da díade. Os comportamentos exercidos em cada uma das dimensões se tornam cada vez mais complexos ao longo do tempo e são exercidos em uma base bastante regular de tempo. A partir do engajamento em cada uma dessas dimensões o adulto estará corregulando os processos autorregulatórios da criança. Neste caso, serão

promotores de capacidades (Bronfenbrenner, 2011) e de um funcionamento adaptativo da criança (Sameroff, 2010).

Portanto, o Modelo Relacional da Parentalidade apresentado na Figura 2, propõe parentalidade como um processo relacional de interações recíprocas entre a figura parental e o/a filho/a que se expressa por meio de comportamentos com potência promotora do desenvolvimento, como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos e responsividade às dificuldades, bem como por comportamentos com potência de efeitos de disfunção, como coerção e inconsistência. Em que os integrantes da díade se influenciam mutuamente, com base nas interações entre as características dos indivíduos e suas relações com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo.

Figura 2
Modelo Relacional da Parentalidade



Fonte: Paraventi (2022).

Está bem estabelecido que as ações parentais fornecem recursos de uma geração para a outra, e têm a função de garantir a sobrevivência, socialização e

pleno desenvolvimento dos filhos (Hoghughi, 2004; Lerner et al., 1998). O que se propõe é que a parentalidade é uma interação complexa que envolve muito mais do que cuidar, prover, ensinar, guiar, socializar como definido por Bradley e Caldwell (1995). O modelo de parentalidade enquanto relacional se propõe a tentar compreender e explicar como os comportamentos parentais ocorrem na relação. Uma outra forma de abordar o fenômeno que não exclui as demais, mas vem a somar com mais uma possibilidade (Gergen, 2009).

Pensar a parentalidade como relacionamento não implica tirar a responsabilidade dos pais em executar tarefas, essas atividades ainda fazem parte da interação, mas o modo como estas tarefas são realizadas é diferente. O que auxilia a implicar as pessoas no processo, distanciando da parentalidade checklist que tenta ser perfeita porque disseram que aquilo é o que funciona. Aproximando de uma parentalidade em que os processos são dinâmicos, justamente para se ajustarem as necessidades da díade no momento, mas sempre na intencionalidade com o outro (Bronfenbrenner, 2011).

Na parentalidade como relacionamento, a díade constrói em conjunto a relação, há uma intencionalidade na relação com o outro e com efeitos em si mesmo. Há a necessidade de envolvimento, investimento e engajamento nesta relação, para que de fato ela se torne um relacionamento de desenvolvimento, para ambos os agentes. Neste complexo sistema de coações recíprocas entre a criança e seus contextos e a cultura, estão as relações significativas que elas cocriam em cada microssistema (Lerner et al., 1998). Neste sentido, a parentalidade preconiza a existência de duas pessoas que são indivíduos e grupo ao mesmo tempo, que estão constantemente avaliando e interpretando suas experiências e seu relacionamento (Osher et al., 2020), e implica em uma via que não é somente de mão única ou de mão dupla, mas que é circular e recursiva (Sameroff, 2010).

Há uma corresponsabilização, pois um precisa do outro para que os processos continuem funcionando (Sameroff, 2010). Mas sempre haverá uma figura de referência, cujas experiências e características pessoais carregam uma maturidade biopsicossocial para discernir sobre os limites, capacidades e potencialidades do outro na relação. Só assim se garante o equilíbrio de poder, cuja pessoa que tem domínio da relação passa gradualmente o poder à pessoa em desenvolvimento, respeitando suas capacidades e necessidades (Bronfenbrenner, 2011)

O modelo dos determinantes da parentalidade (Belsky, 1984; Taraban & Shaw, 2018) tem notória contribuição nos estudos da parentalidade e deve sempre ser levado em consideração ao se utilizar o modelo relacional da parentalidade. As dimensões propostas caracterizam processos que ocorrem em uma interação entre duas pessoas em um contexto histórico, social e cultural específicos (Bronfenbrenner, 2011; Sameroff, 2010). Assim, a proposição não é dicotômica entre faz ou não faz, e sim processual, com que regularidade, com qual intensidade e intenção, de que forma, sob que circunstâncias. Por exemplo, avaliar os pais na dimensão de cuidados básicos implica em conhecer o contexto socioeconômico da figura parental. O estudo de Hoff e Laursen (2019) mostrou que famílias com condição socioeconômica mais baixa têm acesso limitado aos recursos necessários para fornecer os cuidados básicos, enquanto famílias de maior renda são capazes de “ir além do básico” como indicado no modelo de Hoghughi (2004). Assim, as avaliações por meio do modelo indicam processos não só da díade, mas também rastreiam fatores de risco ou proteção nos contextos com que ela se relaciona.

3.8 CONCLUSÕES

No presente estudo, entende-se a parentalidade como um processo relacional de interações recíprocas entre a figura parental e o/a filho/a que se expressa por meio de comportamentos com potência promotora do desenvolvimento, como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos e responsividade às dificuldades, bem como por comportamentos com potência de efeitos de disfunção, como coerção e inconsistência. Os integrantes da díade parento-filial se influenciam mutuamente, a partir das interações entre as características individuais de cada um e suas relações estabelecidas com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo.

Elaborar um modelo teórico para explicar a realidade implica que seu uso deve ser feito com sensibilidade às consequências que este tipo de convenção discursiva pode gerar, pois elas tentam a sedimentar e limitar práticas sociais (Gergen, 2009). Pensar a parentalidade como processo em relação é movimentar o status quo para construir inteligibilidades alternativas e indicar uma multiplicidade de construções de mundo possíveis. Esta é uma proposição para uma outra forma de olhar a parentalidade, assim, é possível que outras dimensões não estejam

abarcadas no modelo, mas que possam vir a ser adicionadas, assim como as dimensões propostas podem vir a ser repensadas ou reformuladas com base no uso do modelo em estudos futuros.

Uma limitação a ser considerada é que este estudo não se propôs a fazer uma análise extensiva e sistemática de todos os modelos teóricos sobre parentalidade, assim, as análises feitas dos modelos são um recorte da história e das teorias, o que deve ser levado em consideração. Além disso, neste estudo foi feita a proposição teórica do modelo, mas não foram realizadas pesquisas para verificar sua plausibilidade no contato com o fenômeno empiricamente. Também não foram elaborados métodos de avaliação da parentalidade com base no modelo, mas sugere-se que em pesquisas futuras esses instrumentos possam ser elaborados, não somente para verificar hipóteses, mas também para contribuir com possíveis mudanças no modelo proposto.

Um aspecto importante dos modelos teóricos é sua capacidade de ser aplicado a outros contextos (Borsboom et al., 2021; Bronfenbrenner & Morris, 2006). De acordo com o exposto, as dimensões propostas no modelo implicam em interações recíprocas e processos, assim, parece fazer sentido que possa ser aplicado à parentalidade ao longo do ciclo de vida. Sugere-se, então, que o modelo possa ser testado, não somente com a díade figura parental-criança, mas também figura parental-adolescente, figura parental-adulto jovem, figura parental-adulto, figura parental-idoso (nesta fase da vida, em algumas culturas, os papéis se invertem, e a figura de referência da díade se tornam os filhos, mas os processos permanecem).

4 ESTUDO 2 – PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAR A PARENTALIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA

Resumo

Medidas de autorrelato têm sido as mais utilizadas para avaliação da parentalidade. O objetivo deste estudo foi analisar as propriedades psicométricas de instrumentos de autorrelato usados para avaliar a parentalidade de pais com crianças entre 3 e 12 anos de idade. Foi conduzida uma busca pelos estudos sem restrição de data inicial e publicados até julho de 2022. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science, PsycINFO, Pubmed, Embase, CINAHL, Scielo, BDTD, PQDT, OADT, Banco de Teses da CAPES e no portal BVS, em inglês, espanhol e português. Foram incluídos estudos empíricos que reportavam a validação de medidas de autorrelato da parentalidade de pais e mães de crianças com idades entre 3 e 12 anos. Foram identificados 20944 registros, destes, resultaram 12 medidas para análise a partir de 42 estudos. Os dados foram extraídos e sintetizados com base no sistema de avaliação COSMIN. Os resultados indicaram que a qualidade metodológica dos estudos pode ser considerada alta para a avaliação dos aspectos gerais, validade estrutural, consistência interna e validade de construto, porém para as demais categorias há de se interpretar os resultados da validação com cautela. As evidências incluíram achados positivos e negativos relacionados à adequação das propriedades psicométricas. Esta revisão destaca a necessidade de aperfeiçoar a qualidade metodológica dos estudos de construção ou adaptação de medidas da parentalidade e validações adicionais das medidas para aprimorar suas propriedades psicométricas.

Palavras-chave: Autorrelato. Parentalidade. Revisão sistemática. COSMIN. Propriedades psicométricas.

A parentalidade pode ser entendida como um construto que abrange os comportamentos pelos quais pais e mães se engajam na criação de seus filhos (Cabrera & Volling, 2019). A partir do século XX, foi dado um enfoque científico às investigações dos aspectos relacionados à criação e socialização das crianças por parte dos pais (Holden, 2010). O maior interesse nas investigações sobre parentalidade cresceram cada vez mais diante das evidências dos efeitos da interação entre pais e filhos no desenvolvimento da criança em seus diversos domínios – biológico, psicológico, cognitivo e social (National Academies of Sciences, Engineering and Medicine, 2016). Sendo que esses efeitos podem atuar como fatores de propulsão ou inibição do desenvolvimento infantil (Ong et al., 2018; Reitz et al., 2006).

A segunda e terceira infância têm se destacado como períodos críticos e sensíveis para o desenvolvimento da criança (Papalia & Feldman, 2013). Neste período os comportamentos exercidos por pais e mães são determinantes para o

desenvolvimento das capacidades e dificuldades das crianças (Bronfenbrenner, 2005). Crianças a partir da segunda infância adquirem maior autonomia, começam a estabelecer relações sociais para além da família, a comunicação e as brincadeiras ficam cada vez mais complexas, há um desenvolvimento progressivo de habilidades socioemocionais, o que exige mudanças nas atividades parentais (Fabes et al., 2008; Marin et al., 2011). Essas habilidades, capacidades, recursos ou dificuldades fomentados na relação com os pais influenciam seu desenvolvimento e suas relações com as pessoas e ambientes nas demais fases do ciclo de vida (Bronfenbrenner, 2005).

Diversas perspectivas conceituais podem ser encontradas na literatura para se referir à parentalidade, implicando no constante desafio para operacionalizar suas dimensões enquanto construto e para sua mensuração. É possível encontrar na literatura científica alguns exemplos como estilos parentais (Baumrind, 1966), práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993; Hoffman, 1963, 1975), envolvimento/engajamento parental (Lamb et al., 1985), atividades parentais (Hoghughi, 2004) e dimensões parentais (Skinner et al., 2005) para designar comportamentos e atitudes parentais na interação mãe-criança e/ou pai-criança.

De uma maneira sintética, podemos definir estes termos da seguinte forma: as práticas parentais estão relacionadas aos comportamentos parentais direcionados à socialização, orientação e educação dos filhos, já os estilos parentais são referentes ao conjunto de comportamentos ou práticas parentais que cria um clima emocional onde as interações pais-filhos se expressam (Darling & Steinberg, 1993). Envolvimento parental pode ser entendido como as atividades de interação direta ou indireta dos pais com os filhos visando o cuidado e engajamento seria um termo mais relacionado à interação pai-criança, especificamente, em que há participação e preocupação contínua do pai para com o filho (Bossardi, 2015; Lamb et al., 1985). Atividades parentais são definidas como o conjunto de atividades que envolvem cuidado, disciplina e desenvolvimento necessário e suficiente para uma parentalidade minimamente adequada (Hoghughi, 2004). Por fim, dimensões parentais podem ser pensadas como um conjunto de blocos de construção sobre os quais a parentalidade é construída, englobando as características, qualidades e esquemas descritivos usados para capturar a natureza da parentalidade (Skinner et al., 2005).

Contudo, a falta de consenso na conceitualização do fenômeno e na operacionalização de suas dimensões traz algumas limitações às investigações científicas, como inconsistência e falta de congruência entre os estudos, dificulta a comparação de resultados, impossibilita replicações de dados e dificulta a proposição de intervenções baseadas em evidências (Calders et al., 2020; Collins et al., 2000; Locke & Prinz, 2002; Parent & Forehand, 2017). Essas limitações também são encontradas em relação aos métodos utilizados para acessar a parentalidade, especialmente em relação às propriedades psicométricas dos questionários e inventários que, por questões práticas e econômicas, têm sido o método mais comum para investigar a parentalidade (Félix Cova et al., 2017; Hurley et al., 2014; Locke & Prinz, 2002). Hurley et al.(2014), Locke e Prinz (2002) e Reid et al. (2015) revisaram as propriedades psicométricas de medidas da parentalidade e concluíram que a maioria dos instrumentos revisados não apresentaram propriedades psicométricas boas o suficiente que indicassem o seu uso em estudos futuros ou na prática profissional, indicando a necessidade de revisão dos instrumentos e ampliação dos estudos de validade.

Em função da natureza multidimensional da parentalidade, existe uma variedade de questionários e inventários para sua mensuração. Alguns instrumentos avaliam aspectos relacionados à parentalidade que influenciam a parentalidade, por exemplo, satisfação e competência parental (Kirkman et al., 2018; Martínez-González et al., 2021), autoeficácia parental (Holloway et al., 2019; Norman et al., 2021), atitudes e crenças parentais (Budd et al., 2015; Valadão, 2018), lembranças de práticas parentais (Lieber et al., 2006; Martins et al., 2010), autorregulação parental (Marques et al., 2020). Outros instrumentos avaliam dimensões bastante específicas como práticas de alimentação (Davison et al., 2018; Ferreira et al., 2020), práticas parentais sobre atividades físicas (Masse et al., 2020; Suen et al., 2017), dentre outras. E por fim, existem também os instrumentos que avaliam especificamente os comportamentos parentais e suas dimensões (Lovejoy et al., 1999; Oliveira et al., 2018; Parent & Forehand, 2017; Robinson et al., 1995; Shelton et al., 1996)

Diversos estudos se propuseram a revisar as medidas existentes para avaliar a parentalidade e suas propriedades psicométricas (Carpenter & Donohue, 2006; Holden & Edwards, 1989; Hurley et al., 2014; Lessenberry & Rehfeldt, 2016; Locke & Prinz, 2002; Rodriguez et al., 2021; Smith, 2011). No Brasil, a revisão de

literatura de Macarini et al. (2010) indica sete instrumentos que as pesquisas brasileiras têm utilizado para acessar as práticas parentais, destes, destacam-se a Escala de Práticas Parentais (Teixeira et al., 2004) e o Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006), porém a revisão não analisou as propriedades psicométricas dos instrumentos.

De maneira geral, todos esses estudos de revisão condensaram e forneceram informações relevantes sobre uma ampla diversidade de construtos e instrumentos relacionados à parentalidade, porém, nenhum deles analisou as qualidades psicométricas de instrumentos que focam especificamente nos comportamentos diretos dos pais com a criança. Além disso, as revisões incluíram uma faixa etária de investigação de aspectos da parentalidade bastante ampla, desde a infância até a idade adulta, mas estudos nacionais e internacionais apontam a necessidade de medidas com evidências de validade específicas para diferentes faixas etárias, por exemplo, crianças pré-escolares e escolares (Cova et al., 2017; Dadds, Mullins, et al., 2003; de la Osa et al., 2014; Paraventi, 2018; Souza, 2018).

Portanto, ainda que a literatura indique diversos instrumentos de autorrelato para mensurar a parentalidade, há uma lacuna sobre quais são os instrumentos que avaliam especificamente os comportamentos parentais diretamente realizados com as crianças na segunda e terceira infância e qual a qualidade das propriedades psicométricas desses instrumentos. Uma maneira confiável para avaliar as propriedades psicométricas dos instrumentos e reunir informações sobre os instrumentos para instrumentalizar a seleção dos mais adequados com base em evidências é por meio de uma revisão sistemática (Scholtes et al., 2011). Esta estratégia possibilita mapear e sistematizar o conhecimento científico publicado, por meio de um método rigoroso, sistemático e passível de replicação (Scholtes et al., 2011).

Diante disto, o presente estudo tem como objetivo analisar as propriedades psicométricas de instrumentos de autorrelato usados para mensurar a parentalidade de pais com crianças entre 3 e 12 anos de idade, sejam instrumentos construídos ou adaptados para o Brasil, ou em outros países.

4.1 MÉTODO

Este artigo trata-se de uma revisão sistemática da literatura a fim de responder à seguinte pergunta: Qual a adequação das propriedades psicométricas dos instrumentos de medida disponíveis para a avaliação da parentalidade em crianças de 3 a 12 anos?

A pesquisa limitou-se a artigos, teses e dissertações empíricos publicados em português, inglês, espanhol e francês. As buscas foram feitas nas bases de dados Scopus, Web of Science, PsycINFO, Pubmed, Embase, CINAHL, Scielo, BDTD, PQDT, OADT, Banco de Teses da CAPES e no Portal BVS. Foi conduzida por dois revisores independentes, sem restrição de data inicial e publicados até julho de 2022, data de sua última atualização. A busca foi realizada considerando todos os campos do artigo, e naqueles onde foi necessário especificar foram selecionados título e resumo.

Os descritores principais “Parentalidade” e “Psicometria” e termos alternativos foram selecionados nas bases de terminologia Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings (MeSH Terms)*. Os termos utilizados foram: *parenting* OR *parenthood* OR “*Child rearing*” OR *childrearing* OR *fathering* OR “*Parental practices*” OR “*Parenting practices*” OR “*Parenting style*” OR “*Parenting styles*” OR “*Parental involvement*” OR “*Parental engagement*” OR “*Maternal involvement*” OR “*Paternal involvement*” OR “*Maternal engagement*” OR “*Paternal engagement*” OR “*Activation relationship*” OR “*Attachment relationship*” AND *psychometric* OR *psychometrics* OR *validity* OR *validities* OR *reliability* OR *reliabilities*, com as devidas variações em português e espanhol. O string de busca variou conforme as recomendações de cada base de dado ou portal.

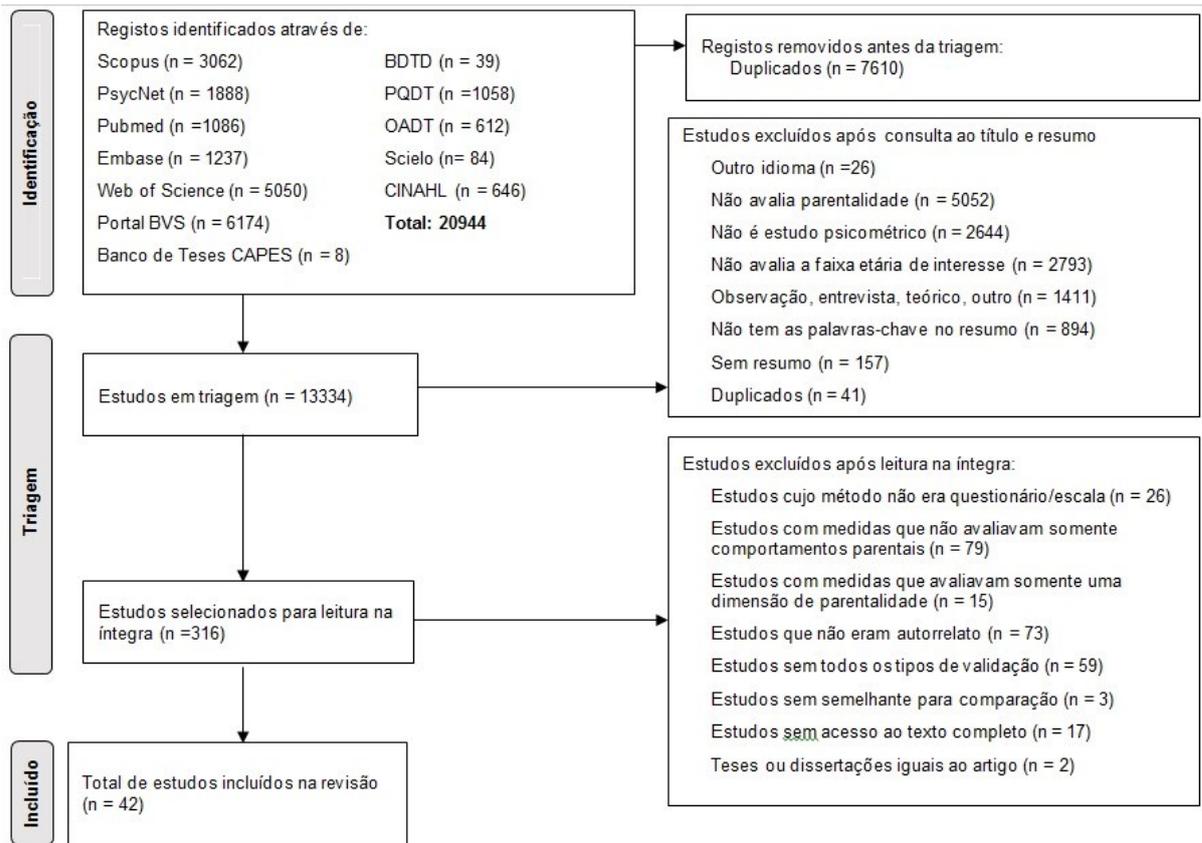
Os critérios adotados para inclusão dos artigos, levando-se em consideração o objetivo proposto, foram: a) artigos empíricos; b) artigos que no resumo contenham a combinação de pelo menos uma palavra correlata de parentalidade e uma de psicometria; c) artigos que tenham usado levantamento de dados por meio de escalas, questionários, testes e inventários de autorrelato. d) artigos com tema principal sobre parentalidade, práticas parentais, práticas educativas parentais, estilos parentais, apego, relação de ativação, envolvimento ou engajamento; e) população investigada: pais e/ou mães de crianças de 3 a 12 anos, ainda que ultrapasse as idades, de qualquer configuração familiar ou contexto; f) artigos que continham a descrição das seguintes propriedades psicométricas: precisão, validade de conteúdo, validade de construto e validade de critério.

Foram excluídos: a) artigos que abordavam instrumentos para avaliação de construtos não relacionados a comportamentos parentais (Ex: transição, estresse, eficácia, autoeficácia, confiança, atitudes, crenças, senso de competência, expectativas, competência, habilidades, percepção, satisfação, resiliência, auto-regulação parental, comunicação, motivação, alienação, coparentalidade, etc); b) artigos que apresentavam uma dimensão isolada da parentalidade; c) artigos com uso de protocolos de observação ou entrevista; d) artigos de revisão ou teóricos; e) artigos cujo participantes não eram pais ou mães; f) artigos que não apresentaram evidências sobre precisão ou qualquer outra validade.

Foram identificados 20.944 registros. Os registros foram importados para o Rayyan, um aplicativo gratuito, desenvolvido pelo QCRI (*Qatar Computing Research Institute*), para auxiliar na revisão. O aplicativo detectou 7610 registros duplicados que foram excluídos mecanicamente. Restaram 13.334 estudos, dada a grande quantidade, a primeira metade deles foi lida pelas revisoras (CDS e BPC) e a segunda metade pelas revisoras (LP e LMB), os títulos e resumos foram lidos a fim de selecionar aqueles que respeitassem os critérios de inclusão. Nesta etapa foram excluídos 13.018, restando 316 artigos lidos na íntegra pelas mesmas revisoras, no caso de discordância, um quinto juiz foi acionado, destes, 274 foram excluídos. Foi feito contato com especialistas para a indicação de possíveis artigos para inclusão, os artigos indicados já haviam sido recuperados por meio da chave de busca utilizada. Assim, 42 estudos foram incluídos na revisão. A Figura 1 sumariza o fluxograma desse processo.

Figura 3

Diagrama de seleção de artigos



4.2 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados conforme o checklist proposto pela iniciativa COSMIN (*Consensus-based Standards for the Selection of Health Measurement Instruments*), por se tratar de um método padronizado para avaliar estudos de medição e aplicação de definições psicométricas (Terwee et al., 2011). A qualidade dos artigos foi avaliada com base no COSMIN Checklist e a adequação das propriedades psicométricas com base nos critérios de qualidade psicométrica propostos por Terwee et al. (2018), para garantir que cada um dos estudos incluídos atendesse aos padrões para uma boa qualidade metodológica, e que o risco de viés foi mínimo. Os protocolos foram traduzidos para o português pela equipe de pesquisa, tendo em vista que no site do COSMIN ainda não constava a tradução para o Brasil.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca pelos artigos que relatavam as propriedades psicométricas de instrumentos de autorrelato usados para mensurar a parentalidade de pais com crianças entre 3 e 12 anos de idade, sendo instrumentos construídos ou adaptados para o Brasil, ou em outros países, resultou em 42 artigos lidos na íntegra que foram agrupados em 12 instrumentos conforme as características do instrumento.

Como pode ser visto na Tabela 1 por vezes o mesmo instrumento possui uma estrutura fatorial diferente em cada estudo. Pelas recomendações do COSMIN (Prinsen et al., 2018), cada uma deve ser analisada em separado. Assim, todas as estruturas fatoriais das escalas foram verificadas para agrupá-las conforme o número e conteúdo das dimensões. Assim, a escala Parenting Scale foi dividida em dois grupos, o primeiro com os estudos trifatoriais e o outro com os estudos bifatoriais, denominadas PS3 e PS2 respectivamente. O mesmo ocorreu para o Alabama Parenting Questionnaire (APQ), sendo agrupado em APQ3, APQ4 e APQ5

Os instrumentos variaram também em relação ao número de itens, as escalas continham desde 9 itens até 62 itens. O mesmo ocorreu para as dimensões, variando de 2 a 11 dimensões. A maioria dos estudos validou os instrumentos com amostras de pais e mães com filhos na segunda infância, variando desde 1 a 18 anos. Sendo que a quantidade de participantes variou entre 168 e 2339 pessoas. Dos 42 estudos, apenas o estudo de Oliveira et al. (2018) foi realizado no Brasil.

Tabela 1
Descrição dos estudos selecionados

Medida	Autor	n itens (n dimensões)	Subescalas (n itens)	População alvo	Amostra
The Parent and Family Adjustment Scales (PAFAS)	Guo et al. (2017)	15 (4)	Parental consistency,	mães e pais	650
	Mazzucchelli et al. (2018)	16 (4)	Coercive parenting,	mães e pais	914
	Mejia et al. (2015)	16 (4)	Positive encouragement,	mães e pais	174
	Sanders et al. (2014)	18 (4)	Parent-Child relationship	mães e pais	473
	Sumargi et al. (2018)	15 (4)		cuidadores primários	210
Parenting Scale (PS)	Rhoades e O'Leary (2007)	13 (3)	Laxness, Overreactivity,	mães e pais	453
	Arney et al. (2008)	29 (3)	Verbosity	mães	1656
	Arnold et al. (1993)	30 (3)		mães	168
	Brodard et al. (2018)	12 (2)	Laxness, Overreactivity	mães e pais	811
	Collett et al. (2001)	26 (2)		mães e pais	785
	Harvey et al. (2001)	20 (2)		mães e pais	327
	Karazsia et al. (2008)	10 (2)		mães e pais	408
	Kliem et al. (2019)	8 (2)		mães e pais	539

	López-Fernández et al. (2022)	12 (2)		mães	662
	Lorber et al. (2014)	21 (2)		pais e mães	852
	Prinzle et al. (2007)	20 (2)		mães e pais	600
	Reitman et al. (2001)	10 (2)		mães	216
	Salari et al. (2012)	21 (2)		mães e pais	1047
	Steele et al. (2005)	10 (2)		mães	271
Parenting Practices Questionnaire (PPQ)	Robinson et al. (1995)	62 (3est/11dim)	Authoritative (Warmth/Involvement, Reasoning/Induction, Democratic Participation, Good Natured/Easy going, Authoritarian (Verbal hostility, Corporal punishment, Nonreasoning, Punitive strategies, Directiveness Permissive (Lack of follow through, Ignoring misbehavior, Self-confidence	mães e pais	1251
	Baião-Tragedo et al. (2020)	32 (3est/7dim)	Auhoritative (Warmth/Support, Reasoning/Induction, Democratic participation	mães e pais	258
	Oliveira et al. (2018)	32 (3est/7dim)	Authoritarian (Physical coercion, Verbal hostility, Non-Reasoning/Punitive Permissive (Indulge)	mães	451
	Pedro e Ribeiro (2015)	32 (3est/7dim)	Parental involvement, Use of positive reinforcement, and supervision,	mães e pais	2081
Alabama Parenting Questionnaire (APQ)	Scott et al. (2011)	42 (5)	Inconsistent discipline, Corporal punishment	cuidador primário	208
	Badahdah e Le (2016)	15 (5)	Positive parenting,	mães e pais	215
	Robert (2009)	33 (5)	Inconsistent discipline, Poor Supervision	mães	862
	Świącicka et al. (2019)	35 (5)	Positive reinforcement,	cuidadores primários	1408
	Elgar et al. (2007)	9 (3)	Parental involvement,	pais e mães	2769
	Molinuevo et al. (2011)	23 (3)	Disciplinary inconsistency, Punitive practices	mães e pais	364
	Cova et al. (2017)	20 (4)	Supportive Parenting	mães e pais	557
	Cova et al. (2019)	12 (4)	Positive – Parenting, Autonomy, Monitoring,	mães e pais	558
Ghent Parental Behavior Scale (GPBS)	Meunier e Roskam (2007)	35 (2est/9dim)		mães e pais	493
	Meunier e Roskam (2009)	40		mães e pais	565

Parental Behavior Scale (PBS)	(2est/9dim)	Rules		
Evaluation des Pratiques Educatives Parentales (EPEP)	Manrique Millones et al. (2014)	45 (9)	Controlling Parenting – Discipline, Harsh punishment, Material rewarding, Inconsistent discipline, Ignoring	mães e pais 591
	Van Leeuwen e Vermulst (2004)	45 (9)	Positive parenting, Rules, Discipline, Harsh punishment, Ignoring, Material rewarding, Monitoring, Inconsistent discipline, Autonomy	cuidadores primários 1131
Parents as Social Context Questionnaire (PASCQ)	Egeli et al. (2015)	30 (6)	Warmth, Rejection, Structure, Chaos,	pais e mães 404
	Lang et al. (2022)	18 (6)	Autonomy support, Coercion	mães e pais 351
	Skinner et al. (2005)	22 (6)	Support, Stimulation,	mães e pais 1212
Comprehensive Early Childhood Parenting Questionnaire (CECPAQ)	Dong et al. (2021)	54 (5)	Structure, Harsh discipline, Positive discipline	mães cuidadores primários 2339
	Verhoeven et al. (2017)	54 (5)		cuidadores primários 1665
Multidimensional Assessment of Parenting Scale (MAPS)	Ahemaitijiang et al. (2021)	34 (7)	Hostility, Physical control,	mães e pais 2237
	Parent e Forehand (2017)	44 (7)	Lax control, Proactive parenting, Positive reinforcement, Warmth Supportiveness	mães e pais 1790

O COSMIN sistematiza três grandes domínios e diversas subdimensões para avaliação das propriedades psicométricas, a saber: Validade, o quanto o instrumento de medida mede o construto que se propõe; Confiabilidade, o quanto seus resultados não se alteram ao longo repetidas mensurações; e Responsividade, capacidade do instrumento de captar mudanças clinicamente importantes ao longo do tempo. Em suas diretrizes, recomendam avaliar a validade de conteúdo dos instrumentos antes de todas as outras, tendo em vista que é uma das evidências mais importantes de todas as etapas de elaboração de instrumentos. Se não estiver claro qual é o construto que o instrumento está se propondo a medir, a avaliação das outras propriedades psicométricas é desencorajada (Prinsen et al., 2018; Terwee et al., 2018).

A validade de conteúdo foi verificada nos 42 estudos, apenas 6 estudos apresentaram informações sobre validade de conteúdo. Considerando as diretrizes

do COSMIN, não seria dado prosseguimento às outras análises com os demais. Porém, optou-se por manter os 42 estudos e fazer uma análise mais qualitativa das informações, tendo em vista a necessidade de adaptação dos critérios do COSMIN para a Psicologia e para o contexto de pesquisa brasileiro.

A parentalidade é um fenômeno ainda em estruturação no campo científico. A falta de consenso em sua conceitualização se confirmou desde o processo de busca pelos descritores até as definições do construto em cada escala. Muitos descritores foram recomendados para uso a fim de abarcar os possíveis construtos e medidas relacionadas com a parentalidade, o que resultou numa varredura grande pelos estudos com informações mais completas e precisas. Esta ampla gama de estudos resultantes das buscas, destacou o quanto ainda há inconsistências e falta de congruência entre os estudos, dificultando o acesso e a comparação dos resultados (Calders et al., 2020; Collins et al., 2000; Locke & Prinz, 2002; Parent & Forehand, 2017). O mesmo se repetiu na análise da qualidade dos estudos, pois dos 42, somente 13 fizeram uma breve explicação do que é a parentalidade, e outros 17 brevemente introduzem as teorias de base do instrumento. Das poucas teorias citadas, é importante notar que os modelos teóricos de Baumrind (1966), Bowlby (1958), Schaefer (1959) e Skinner et al. (2005) foram utilizados como base para o desenvolvimento das medidas. Estes modelos já haviam sido destacados por Paraventi et al. (Estudo 1) como centrais nos estudos sobre parentalidade, e suas dimensões permanecem explicando as relações pais-filhos/as até a atualidade. Além destas, destacou-se a disciplina pensada por meio da teoria de Bandura, o estímulo e aprendizagem nas teorias de Vygotsky e a interação social da teoria da coerção de Patterson.

Em seguida foi avaliada a qualidade metodológica dos estudos, de acordo com as dez subcategorias propostas pelo COSMIN. O checklist traduzido¹ foi preenchido por quatro juizes que avaliaram quão adequadas ou disponíveis estavam determinadas informações do artigo a partir de uma escala que varia entre inadequado, duvidoso, adequado e muito bom. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

¹ O checklist traduzido e o protocolo da revisão sistemática podem ser consultados por meio de contato com a autora por email.

Tabela 2
Qualidade dos estudos analisados

Escala	AG	VC	VE	CI	VT e I	EM e F	VCR	VCONS	RES	PT
APQ3	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	INS	INS	Alta	INS	Baixa
APQ4	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	Moderada	INS	Alta	INS	INS
APQ5	Alta	INS	Alta	Alta	INS	INS	INS	Alta	INS	Alta
CECPAQ	Alta	INS	Alta	Alta	INS	Alta	INS	Alta	INS	Moderada
MAPS	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	INS	Alta
PAFAS	Alta	INS	Alta	Alta	INS	Baixa	Alta	Alta	INS	Moderada
PASCQ	Alta	INS	Alta	Alta	INS	INS	Alta	Alta	INS	INS
PBS/GPBS/EPEP	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	Moderada	INS	Alta	INS	INS
PS2	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	INS	Alta
PS3	Alta	INS	Alta	Alta	Alta	Moderada	Baixa	Alta	INS	INS
PSDQ	Alta	INS	Moderada	Alta	INS	INS	Alta	Baixa	INS	Alta

Legenda. INS = Informações Insuficientes; AG = Aspectos Gerais; VC = Validade de conteúdo; VE = Validade Estrutural; CI = Consistência Interna; VT e I = Validade Transcultural e Invariância; EM e F = Erro de Medida e Fidedignidade; VCR = Validade de Critério; VCONS = Validade de Construto; RES = Responsividade; PT = Processo de Tradução

De maneira geral, apesar de não apresentarem definições sobre o construto a compreensão do tema estava clara e objetiva. Todos os estudos deixaram claro ao leitor a versão da escala que estava sendo avaliada, a população-alvo e as medidas psicométricas de interesse. Porém, como dito, a validade de conteúdo não foi bem descrita em nenhum estudo, assim como os processos de tradução por vezes não foram descritos ou os dados disponíveis não permitiam compreender com clareza o processo, como é o caso do APQ3, PAFAS e CECPAQ. Os estudos mostraram-se fortes em relação à metodologia empregada para avaliar a validade estrutural, consistência interna e validade de construto. O que parece estar de acordo com os apontamentos de Pasquali (2017) de um predomínio da validade de construto a partir de 1970, inclusive pelo uso dos instrumentos para se criar modelos explicativos. A alta qualidade dos estudos na categoria de consistência interna e erro de medida/invariância (quando reportados) denota o potencial dos estudos em preencher as lacunas apontadas na literatura, por exemplo, em relação aos estudos de invariância de medida que não tem sido testada (Ahemaitijiang et al., 2021; Parent & Forehand, 2017).

A categoria responsividade também chama a atenção, pois nenhum estudo forneceu informações sobre esta dimensão, que caracteriza um acompanhamento longitudinal da escala e de sua aplicabilidade. Apesar de não ser reportada, poderia

ser uma categoria avaliada em programas de intervenção da parentalidade. As categorias de invariância, fiabilidade e tradução foram as que apresentaram resultados mais diversos, em sua maioria medianos a baixos ou não reportados, o que pode prejudicar as generalizações dos resultados e do uso das medidas em diferentes populações. De uma maneira geral, os estudos sobre a Parenting Scale com duas dimensões e o PAFAS se mostraram com maior qualidade metodológica na maioria dos domínios.

Já em relação aos resultados da qualidade psicométrica das medidas analisadas, que estão apresentados na Tabela 3, pode se perceber que o MAPS aparenta ser um instrumento promissor nos estudos da parentalidade com resultados adequados em diversos domínios, ainda que não em todos. O PS3 também apresentou dados promissores, porém, a depender do objetivo com seu uso, pode não ser suficiente, pois mede apenas dimensões negativas da parentalidade.

Tabela 3
Qualidade psicométrica das medidas analisadas

Escala	Validade Estrutural	Consistência Interna	Erro de Medida e Fidedignidade	Validade de Critério	Validade de Construto	Validade de Construto-grupo
APQ3	Indeterminado	Insuficiente	Indeterminado	Indeterminado	Suficiente	Suficiente
APQ4	Suficiente	Indeterminado	Insuficiente	Indeterminado	Suficiente	Indeterminado
APQ5	Insuficiente	Insuficiente	Indeterminado	Indeterminado	Suficiente	Suficiente
CECPAQ	Indeterminado	Suficiente	Insuficiente	Indeterminado	Suficiente	Suficiente
MAPS	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Indeterminado	Suficiente	Indeterminado
PAFAS	Insuficiente	Suficiente	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	Indeterminado
PASCQ	Indeterminado	Suficiente	Indeterminado	Suficiente	Suficiente	Indeterminado
PBS/GPBS/EPEP	Suficiente	Suficiente	Indeterminado	Indeterminado	Suficiente	Suficiente
PS2	Suficiente	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Insuficiente
PS3	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Indeterminado	Suficiente	Indeterminado
PSDQ	Insuficiente	Suficiente	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	Indeterminado

A maioria das medidas apresentou qualidade suficiente para validade de construto, exceto, PAFAS e PSDQ. De acordo com as diretrizes do COSMIN as evidências sobre a validade estrutural devem ser consideradas mais importantes do que a validade de construto, que neste caso, é avaliada por meio do teste de hipóteses (Prinsen et al., 2018). Assim, analisando a qualidade das propriedades psicométricas de validade de construto em função da validade estrutural, as medidas que apresentaram qualidades suficientes nas duas categorias foram APQ, MAPS, PBS e PS2 e PS3.

De forma análoga, a validade estrutural é um pré-requisito para a interpretação das evidências de consistência interna (Prinsen et al., 2018). Dos 12 instrumentos, o PSDQ, PAFAS e APQ5 apresentaram resultados insatisfatórios neste quesito. O PASCQ, CECPAQ e APQ3 não apresentaram informações suficientes para avaliação adequada, o que sugere que os dados sobre a consistência interna deste instrumentos que se mostraram suficientes devem ser interpretados também com cautela. Assim, os instrumentos mais promissores neste sentido foram o PS3, PS2, PBS/GPBS/EPEP e o MAPS.

A validade de critério insuficiente ou indeterminada na grande maioria das escalas se dá pela falta de consenso na literatura sobre as definições de parentalidade e de suas dimensões, dificultando o processo de comparação com outras escalas e replicações de dados (Calders et al., 2020; Collins et al., 2000; Locke & Prinz, 2002; Parent & Forehand, 2017). A avaliação da validade de critério se dá na comparação com uma medida “padrão-ouro”, a qual é inexistente para este construto. O PASCQ foi o único instrumento com propriedade adequada neste quesito, pois considerou-se para avaliação qualquer outra medida de parentalidade ou correlata no estudo a nível de correlação, e neste caso, a medida apresentou uma boa adequação.

4.4 CONCLUSÃO

Os resultados indicaram que a qualidade metodológica dos estudos pode ser considerada alta para a avaliação dos aspectos gerais, validade estrutural, consistência interna e validade de construto, porém para as demais categorias há de se interpretar os resultados da validação com cautela. As evidências incluíram achados positivos e negativos relacionados à adequação das propriedades psicométricas para todas as medidas investigadas. O que aponta para a necessidade de pesquisas futuras atentarem-se às lacunas que ainda estão insuficientes ou indeterminadas.

É importante destacar que a parentalidade é um fenômeno multideterminado, cujas características do pai ou da mãe, da criança e do contexto influenciam como ela é exercida (Belsky, 1984; Taraban & Shaw, 2018). Nesse sentido, selecionou-se as medidas que apresentaram dados de validação e precisão num mesmo estudo, a fim de comparar informações de um mesmo contexto.

Portanto, outros estudos podem ter fornecido informações sobre as propriedades psicométricas de cada instrumento, mas que não estão contemplados nesta análise. Assim, a interpretação dos resultados e do impacto de suas informações na escolha do instrumento para uso em pesquisa ou intervenção deve ser feita com cautela.

Partindo de uma revisão rigorosa e ampla da literatura científica, este estudo identificou 12 medidas e 42 estudos que avaliaram as propriedades psicométricas de instrumentos para avaliar a parentalidade de pais e mães com crianças de 3 a 12 anos. O PS3 e o MAPS destacaram-se em alguns domínios positivamente, mostrando-se mais adequados do que as demais medidas. Porém, estes dados representam os resultados de 3 ou 4 estudos que utilizaram estas medidas, o que contribui para um viés. Assim, a partir desta revisão, destaca-se a necessidade de aperfeiçoar a qualidade metodológica dos estudos de construção ou adaptação de medidas da parentalidade e validações adicionais das medidas para aprimorar suas propriedades psicométricas.

5 ESTUDO 3 - INVENTÁRIO DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE: VALIDADE E PRECISÃO

Resumo

A pesquisa visou construir a versão atualizada e buscar evidências de validade e precisão do Inventário das Dimensões da Parentalidade. Este estudo buscou evidências baseadas no conteúdo por meio da análise de juízes e análise semântica. Ao final, ficaram propostas 78 afirmativas de autorrelato em uma escala tipo Likert de seis pontos. As evidências com base na estrutura interna e indicadores de precisão foram avaliadas em uma amostra de 671 pais e mães residentes do Brasil. Foi realizada Análise Fatorial Confirmatória e verificação dos parâmetros dos itens a partir da Teoria Clássica dos Testes. O Modelo de melhor ajuste foi com sete dimensões e 57 itens em acordo com o Modelo Relacional da Parentalidade – confirmação afetiva ($\alpha=0.874/\omega=0.827$); correção ($\alpha=0.878/\omega=0.886$), cuidados básicos ($\alpha=0.791/\omega=0.795$), responsividade às dificuldades ($\alpha=0.759/\omega=0.763$); estimulação ($\alpha=0.796/\omega=0.768$); coerção ($\alpha=0.677/\omega=0.674$) e inconsistência ($\alpha=0.629/\omega=0.631$). Os modelos da versão breve com 35 itens e muito breve com 21 itens, nas mesmas dimensões, também se mostraram adequados. A invariância da medida para pais e mães também foi confirmada. As dimensões do IDP correlacionaram-se entre si e com demais variáveis como saúde mental positiva, coparentalidade, apoio social, lembranças de práticas de criação, problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, e comportamento pró-social da criança. Desse modo, a versão atualizada do IDP encontra-se ancorada no Modelo Relacional da Parentalidade e apresentou evidências favoráveis de validade de conteúdo, construto, critério e precisão.

Palavras-chave: Parentalidade. Propriedades psicométricas. Validade. Teorias.

A família consiste em um complexo sistema, onde as interações entre seus membros se caracterizam como núcleo primário de desenvolvimento humano, em constante relação com o contexto histórico e sociocultural que a envolve (Bronfenbrenner, 2005; Walsh, 2016). Assim, muito se tem estudado a respeito da relação adulto-criança dentro do sistema familiar, dada a relevância do exercício da parentalidade sobre o desenvolvimento infantil (Frosch et al., 2021). As atividades e comportamentos exercidos pelos pais direcionados à criança podem funcionar como fatores de propulsão ou inibição do desenvolvimento infantil (Ong et al., 2018; Reitz et al., 2006).

A parentalidade é um fenômeno complexo, multideterminado e multidimensional. No que tange ao conceito e à estrutura dimensional teórica da parentalidade, historicamente duas perspectivas têm sido as mais empregadas pelos pesquisadores. A mais bem estabelecida é a avaliação da relação pai/mãe-filho/a por meio de estilos parentais (Baumrind, 1966; Gomide, 2006; Maccoby & Martin, 1983), a segunda é a abordagem por meio de práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993), cuja dimensionalidade pode ser difícil de mensurar, tendo em vista que existem inúmeras práticas parentais (Skinner et al., 2005). Alguns modelos da parentalidade têm sido propostos, diferenciando-se dos estilos e práticas parentais usualmente investigados. Estes modelos destacam a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, e indicam dimensões individualizadas que agrupam os comportamentos parentais mais específicos em dimensões mais amplas (Hoghugh, 2004; Skinner et al., 2005).

Uma destas proposições teóricas mais recente é o Modelo Relacional da Parentalidade proposto por Paraventi et al. (Estudo 1). Partindo de perspectivas do desenvolvimento humano da bioecologia e do modelo transacional, e dos fatores de risco e proteção, neste modelo, compreende-se a parentalidade como um processo relacional que se expressa por meio de comportamentos como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos, responsividade às dificuldades, coerção e inconsistência. Esse processo varia conforme as características dos integrantes da díade em suas relações estabelecidas com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo. Sendo comum a pais e mães, embora possam ser apresentadas especificidades na forma como se manifesta em cada um, o que por sua vez, pode ter implicações e efeitos diversos no comportamento da criança.

Os autores destacam a necessidade de pesquisas que busquem evidências empíricas da plausibilidade do modelo. O modelo poderá contribuir para uma compreensão da parentalidade de acordo com as características históricas, culturais e sociais da atualidade que influenciam a forma como pais e mães se relacionam com os filhos, além de dar consistência às pesquisas dedicadas à parentalidade, contribuirá no desenvolvimento de instrumentos de mensuração que poderão mensurar a estrutura multidimensional e complexa do construto. Saliencia-se que a proposta deste modelo foi construída com base em teorias fundamentais da parentalidade desde o início do século XX, como Teoria do Apego (Bowlby, 1969, 2002), Envolvimento/engajamento paterno (Dubeau et al., 2009; Lamb et al., 1985), Teoria da Relação de Ativação (Paquette, 2004), Modelos transacional (Sameroff, 2010) e bioecológico do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006) e, para que se possa testar o modelo, faz-se necessário realizar a busca de evidências de validade baseadas na estrutura interna de instrumentos para investigação da parentalidade.

Um instrumento voltado à parentalidade de crianças pré-escolares com evidências iniciais de validade e precisão favoráveis foi construído por pesquisadores brasileiros e é denominado Inventário das Dimensões da Parentalidade (Paraventi, 2018). O instrumento foi criado no Brasil por Paraventi (2018) para avaliar as dimensões da parentalidade e apresentou evidências de validade adequadas, satisfatórias e favoráveis com base na análise da estrutura interna e dos indicadores de precisão para o contexto brasileiro (Paraventi, 2018). A versão final indicada para pesquisas futuras é composta por 54 itens, avaliados por uma escala de frequência de seis pontos variando entre nunca (0) a muito frequentemente, subdivididos em seis dimensões. As dimensões abarcadas no IDP estão em consonância com as perspectivas atuais que apontam para a relevância das multidimensões individuais para avaliar a parentalidade (Hoghughi, 2004; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015; Skinner et al., 2005).

As dimensões do IDP são: Suporte Emocional (11 itens; $\alpha=0,88$) indica comportamentos de apoiar a criança por meio de elogios e brincadeiras educativas; auxiliar a criança em momentos de fragilidade, como estar doente ou se machucar; e confortar a criança em momentos de necessidade, por exemplo, quando tem medo ou algo está errado; Cuidados Básicos (11 itens; $\alpha=0,86$) está direcionada à garantia de sobrevivência da criança, assegurando-lhe aspectos relacionados à alimentação,

sono adequado, vestimenta, higiene e cuidado pessoal, além da limpeza do ambiente onde a criança reside; Estímulo à Autonomia (9 itens; $\alpha=0,78$) refere-se a promover a independência e autonomia da criança, fomentando a capacidade de explorar o ambiente, tomar decisões, assumir pequenos riscos e realizar atividades por conta própria; Estímulo à Perseverança (5 itens; $\alpha=0,74$) relativa a instigar a capacidade da criança de dar o melhor de si, persistir diante de adversidades, apresentar comportamentos consistentes e obstinados; Disciplina Coercitiva (11 itens; $\alpha=0,77$) associada a controlar os comportamentos da criança por meio da punição física, indução de medo e ansiedade, rigidez e inflexibilidade; e Disciplina Indutiva (7 itens; $\alpha=0,72$): ligada a estabelecer e reforçar limites de comportamentos socialmente adequados por meio da expressão de afeto positivo, racionalização, consideração da opinião da criança e flexibilidade (Paraventi, 2018).

O IDP já conta com estimativas de precisão e evidências de validade adequadas, quando respondido por pais e mães de famílias biparentais heteroafetivas do Sul do Brasil com filhos entre 4 e 6 anos (Paraventi, 2018), porém, algumas sugestões para pesquisas futuras foram indicadas pela autora. A inserção de novos itens nas dimensões Disciplina Indutiva e Estímulo à Perseverança foram indicados para adequar a representação de comportamentos que ficaram descobertos nesta primeira versão do IDP, além de equilibrar a quantidade de itens, em cada uma dessas dimensões com as demais do instrumento. Além disso, a autora indicou que demais dimensões da parentalidade podem estar descobertas no IDP, sendo importante rever sua base teórica para uma possível revisão das dimensões. A aplicabilidade do IDP a outras populações também foi indicada, por exemplo, o autorrelato de pais de crianças em idade escolar. Porém, como indicado pela autora, trata-se de uma versão preliminar que carece de novos estudos de validação com diferentes amostras da população brasileira.

No que diz respeito às propriedades psicométricas de outros instrumentos de medida para avaliar a parentalidade, Paraventi et al (Estudo 2) realizaram uma revisão sistemática da literatura voltada à análise de pesquisas realizadas para construção e busca de validade e precisão de medidas de autorrelato da parentalidade de pais e mães com crianças entre 3 e 12 anos. Foram avaliadas 12 escalas com evidências de validade de conteúdo, construto, critério e precisão. Foram analisados 42 estudos, sendo um nacional, que mediam práticas parentais, estilos parentais ou dimensões da parentalidade. Os resultados indicaram que nos

12 estudos encontrou-se evidências de validade adequadas ou não, apontando a necessidade de aperfeiçoamento tanto da qualidade metodológica dos estudos quanto das propriedades psicométricas dos instrumentos. Outros estudos já haviam apontado para problemas nas propriedades psicométricas de instrumentos existentes para avaliar a parentalidade (Ahemaitijang et al., 2021; Dadds, Maujean, et al., 2003; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015).

Desta forma, ressalta-se a importância desta pesquisa, bem como a necessidade de serem construídos instrumentos de medida da parentalidade com evidências de validade baseadas na estrutura interna e precisão, adequados ao contexto brasileiro. Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo buscar evidências de validade baseadas na estrutura interna e indicadores de precisão do IDP.

5.1 PARTE 1: DESENVOLVIMENTO DO IDP E EVIDÊNCIAS BASEADAS NO CONTEÚDO

O objetivo desta primeira parte foi desenvolver uma versão atualizada do pool de itens inicial do IDP a ser utilizado nas demais etapas de validação e desenvolvimento do instrumento. Para dar início ao desenvolvimento de uma versão atualizada do IDP foi realizada uma revisão das teorias e modelos da parentalidade para uma compreensão das principais dimensões a serem avaliadas em uma medida da parentalidade. Revisaram-se também as medidas de parentalidade já existentes, a fim de conhecer as dimensões, os itens e as propriedades psicométricas destes instrumentos.

Por se tratar de uma atualização de um instrumento recém-proposto para reavaliar o quanto o IDP avalia o construto de interesse, foi realizada uma avaliação piloto entre experts da área. Seguindo recomendações de Pasquali (1999), foram realizadas duas sessões de aproximadamente 3 horas, com pequenos grupos compostos por professores, psicólogos especialistas na área, estudantes de graduação e pós-graduação (3 a 5 pessoas) em uma situação de brainstorm. Entre a equipe de experts havia um pai e uma mãe. Por meio de um roteiro de entrevista foi verificada a clareza, pertinência e relevância de cada um dos itens da versão original do IDP e verificadas sugestões de alterações. Em caso de divergências no entendimento dos itens, foi explicado ao grupo o que se pretendia dizer com o item

duvidoso, e os próprios sujeitos do grupo sugeriram formulações para o item representar de fato o que deveria.

Neste processo, os grupos indicaram adequações na redação dos itens a fim de contemplar os comportamentos direcionados às crianças na segunda e terceira infância; comportamentos parentais que não estavam contemplados nos itens ou dimensões do IDP, por exemplo, itens sobre comunicação, sensibilidade e respeito aos limites da criança, provimento de explicações para regulação do comportamento, correção emocional e comportamental, segurança da criança, inconsistência parental. Estes apontamentos estavam em consonância com as próprias indicações da autora da escala original; sugeriram também que itens cujo conteúdo representasse práticas parentais muito específicas, por exemplo, “cuidado dos cabelos de meu/minha filho(a) (lavar, pentear, cortar)” e “supervisiono o banho de meu/minha filho(a)”, fossem revistos e redigidos de uma maneira que contemple a dimensão de uma maneira ampla, por exemplo, “participo/acompanho a rotina de higiene de meu/minha filho(a)”, a fim de contribuir para que o instrumento contemple a parentalidade, mas para que não fique longo ou cansativo.

Diante das atualizações teóricas e das indicações dos grupos, outras quatro medidas que apresentaram uma boa adequação das qualidades psicométricas e uma representação atualizada do fenômeno foram selecionadas para análise de seus itens e possíveis adaptações para compor a versão atualizada do IDP, reconhecendo a relevância dos instrumentos e os avanços científicos que representam na área de avaliação da parentalidade. Foram selecionadas também por abarcarem uma série de estilos e dimensões da parentalidade, porque sua composição já incluiu análise de outras medidas frequentemente utilizadas para avaliar a parentalidade, por serem de autorrelato como o IDP, pelos itens estarem disponíveis para consulta, por terem sido validadas com pais e mães e por abarcarem alguma idade entre a faixa etária da criança de interesse (3 a 12 anos). A saber - Multidimensional Assessment of Parenting Scale (MAPS) (Parent & Forehand, 2017), Early Childhood Parenting Questionnaire (CECPAQ) (Verhoeven et al., 2017), Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ) (Oliveira et al., 2018; Robinson et al., 1995) e o Parenting Behaviours and Dimensions Questionnaire (PBDQ) (Reid et al., 2015). A descrição das medidas pode ser encontrada na Tabela 4.

Tabela 4*Medidas de Parentalidade analisadas para compor o Pool inicial de itens da versão atualizada do IDP*

Medida	Autor	N Itens (N Dimensões)	Subescalas (n itens)
IDP	Paraventi (2018)	54 (6)	Suporte Emocional (11), Cuidados Básicos (11), Estímulo à Autonomia (9), Estímulo à Perseverança (5), Disciplina Coercitiva (11) e Disciplina Indutiva (7)
MAPS	Parent e Forehand (2017)	44(7)	Hostility (7), Physical Control (4), Lax Control (7), Proactive Parenting (6), Positive Reinforcement (4), Warmth (3) e Supportiveness (3)
CECPAQ	Verhoeven, Deković, Bodden e van Baar (2017)	54(5)	Support (13), Stimulation (13), Structure (12), Harsh Discipline (12) e Positive Discipline (4)
PSDQ	Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (1995)	62 (3 estilos e 11 dimensões)	1) Authoritative (27) = Warmth and Involvement (11), Reasoning/Induction (7), Democratic Participation (5) e Good Natured/Easy Going (4) 2) Authoritarian (20) = Verbal Hostility (4), Corporal Punishment (6), Nonreasoning, Punitive Strategies (6) e Directiveness (4) 3) Permissive (15) = Lack of Follow Through (6), Ignoring Misbehavior (4) e Self-confidence (5)
PBDQ	Reid, Roberts, Roberts e Piek (2015)	33 (6)	Emotional Warmth (6), Punitive Discipline (5), Autonomy Support (5), Permissive Discipline (6), Anxious Intrusiveness (6) e Democratic Discipline (5)

As cinco medidas indicadas foram utilizadas para consulta, adaptação, complementação ou redação de novos itens para compor o *pool* inicial da versão atualizada do IDP, este procedimento foi realizado por duas pós-graduandas em Psicologia e uma professora de Psicologia do Desenvolvimento e mãe, todas eram especialistas na área de desenvolvimento humano e psicólogas. Cada item original do IDP foi analisado, buscando-se possíveis correspondências nas medidas selecionadas, assim como comportamentos e itens ainda não abordados. Cada item foi analisado de maneira independente e avaliado em conjunto em seguida. Ao final da análise, 79 itens foram propostos para compor o *pool* inicial. Esse conjunto de itens indicado foi pensado para acessar comportamentos parentais, ao invés de misturar com atitudes e crenças, por conta das críticas às medidas preexistentes apontando que apresentavam uma inabilidade de apresentar informações sobre comportamentos parentais específicos (Reid et al., 2015). Ampliou o alcance do instrumento para comportamentos parentais exercidos com crianças entre 3 a 12 anos conforme sugerido por Paraventi (2018), tendo em vista a relativa estabilidade das práticas parentais nesta faixa de idade (Reid et al., 2015; Roberts et al., 1984).

Em nova etapa de avaliação, seguindo o mesmo roteiro da avaliação piloto, a análise teórica dos itens referente à pertinência dos itens ao construto e à verificação da existência ou não de super ou sub-representação dos comportamentos no instrumento por viés dos pesquisadores (Cozby et al., 2003) foi realizada por três juízas psicólogas especialistas na área de desenvolvimento

infantil. Os procedimentos da análise de juízes da versão atualizada do IDP incluíram a apresentação dos 79 itens, da definição do construto parentalidade e das dimensões, estilos e práticas a ela relacionadas.

Com base nisso, os peritos avaliaram cada item e a medida no geral, e indicaram se o item era pertinente ao traço latente a que teoricamente se referia (pertinência) e se era relevante para o instrumento (relevância), indicaram se alguma faceta do construto não estava coberta pelo instrumento e avaliaram quão clara e compreensível estavam as sentenças (clareza). Os juízes também avaliaram a inteligibilidade das instruções de preenchimento e das opções de resposta. Foi realizado o cálculo de concordância entre juízes que resultou em 82,2% de concordância, estando de acordo com o mínimo de 80% esperado (Pasquali, 1999). As mesmas pessoas da equipe que criaram o *pool* na etapa anterior avaliaram a pertinência e fiabilidade dos comentários realizados pelos juízes à luz da teoria.

Após os ajustes feitos com base nas avaliações dos juízes, esta etapa resultou em 78 itens, sendo que 52 permaneceram escritos da mesma forma avaliada, 22 tiveram a sentença modificada para melhor adequação, pois eram redundantes, difíceis de responder ou porque apresentavam mais de uma sentença num mesmo item, e 4 novos itens foram criados. As instruções no cabeçalho da medida foram consideradas adequadas para informar ao participante os dados necessários e suficientes para preenchimento da medida. As opções de resposta em formato likert de 6 pontos avaliando a frequência dos comportamentos também foi considerada adequada e permaneceu inalterada, o que era previsto tendo em vista que no estudo de Reid et al. (2015) a opção de cinco pontos variando de nunca a sempre não foi bem aceita pela população-alvo no grupo focal, sendo adicionada a opção de resposta raramente como indicado pela própria população.

Em seguida, para verificar a clareza, inteligibilidade, equivalência conceitual, cultural e operacional dos itens foi realizada a análise semântica pela população-alvo. Esta etapa da construção do instrumento coincidiu com o início das medidas de isolamento social por conta da Pandemia COVID-19, os grupos focais previstos para serem realizados com a população-alvo não foram possíveis de serem efetivados. Com isso, uma avaliação individual foi realizada por quatro pessoas da população-alvo, sendo duas mães e dois pais com filhos na faixa-etária de interesse. O inventário foi apresentado já no formato de aplicação *online* do instrumento, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE –

APÊNDICE A), e tiveram acesso ao cabeçalho, opções de resposta e os 78 itens. Foi requisitado que os participantes analisassem cada item quanto à clareza da linguagem, adequação para a própria faixa-etária, adequação para avaliar o próprio comportamento em relação à faixa-etária da criança, compreensão das perguntas e sugestões de alteração.

Cada um dos participantes deu um *feedback* verbal sobre a análise realizada. Nenhum item apresentou dúvida ou sugestões em comum a todos os avaliadores, mas o tamanho da escala em si foi apontado como uma possível variável interveniente, pois todos indicaram ser longa, o que poderia ser cansativo para responder. De maneira geral, consideraram que todos os itens eram pertinentes e de clara compreensão, assim como o cabeçalho e as opções de resposta. Assim, a partir de diversas metodologias, incluindo revisão de literatura, consulta a medidas preexistentes, *feedback* individual de pais e mães, e *feedback* em grupo por *experts* e análise de juízes, ficou proposto um *pool* de 78 itens a serem aplicados para posterior validação empírica da versão atualizada do IDP.

Por fim, duas juízas, também *experts* na área de saúde e desenvolvimento humano, tomaram conhecimento do modelo relacional da parentalidade recém proposto e categorizaram os 78 itens de acordo com suas dimensões, estes itens foram apontados como representativos da parentalidade, mas não necessariamente desenvolvidos para representar as dimensões do modelo. Este processo foi realizado por reconhecer a relevância científica da proposição de modelos teóricos explicativos para avançar os estudos em Psicologia (Borsboom et al., 2021), mais especificamente para contribuir neste sentido com a área da Psicologia do desenvolvimento num contexto de descoberta (Bronfenbrenner & Morris, 2006) em que a categorização dos itens nas dimensões do modelo relacional da parentalidade e sua verificação na Parte 2 deste Estudo, foram utilizadas para verificar a plausibilidade teórica e metodológica da proposição teórica em pesquisas futuras.

5.2 PARTE 2: PRECISÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DA ESTRUTURA INTERNA E DE CRITÉRIO

O objetivo desta segunda parte foi analisar a estrutura fatorial subjacente aos itens propostos para compor a versão atualizada do IDP e verificar sua funcionalidade de acordo com o modelo relacional da parentalidade. Com isso,

pretendeu-se obter evidências de validade baseadas na estrutura interna e de precisão do IDP, assim como identificar evidências de validade do IDP baseadas nas relações com outras variáveis.

MÉTODO

5.2.1 Participantes

Participaram 671 mães e pais de crianças com idade entre 3 e 11 anos, residentes do território brasileiro. A amostra foi composta, majoritariamente, por mães (81,4%), de famílias biparentais (78,1%), heteroafetivas (90,9%). Demais características pessoais e de contexto são apresentadas na Tabela 1. Os dados foram coletados entre os meses de junho de 2020 e setembro de 2022. A amostra se deu por conveniência e os participantes foram acessados por meio de divulgação da pesquisa guarda-chuva nas redes sociais, com o link de acesso aos questionários, cartazes em instituições educacionais e de saúde, e por meio do procedimento “bola de neve” (Gray, 2012), em que um participante indicou outros possíveis participantes para contato virtual. O tamanho da amostra mínimo recomendado para realização de AFC são 200 casos (Kline, 2011), portanto o tamanho da amostra se mostrou adequado ao estudo.

Foram utilizados como critério de inclusão que os participantes deveriam ser pai ou mãe com pelo menos um filho ou filha com idade entre 3 e 11 anos, 11 meses e 29 dias, com residência no Brasil. Além disso, os pais e mães deveriam ter idade mínima de 18 anos quando do nascimento da criança, pois nesta idade são legalmente responsáveis por suas ações e por considerar que a gravidez na adolescência possui especificidades que seriam variáveis intervenientes neste estudo. Nos casos de madrastas, padrastos e filiação por adoção, o participante deveria coabitar há pelo menos seis meses com a criança, por ser considerado como tempo hábil para o estabelecimento de relações familiares. Foram excluídos 10 participantes que assinalaram a opção errada em dois ou mais itens verificadores do IDP, utilizados para identificar preenchimentos aleatórios. Subamostras podem ser identificadas nas análises específicas para validação com variáveis externas e estão descritas na Tabela 5, o que ocorreu pela exclusão de participantes que não responderam completamente a cada um dos demais instrumentos.

Tabela 5
Características descritivas da amostra geral (n=671)

Variável	n	%	M(SD)
<i>Dados da família</i>			
Família biparental	524	78,1	
Família monoparental	147	21,9	
Família heteroafetiva	610	90,9	
Família homoafetiva	16	2,4	
Renda			8713,99(7971,51)
<i>Dados dos respondentes</i>			
Sexo feminino	546	81,4	
Sexo masculino	125	18,6	
Idade			37,72(5,97)
Escolaridade (em anos de estudo)			
Ensino fundamental	13	1,9	
Ensino médio	104	15,5	
Ensino técnico	28	4,2	
Graduação	182	27,1	
Especialização	222	33,1	
Mestrado	84	12,5	
Doutorado	20	3,0	
Pós-doutorado	18	2,7	
Relação com a criança			
Mãe gestante	479	71,4	
Mãe não-gestante	45	6,7	
Mãe socioafetiva	9	1,3	
Mãe adotiva	7	1,0	
Madrasta	6	0,9	
Relação com a criança			
Pai biológico	117	17,4	
Pai adotivo	5	0,7	
Padrasto	3	0,4	
Região de residência			
Sul	263	74,5	
Sudeste	46	13,0	
Nordeste	25	7,1	
Norte	12	3,4	
Centro-Oeste	7	2,0	
Raça			
Branca	530		
Parda	104		
Preta	28		
Amarela	9		
Religião			
Católica	304	45,3	
Evangélica	102	15,2	
Espírita	99	14,8	
Ateu	48	7,2	
Adventista	10	1,5	

Outras	108	16,1	
<i>Dados da criança</i>			
Sexo feminino	353	52,6	
Sexo masculino	318	47,4	
Idade			6,26 (2,47)
Segunda infância	383	57,6	
Terceira infância	282	42,4	
Filho único (sim)	289	43,0	
Desenvolvimento (típico)	621	92,5	
Raça			
Branca	418		
Parda	77		
Preta	13		
Amarela	2		
Não indicado	161		

5.2.2 Instrumentos

Todos os instrumentos relatados, a seguir, foram respondidos pelas mães e pelos pais que participaram do estudo.

Inventário das Dimensões da Parentalidade (APÊNDICE B): 78 itens do *pool* de itens resultantes dos processos reportados na Parte 1.

Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE C): instrumento elaborado por pesquisadores do NEPeDI da UFSC para acessar os dados sociodemográficos de famílias em pesquisas. Para este estudo, especificamente, foram utilizadas as questões relativas à configuração e renda familiar, dados do respondente (idade; sexo; escolaridade; raça; religião e tipo de relacionamento com a criança) e dados da criança (sexo, idade; filiação; tipicidade do desenvolvimento e raça).

Questionário de Capacidades e Dificuldades (Strengths and Difficulties Questionnaire - SDQ) (ANEXO A): instrumento utilizado para avaliar o comportamento da criança, desenvolvido e validado por Goodman (2001). Constituído por 25 itens divididos em cinco subescalas com cinco itens cada: sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas no relacionamento com pares e comportamento pró-social. Os pais classificam os comportamentos das crianças dos últimos seis meses em uma escala Likert de 3 pontos variando entre falso (0), mais ou menos verdadeiro (1) e verdadeiro (2). Quanto maior a pontuação, mais características daquele comportamento a criança apresenta na dimensão. A versão brasileira do instrumento foi apresentada por

Fleitlich et al. (2000) e evidências de validade foram reportadas por Woerner et al. (2004).

Escala de Saúde Mental Positiva (Mental Health Continuum - Short Form - MHC-SF) (ANEXO B): instrumento elaborado por Keyes (2002; 2005) para acessar a saúde mental positiva em duas versões, *Long Form* com 40 itens e *Short Form* com 14 itens. A escala possui três dimensões denominadas bem estar subjetivo ou emocional, bem estar psicológico e bem-estar social avaliadas por meio de uma escala de frequência que varia de nunca (1) a todos os dias (6) considerando o último mês, de maneira com que quanto mais alto o escore, melhor a saúde mental do respondente. Para o contexto brasileiro foi validado por Machado e Bandeira (2015) cuja precisão da escala foi considerada adequada diante de 0,96 para o alfa de Cronbach e 0,93 para o ômega de McDonald.

Escala de percepção de apoio social (ANEXO C): desenvolvida por Sherbourne e Stewart (1991) no contexto do *Medical Outcome Study* (MOS) para caracterização do apoio social percebido. A escala possui 19 itens, sendo que a versão original apresenta cinco dimensões do apoio social: material, afetiva, interação social positiva, informacional e emocional. O participante responde os itens a partir da instrução inicial “Se você precisar, com que frequência conta com alguém?” e assinala as respostas em uma escala Likert de cinco pontos variando de nunca (0) a sempre (4). Quanto maior o escore, mais apoio social é percebido pelo respondente. Foi adaptada e validada para a população brasileira por Griep et al. (2005) com uma estrutura de três fatores e por Zanini e Peixoto (2016) que revelaram um modelo de quatro fatores com melhores ajustes para diferentes grupos amostrais, sendo apoio emocional/ informacional, interação social, apoio material e apoio social afetivo. A consistência interna revelou bons índices de adequação da medida para a população estudada, com os índices de alfa de Cronbach variando entre 0,76 e 0,95.

Escala da Relação Coparental (Coparenting Relationship Scale - CRS) (ANEXO D): criada por Feinberg et al. (2012) avalia a relação coparental. O instrumento é composto por 35 itens divididos em sete subescalas: Concordância coparental, Divisão do trabalho, Suporte coparental, Apoio à parentalidade do parceiro, Sabotagem coparental, Exposição a conflitos e Proximidade coparental. As respostas são dadas numa escala de sete pontos variando de não verdadeiro (0) a completamente verdadeiro (6), exceto para a subescala Exposição a conflitos, na

qual as categorias de resposta variam de nunca (0) a muito frequentemente (6). Invertendo-se os itens que são revertidos originalmente nas dimensões e as dimensões de Sabotagem e Exposição a conflitos obtém-se um índice de coparentalidade positiva. Para o Brasil foi realizada uma adaptação transcultural resultante da colaboração entre a UFSC e a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (Carvalho et al., 2018) cujos índices de precisão foram adequados para as subescalas exceto Proximidade Coparental ($\alpha = 0,46$) com valor abaixo do valor de referência e dos índices de Feinberg et al. (2012), diante da baixa adequação dessa subescala, optou-se por retirá-la das análises do presente estudo.

Escala de Lembranças sobre Práticas Parentais (*Egna Minnen Beträffande Uppfostrans* - EMBU) (ANEXO E): desenvolvida por Perris et al. (1980) para avaliar as lembranças das práticas de criação na infância e adolescência. É composto de 23 itens igualmente respondidos sobre as lembranças das práticas do pai e 23 itens da mãe. O participante responde cada item em uma escala de quatro pontos que varia entre não, nunca (1); sim, ocasionalmente (2); sim, frequentemente (3); e sim, a maior parte do tempo (4). As questões abrangem três dimensões de práticas educativas parentais - suporte ou calor emocional, rejeição e superproteção. Foi validada para o Brasil por Kobarg et al. (2010) e apresentou índice de precisão adequado para a escala geral com valor de Alfa de Cronbach de 0,75.

5.2.3 Procedimentos

Este estudo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva intitulada "Parentalidade e desenvolvimento socioemocional infantil II" conduzida pelo professor doutor Mauro Luís Vieira, coordenador do NEPeDI, na área de Saúde e Desenvolvimento Psicológico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC) e obteve aprovação para realização. O estudo obedeceu aos parâmetros éticos da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os princípios fundamentais da atuação do psicólogo que constam no Código de Ética da categoria, especialmente em relação ao Artigo 16 que dispõe sobre a realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas à produção do conhecimento e tecnologias (Resolução nº 10 de 2005).

Os pais e mães interessados em participar acessaram o link personalizado da pesquisa, gerado na plataforma de coleta e armazenamento de dados *SurveyMonkey*, cuja primeira página era o acesso ao TCLE. O consentimento foi registrado por meio de um item ao final do TCLE e uma cópia do termo assinado pelo coordenador do projeto de pesquisa foi disponibilizada para pudesse ficar em posse dos participantes. Foi garantido a todos os participantes a garantia do anonimato; direito de sigilo das informações, de reembolso em caso de gastos financeiros relacionados à participação na pesquisa, e de atendimento psicológico em caso de mobilização, e de recepção, após a finalização da pesquisa, de um sumário com os resultados obtidos. Após o consentimento, as próximas páginas eram referentes ao questionário sociodemográfico e em seguida o IDP, sendo que a ordem dos demais questionários variou por conta da coleta do projeto guarda-chuva.

5.2.4 Análise de dados

Considerando a complexidade dos fenômenos de interesse suas interações, por se tratar de uma amostra diversa, os *outliers* foram mantidos, assim como não foi necessário tratar os dados para valores omissos (*missings*). Para a caracterização sociodemográfica, da parentalidade e dos fenômenos relacionados foram realizadas análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão).

Foi conduzida uma análise fatorial confirmatória (AFC) com uso do estimador Mínimos Quadrados Ponderados Robustos - WLSMV (*diagonally weighted least square mean and variance adjusted*) por ser próprio para variáveis categóricas (ordinais) (T. Brown, 2015), como é o caso da escala Likert com 6 pontos. Foram verificadas as cargas fatoriais para cada item, que deveriam estar acima de 0,40 para que o item fosse mantido, como forma de avaliar a estrutura e a qualidade do modelo fatorial (Hair et al. 2009).

Para analisar a estrutura fatorial do IDP, foram considerados os seguintes índices de ajuste(a) Qui-quadrado robusto e a razão $X^2/gf < 3$; b) CFI robusto (Comparative Fit index) – $CFI > 0,90$; c) RMSEA robusto (Root Mean Square Error of Approximation) - $RMSEA < 0,08$; e d) SRMR (Standardized Root Mean Square Error) – $SRMR < 0,11$ (T. Brown, 2015). Quatro modelos teóricos foram analisados por meio da AFC, um que restringiu os itens conforme a classificação indicada pelas juízas após formação do *pool* de itens, um modelo alternativo conforme os índices

de modificação resultantes da primeira análise, um modelo restringindo a cinco itens em cada dimensão e um modelo com três itens em cada dimensão para verificar possibilidades de versões mais curtas da escala conforme sugerido pelos juízes. Os dados foram analisados por meio do pacote estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) – versão 22.0 e linguagem de programação R (versão 4.0.3) e implementado no pacote *lavaan* (versão 1.2).

A análise de invariância foi realizada a fim de indicar o grau de equivalência entre a configuração e os parâmetros do instrumento psicométrico na comparação de diferentes grupos (Damásio, 2013), ou seja, caso a invariância se confirmasse, poderia se concluir que o instrumento estava medindo o mesmo construto nas diferentes amostras. Diferentes fatores contextuais podem influenciar o processo de resposta desenhado para avaliar os construtos psicológicos, assim como ocorre com a parentalidade, o que indicou a necessidade de demonstrar, de forma empírica, a equivalência da estrutura fatorial do IDP em diferentes amostras, ao invés de assumir que a estrutura era invariante. Caso contrário, não se poderia inferir equivalência na configuração e nos parâmetros do IDP em populações com características diferentes, pois as diferenças encontradas poderiam estar relacionadas a parâmetros não equivalentes do instrumento, e não a diferenças reais nos níveis da variável latente (Damásio, 2013).

Por meio da estratégia proposta por Wu e Estabrook (2016), com auxílio da linguagem de programação R (versão 4.0.3) e implementado no pacote *lavaan* (versão 1.2) e *semTools* (versão 0.5), a avaliação dos modelos restritos foi feita pelo teste de razão de verossimilhança e pela comparação dos índices de ajuste (Milfont & Fischer, 2010). A invariância configural foi utilizada para avaliar se a estrutura fatorial do IDP era equivalente entre os diferentes grupos, pais e mães, ao verificar se o número de fatores e a distribuição dos itens por fator variaram entre amostras diferentes. A análise ocorreu por meio dos mesmos índices de ajuste considerados na AFC (X^2/gf , CFI, RMSEA e SRMR), sendo que índices adequados indicam que a estrutura proposta é aceitável para os grupos testados (Damásio, 2013).

Diante da adequação, partiu-se para a verificação da invariância métrica que indicou se a magnitude das cargas fatoriais dos itens eram equivalente nos diferentes grupos (Damásio, 2013). Verificou-se o quanto a suposição de igualdade de parâmetros para os diferentes grupos implicava em uma piora nos índices de ajuste, em comparação ao modelo anterior, por meio do teste de diferença do

Comparative Fit Index (ΔCFI) e do Root-Mean-Square Error of Approximation ($\Delta RMSEA$), sendo que o modelo testado não deve apresentar piora nos índices de ajuste superior a 0,01 (Milfont & Fischer, 2010). Índices adequados indicaram que os participantes dos dois grupos apresentaram a mesma carga fatorial para os itens (Damásio, 2013)..

Com isso, seguiu-se para a verificação da invariância escalar da medida que verificou se os escores obtidos por um grupo poderiam ser comparados com os escores do outro grupo ou se existiam vieses de resposta impossibilitando essa comparação (Damásio, 2013). Para avaliar se os escores estavam relacionados ao nível de traço latente, independentemente do grupo, foram utilizados os mesmos critérios usados para estabelecer a invariância métrica: ΔCFI e $\Delta RMSEA$ inferiores a 0,01 (Damásio, 2013).

A precisão dos instrumentos e subescalas do IDP foi mensurada por meio do Alfa de Cronbach e do Ômega do McDonald's, coeficientes que variam de 0 a 1. Para ambos os coeficientes valores entre 0,80 e 1,00 são desejáveis, entre 0,70 e 0,79 recomendados, valores entre 0,60 e 0,69 são considerados como aceitáveis e abaixo de 0,60 sugerem a não confiabilidade (Urbina & Dornelles, 2007). Esta análise foi realizada por meio de linguagem de programação R (versão 4.0.3) e implementada no pacote *semTools* (versão 0.5).

Para investigar a validade convergente foram testadas correlações com as lembranças das práticas parentais, com a saúde mental positiva, com a coparentalidade, com apoio social percebido, com comportamentos de externalização, internalização e pró-sociais da criança por meio de correlações de *Pearson*.

RESULTADOS

5.2.5 Resultados - Evidências Baseadas na Estrutura Interna

Estrutura Fatorial

A AFC foi conduzida com a estrutura de sete fatores conforme o modelo relacional da parentalidade, sendo que os itens foram restringidos aos respectivos fatores, conforme indicado pelas juízas na última etapa de desenvolvimento dos

itens. Os resultados indicaram que o modelo apresentou um ajuste aceitável para os dados empíricos somente para o índice SRMR [$\chi^2(2904) = 8168.320$; $p < 0.01$; CFI = 0.873, RMSEA = 0.052, SRMR = 0.078]. Os índices de modificação resultantes da AFC apontaram: 1) cargas complexas, ou seja, itens cuja carga fatorial carregou em mais de um fator (itens 06, 09, 10, 11, 12, 13, 18, 22, 23, 32, 35, 46, 54, 56, 64, 65, 70, 72, 73, 74 e 76); 2) cargas fatoriais abaixo de 0,40 (itens 03, 14, 20 e 42); 3) covariância entre itens (25-15; 11-12; 11-10; 29-15; 54-53; 78-52; 61-15; 01-02; 52-15; 30-38; 16-33; 38-49; 55-71; 66-62; 10-12; 38-55; 29-05; 49-55 e 52-29). O ajuste do modelo em sete fatores foi o mais indicado.

Como o ajuste do modelo se mostrou muito próximo de estar adequado, os índices de modificação foram qualitativamente revisados conforme os pressupostos teóricos do modelo relacional da parentalidade. Após a revisão, quatro itens (06; 10; 12 e 54) com carga complexa apresentaram coerência teórica para sua mudança de fator cuja modificação foi acatada. Após esta modificação, diversas AFCs foram rodadas, com a mesma estrutura de sete fatores, cada vez que um item com carga fatorial abaixo de 0,40 foi indicado este foi removido e nova análise foi rodada. Assim, dos vinte e um itens com carga complexa, dezessete foram excluídos. Não houve melhora significativa nos índices de ajuste do modelo após estas modificações. Com isso, os índices de modificação sugeridos nos resultados da AFC que melhor contribuíram para um melhor ajuste do modelo foram as covariâncias entre itens (16-33; 30-55; 30-49; 30-38; 30-01; 01-27; 38-55; 38-49; 55-49; 55-71; 66-62; 0-17; 52-29; 29-05; 10-12; 27-68; 39-69; 71-49; 66-31; 45-53; 15-57; 01-02; 06-05; 49-48; 51-52; 54-53; 60-59 e 68-67). Adicionadas as covariâncias, os resultados indicaram que o modelo alternativo apresentou ajuste aceitável para todos os índices, exceto qui-quadrado, o que é aceitável para modelos complexos (Alexandre & Neves, 2018) [$\chi^2(1490) = 3125.796$; $p < 0.01$; CFI = 0.949, RMSEA = 0.040, SRMR = 0.057]. A estrutura fatorial e as cargas fatoriais deste modelo estão apresentadas na Tabela 6 e uma ilustração gráfica deste Modelo está representada na Figura 4. A fim de adequação em conformidade com a estrutura fatorial apresentada e com os pressupostos teóricos do modelo relacional da parentalidade, denominou-se a versão atualizada do IDP de Inventário Multidimensional da Parentalidade (IMP).

Tabela 6*Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Longa*

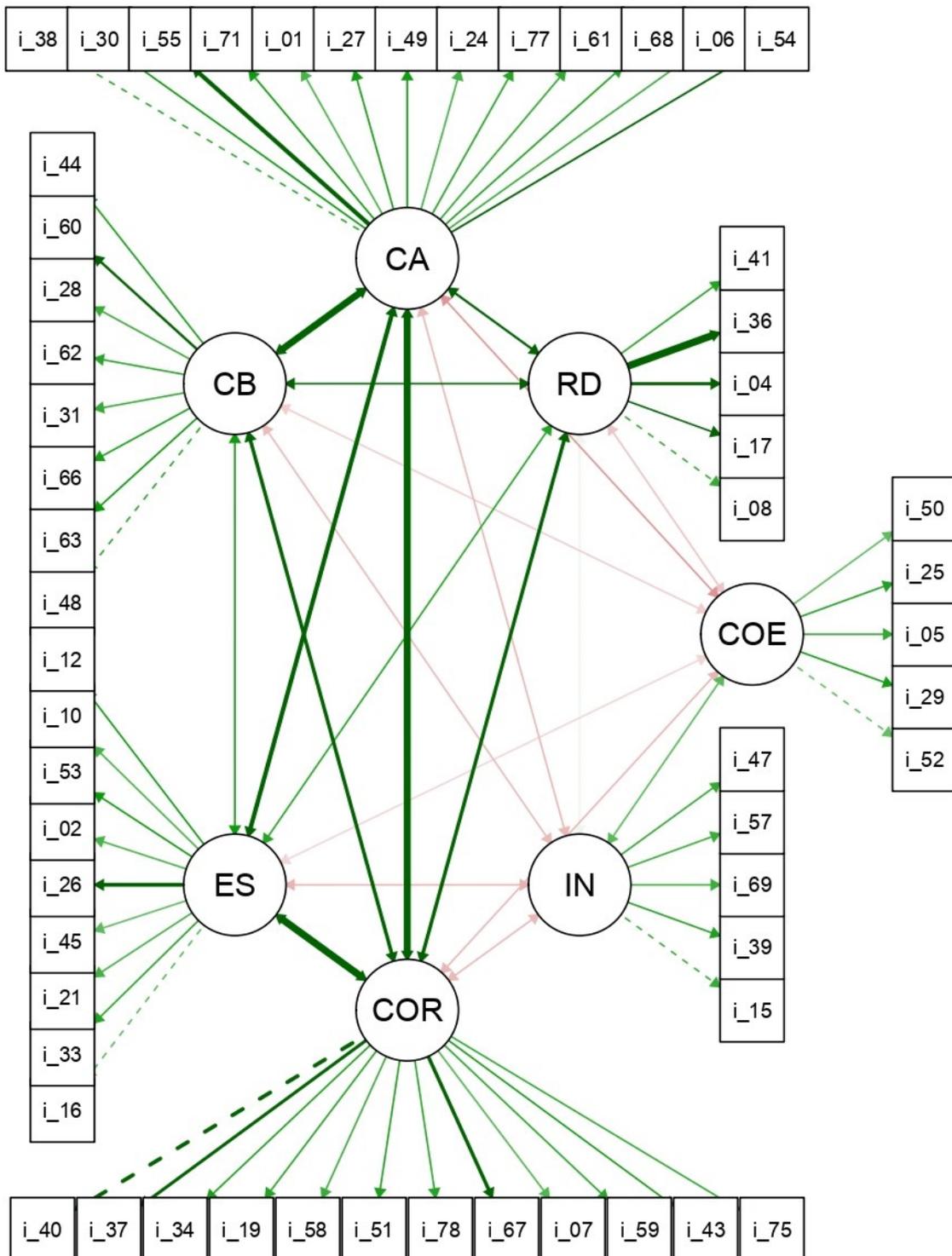
Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN
idp_38	0.56						
idp_30	0.69						
idp_55	0.74						
idp_71	0.69						
idp_01	0.53						
idp_27	0.71						
idp_49	0.66						
idp_24	0.56						
idp_77	0.65						
idp_61	0.62						
idp_68	0.67						
idp_06	0.59						
idp_54	0.74						
idp_48		0.63					
idp_63		0.74					
idp_66		0.67					
idp_31		0.60					
idp_62		0.63					
idp_28		0.60					
idp_60		0.76					
idp_44		0.69					
idp_40			0.80				
idp_37			0.78				
idp_34			0.69				
idp_19			0.66				
idp_58			0.59				
idp_51			0.69				
idp_78			0.66				
idp_67			0.78				
idp_07			0.53				
idp_59			0.64				

Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN
idp_43			0.72				
idp_75			0.63				
idp_08				0.59			
idp_17				0.74			
idp_04				0.77			
idp_36				0.84			
idp_41				0.65			
idp_52					0.41		
idp_29					0.70		
idp_05					0.65		
idp_25					0.67		
idp_50					0.48		
idp_16						0.46	
idp_33						0.63	
idp_21						0.56	
idp_45						0.47	
idp_26						0.79	
idp_02						0.54	
idp_53						0.71	
idp_10						0.55	
idp_12						0.72	
idp_15							0.61
idp_39							0.62
idp_69							0.51
idp_57							0.59
idp_47							0.63

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência.

Figura 4

Representação gráfica do modelo de 7 fatores e 57 itens do IMP



É importante destacar que antes da análise dos demais modelos, foi realizada uma análise de juízes por quatro especialistas independentes para avaliar se de fato o conteúdo dos itens que se distribuíram nas sete dimensões representava as dimensões propostas no modelo relacional da parentalidade. De fato, foi apontado pelos juízes que os itens representavam as dimensões propostas.

Portanto, seguiu-se com a estrutura fatorial apontada nas análises e não foi necessário testar outros possíveis modelos com alteração da estrutura fatorial das dimensões. Foram testados outros modelos somente verificar a adequação de medidas mais breves.

Dois outros modelos foram analisados para verificar a qualidade de possíveis escalas mais breves do IMP. Um modelo de versão breve com 35 itens, selecionados os cinco itens com maiores cargas fatoriais da versão longa em cada uma das sete dimensões, foi testado. Apresentou um bom ajuste com os mesmos itens, mas adicionando covariância intradimensões (30-55; 55-71; 08-17; 52-29; 29-05; 39-69 e 15-57) [$\chi^2(532) = 1392.287$; $p < 0.01$; CFI = 0.955, RMSEA = 0.049, SRMR = 0.059] a estrutura e cargas estão representadas na Tabela 7.

Tabela 7

Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Breve

Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN
idp_30	0.68						
idp_55	0.73						
idp_71	0.68						
idp_27	0.69						
idp_54	0.75						
idp_48		0.63					
idp_63		0.71					
idp_66		0.68					
idp_60		0.74					
idp_44		0.68					
idp_40			0.81				
idp_37			0.79				
idp_34			0.68				
idp_67			0.80				
idp_43			0.73				
idp_08				0.58			
idp_17				0.74			
idp_04				0.77			

Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN
idp_36				0.85			
idp_41				0.65			
idp_52					0.44		
idp_29					0.71		
idp_05					0.63		
idp_25					0.68		
idp_50					0.46		
idp_33						0.61	
idp_21						0.56	
idp_26						0.76	
idp_53						0.71	
idp_12						0.70	
idp_15							0.68
idp_39							0.59
idp_69							0.43
idp_57							0.63
idp_47							0.61

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência.

O último modelo testado foi a versão muito breve com 21 itens, sendo 3 itens em cada uma das sete dimensões. Os índices de modificação indicaram um melhor ajuste do modelo com covariâncias intradimensões (37-67; 40-67; 17-04; 17-36; 29-05; 29-25; 26-53; 12-53; 39-47; 15-39) e uma interdimensões (54-53) [$\chi^2(157) = 449.873$; $p < 0.01$; CFI = 0.974, RMSEA = 0.053, SRMR = 0.052]. A estrutura e cargas fatoriais estão representadas na Tabela 8. Todos os itens do IMP com indicação de exclusão e retenção em cada uma das três versões podem ser consultados no Apêndice D.

Tabela 8

Estrutura Fatorial do Inventário Multidimensional da Parentalidade - Versão Muito Breve

Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN

Item do IDP	Fator						
	CA	CB	COR	RD	COE	ES	IN
idp_27	0.70						
idp_55	0.75						
idp_54	0.73						
idp_63		0.67					
idp_60		0.72					
idp_44		0.66					
idp_40			0.81				
idp_37			0.80				
idp_67			0.83				
idp_17				0.70			
idp_04				0.76			
idp_36				0.82			
idp_29					0.64		
idp_05					0.57		
idp_25					0.69		
idp_26						0.75	
idp_53						0.66	
idp_12						0.68	
idp_15							0.84
idp_39							0.43
idp_47							0.38

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência.

Na Tabela 9 estão apresentadas as médias da parentalidade para a amostra geral, pais, mães e da parentalidade de acordo com o período da infância dos filhos considerando a versão longa do IMP. Mães e pais reportaram de maneira bastante similar a frequência com que realizam os comportamentos em todas as dimensões. Com ligeira média maior para os comportamentos maternos em Cuidados Básicos, Corregulação, Responsividade e Coerção, e os pais para Confirmação Afetiva, Estímulo e Inconsistência. Em relação ao período da infância, as médias da

parentalidade também foram bastante próximas, com ligeira acentuação a mais para todas as dimensões na segunda infância.

Tabela 9

Estatística descritiva inventário multidimensional da parentalidade

Variável	Geral (n=671)	Mãe (n=546)	Pai (n=125)	Segunda Infância (n=383)	Terceira Infância (n=282)
	M (DP) Min - Max	M (DP) Min - Max			
CA	5.10 (0.59) 2.38 - 6.00	5.09 (0.60) 2.38 - 6.00	5.12 (0.55) 3,62 - 6.00	5.19 (0.52) 2.92 - 6.00	4.97 (0.64) 2.38 - 6.00
CB	5.41 (0.52) 3.50 - 6.00	5.46 (0.49) 3.75 - 6.00	5.17 (0.57) 3.50 - 6.00	5.47 (0.46) 3.63 - 6.00	5.32 (0.58) 3.50 - 6.00
COR	4.89 (0.71) 2.17 - 6.00	4.92 (0.70) 2.17 - 6.00	4.74 (0.72) 2.75 - 6.00	4.92 (0.68) 2.42 - 6.00	4.85 (0.75) 2.17 - 6.00
RD	5.27 (0.60) 3.00 - 6.00	5.32 (0.58) 3.00 - 6.00	5.06 (0.66) 3.60 - 6.00	5.34 (0.57) 3.00 - 6.00	5.18 (0.63) 3.00 - 6.00
ES	4.88 (0.65) 2.67 - 6.00	4.87 (0.65) 2.67 - 6.00	4.91 (0.64) 3,44 - 6.00	4.88 (0.62) 2.78 - 6.00	4.88 (0.69) 2.67 - 6.00
COE	2.75 (0.84) 1.00 - 5.60	2.77 (0.84) 1.00 - 5.60	2.68 (0.81) 1.00 - 5.40	2.70 (0.84) 1.00 - 5.00	2.683 (0.83) 1.20 - 5.60
IN	1.93 (0.65) 1.00 - 5.00	1.93 (0.66) 1.00 - 5.00	1.94 (0.61) 1.00 - 3,60	2.00 (0.71) 1.00 - 5.00	1.85 (0.56) 1.00 - 4,20

Nota. CA = Confirmação afetuosa; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência

Invariância da medida

A Tabela 10 apresenta as informações de comparação entre os diferentes níveis de invariância avaliados para o processo de resposta para pais e mães. Partindo do modelo configural, o teste de razão de verossimilhança não refuta a hipótese de que a invariância métrica é verossímil ($\Delta\chi^2(gf=159) = 176,45$, $p = 0,161$). Os índices de ajuste sugerem que o modelo com invariância métrica apresenta melhor adequação aos dados.

Com relação às restrições para o modelo escalar, o teste de razão de verossimilhança sugere que essa modalidade de invariância deveria ser refutada. Porém, os índices de ajuste para o modelo escalar sofrem uma redução inferior a 0,01, compatível com a aceitabilidade da invariância escalar.

Tabela 10

Teste da Invariância do IMP pelo gênero parental

Invariância	χ^2	gl	χ^2_{dif}	Δgl	Valor-p	RMSEA	SRMR	CFI	TLI
Configural	4711.8	2980				0,036	0,065	0,952	0,949
Métrica	4952.3	3139	176.45	159	0,161	0,034	0,066	0,955	0,954
Escalar	5233.5	3189	104.93	50	<0,001	0,035	0,066	0,953	0,953

5.2.6 Resultados – Precisão

Os resultados referentes aos coeficientes de precisão do IMP nas versões longa, breve e muito breve estão reportados na Tabela 11. Para a versão longa e breve os índices indicaram valores aceitáveis a muito bons para todas as dimensões, com destaque para a dimensão Corregulação, com índices bastante favoráveis. Na versão muito breve todos os índices permaneceram aceitáveis a recomendado, exceto para a dimensão Inconsistência, que se mostrou não confiável (<0,60).

Tabela 11
Coefficientes de Precisão do Inventário Multidimensional da Parentalidade

Dimensão	Longa α / ω	Breve α / ω	Muito Breve α / ω
Confirmação afetuosa	0.874 / 0.827	0.772 / 0.731	0.662 / 0.698
Cuidados básicos	0.791 / 0.795	0.718 / 0.748	0.624 / 0.642
Corregulação	0.878 / 0.886	0.829 / 0.839	0.791 / 0.824
Responsividade	0.759 / 0.763	0.759 / 0.762	0.706 / 0.716
Estimulação	0.796 / 0.768	0.725 / 0.750	0.675 / 0.658
Coerção	0.677 / 0.674	0.677 / 0.678	0.606 / 0.642
Inconsistência	0.629 / 0.631	0.629 / 0.651	0.475 / 0.560

5.2.7 Resultados - Evidências de Validade Baseadas na Relação com Outras Variáveis

Como pode ser visto na Tabela 12, todos os instrumentos utilizados para verificar a relação entre parentalidade e variáveis externas apresentaram valor de Alfa de Cronbach entre aceitáveis e excelentes. Os resultados indicaram que para esta amostra os níveis de lembranças das práticas de criação foram de moderados, assim como saúde mental positiva e coparentalidade, já o apoio social foi mais positivamente percebido. Em relação às variáveis infantis, há um alto índice de comportamentos pró-sociais e moderados de problemas internalizantes e externalizantes.

Tabela 12
Resultados descritivos e precisão das variáveis externas

Variável	Medida	N	M	DP	Min-Max	α
LPP M CE	EMBU	473	2.72	0.75	1.00-4.00	0.872
LPP M R			1.83	0.73	1.00-4.00	0.888
LPP M S			2.21	0.65	1.00-4.00	0.762

LPP P CE			2.50	0.82	1.00-4.00	0.894
LPP P R			1.64	0.65	1.00-3.88	0.872
LPP P S			1.91	0.62	1.00-4.00	0.772
SM	SMP	489	4.01	0.90	1.79-6.00	0.903
COP	ERC	508	4.22	0.90	0.87-5.40	0.933
ASP	EAS	597	3.69	0.90	1.16-5.00	0.961
PEC	SDQ	497	1.66	0.41	1.00-3.00	0.825
PIC			1.43	0.31	1.00-2.70	0.700
CPC			2.65	0.34	1.40-3.00	0.662

Legenda. LPP=Lembranças de Práticas Parentais; M=Maternas; p=paternas; CE=Calor Emocional; R=Rejeição; S=Superproteção; SM=Saúde mental positiva; COP=Coparentalidade; ASP=Apoio Social Percebido; PEC=Problemas Externalizantes da Criança; PIC=Problemas Internalizantes da Criança; CPC=Comportamento pró-social da Criança; M=Média; DP=Desvio Padrão.

Os resultados das correlações entre as dimensões do IDP entre si nas versões longa, breve e muito breve estão apresentados respectivamente nas Tabelas 13, 14 e 15. A maioria das dimensões do IDP correlacionou entre si em todas as versões do IDP, exceto Estimulação com Coerção que na versão longo não apresentou significância, e Responsividade com Inconsistência que apresentou correlação positiva, mas não significativa em nenhuma das três versões do IDP.

Tabela 13

Correlação entre as dimensões do IMP - versão longa

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
CA	1						
CB	0.683**	1					
COR	0.717**	0.623**	1				
RD	0.605**	0.569**	0.611**	1			
ES	0.638**	0.543**	0.681**	0.454**	1		
COER	-0.225**	-0.094*	-0.138**	-0.088**	-0.074	1	
IN	-0.154**	-0.141**	-0.133**	0.069	-0.156**	0.328**	1

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência; *p < 0.05; **p < 0.01.

Tabela 14

Correlação entre as dimensões do IMP - versão breve

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
CA	1						
CB	0.625**	1					
COR	0.665**	0.596**	1				
RD	0.598**	0.544**	0.595**	1			
ES	0.625**	0.555**	0.691**	0.463**	1		
COER	-0.162**	-0.125**	-0.152**	-0.088*	-0.101**	1	
IN	-0.097*	-0.143**	-0.147**	0.069	-0.155**	0.328**	1

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência; *p < 0.05; **p < 0.01.

Tabela 15*Correlação entre as dimensões do IMP - versão muito breve*

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
CA	1						
CB	0.583**	1					
COR	0.625**	0.590**	1				
RD	0.570**	0.517**	0.581**	1			
ES	0.638**	0.523**	0.640**	0.491**	1		
COER	-0.184**	-0.155**	-0.195**	-0.146**	-0.095*	1	
IN	-0.087**	-0.118**	-0.128**	0.050	-0.100**	0.370**	1

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência; *p < 0.05; **p < 0.01.

As correlações do IMP com variáveis externas também foram analisadas para as três versões, representadas nas Tabelas 16, 17 e 18. Lembranças das práticas parentais materna e paternas, na dimensão de calor emocional, se correlacionaram positivamente com todas as dimensões positivas do IMP em todas as suas versões. Saúde mental positiva e coparentalidade se mostraram correlacionadas com todas as dimensões do IMP, exceto com Responsividade, nas três versões. Apoio social percebido não correlacionou com Inconsistência nas três versões, e para a versão muito breve também não correlacionou com Coerção. Problemas externalizantes não correlacionou com Responsividade nas versões longa e breve, mas sim na muito breve, e na versão breve também não correlacionou com Estimulação. Problemas internalizantes não correlacionou em nenhuma das versões com Responsividade, e na versão muito breve também não correlacionou com Corregulação. Por fim, comportamentos pró-sociais correlacionou com todas as dimensões em todas as versões do IMP.

Tabela 16*Correlações do IMP - versão longa com variáveis externas*

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
LPP M C	0.194**	0.117*	0.144**	0.166**	0.147**	-0.005	-0.009
LPP M R	-0.050	-0.010	0.027	-0.014	-0.023	0.041	-0.026
LPP M S	-0.015	0.063	0.019	0.022	-0.006	0.083	-0.032
LPP P CE	0.179**	0.120*	0.135**	0.153**	0.122*	-0.020	0.002
LPP P R	-0.025	-0.010	0.043	-0.028	-0.034	-0.011	0.027
LPP P S	0.036	0.061	0.019	0.007	-0.032	0.067	0.037
SM	0.237**	0.192**	0.189**	0,082	0.203**	-0.118**	-0.201**
COP	0.206**	0.109*	0.111*	0.052	0.138**	-0.117**	-0.188**
ASP	0.182**	0.139**	0.134**	0.127**	0.168**	-0.107**	-0,37
PEC	-0.197**	-0.113*	-0.157**	-0.082	-0.117**	0.296**	0.264**
PIC	-0.219**	-0.152**	-0.115*	0.001	-0.191**	0.167**	0.201**
CPC	0.267**	0.261**	0.335**	0.149**	0.279**	-0.119**	-0.235**

Legenda. LPP=Lembranças de Práticas Parentais; M=Maternas; P=paternas; CE=Calor Emocional; R=Rejeição; S=Superproteção; SM=Saúde mental positiva; COP=Coparentalidade; ASP=Apoio

Social Percebido; PEC=Problemas Externalizantes da Criança; PIC=Problemas Internalizantes da Criança; CPC=Comportamento pró-social da Criança; *p < 0.05; **p < 0.01.

Tabela 17
Correlações do IMP - versão breve com variáveis externas

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
LPP M C	0.194**	0.122**	0.178**	0.166**	0.120**	-0.005	-0.009
LPP M R	-0,70	-0,011	-0,008	-0,014	0,001	0.041	-0.026
LPP M S	-0,014	0,058	-0,003	0,022	-0.032	0.083	-0.032
LPP P C	0.204**	0.113*	0.143**	0.153**	0.102*	-0.020	0.002
LPP P R	-0.060	-0.017	-0.011	-0.028	-0.18	-0.011	0.027
LPP P S	0.034	0.035	-0.010	-0.007	-0.063	-0.067	0.037
SM	0.213**	0.184**	0.195**	0,082	0.169**	-0.118**	-0.201**
COP	0.172**	0.107*	0.129**	0.052	0.107*	-0.117**	-0.188**
ASP	0.174**	0.136**	0.134**	0.127**	0.155**	-0.107**	-0.037
PEC	-0.161**	-0.127**	-0.161**	-0.082	-0.088	0.296**	0.264**
PIC	-0.189**	-0.174**	-0.106*	0.001	-0.171**	0.167**	0.201**
CPC	0.244**	0.294**	0.339**	0.149**	0.258**	-0.119**	-0.235**

Legenda. LPP=Lembranças de Práticas Parentais; M=Maternas; P=paternas; CE=Calor Emocional; R=Rejeição; S=Superproteção; SM=Saúde mental positiva; COP=Coparentalidade; ASP=Apoio Social Percebido; PEC=Problemas Externalizantes da Criança; PIC=Problemas Internalizantes da Criança; CPC=Comportamento pró-social da Criança; *p < 0.05; **p < 0.01.

Tabela 18
Correlações do IMP - versão muito breve com variáveis externas

Variável	CA	CB	COR	RD	ES	COE	IN
LPP M C	0.157**	0.133**	0.188**	0.186**	0.106*	-0.013	-0.026
LPP M R	-0.053	-0.008	-0.019	-0.046	0.043	0.028	-0.030
LPP M S	-0.024	0.017	-0.004	0.020	0.006	0.065	-0.051
LPP P C	0.174**	0.117*	0.162**	0.168**	0.136**	-0.041	-0.015
LPP P R	-0.045	-0.023	0.000	-0.048	0.006	-0.005	0.017
LPP P S	0.014	0.018	0.019	-0.003	0.010	0.044	0.028
SM	0.165**	0.202**	0.197**	0,068	0.148**	-0.146**	-0.194**
COP	0.127**	0.095*	0.129**	0.061	0.065	-0.101*	-0.157**
ASP	0.130**	0.126**	0.129**	0.113**	0.131**	-0.077	-0.050
PEC	-0.125**	-0.159**	-0.134**	-0.093*	-0.59**	0.341**	0.253**
PIC	-0.153**	-0.168**	-0.080	-0.032	-0.095*	0.160**	0.165**
CPC	0.227**	0.298**	0.340**	0.174**	0.234**	-0.116**	-0.185**

Legenda. LPP=Lembranças de Práticas Parentais; M=Maternas; P=paternas; CE=Calor Emocional; R=Rejeição; S=Superproteção; SM=Saúde mental positiva; COP=Coparentalidade; ASP=Apoio Social Percebido; PEC=Problemas Externalizantes da Criança; PIC=Problemas Internalizantes da Criança; CPC=Comportamento pró-social da Criança; *p < 0.05; **p < 0.01.

5.3 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo desenvolver a versão atualizada do Inventário das Dimensões da Parentalidade e buscar evidências de sua validade conforme parâmetros de precisão, conteúdo, construto e relações com variáveis externas.

Além de desenvolver a versão atualizada do IDP, por meio de métodos sequenciais, sistemáticos e rigorosos, o presente estudo encontrou evidências significativas de validade e confiabilidade para três versões do instrumento, longa, breve e muito breve. Esta contribuição se faz importante diante da complexidade e multidimensionalidade da parentalidade.

A validade de conteúdo, ou seja, o grau em que uma medida é um reflexo do construto que se propõe a medir pode ser considerada a propriedade de medida mais importante para instrumentos de autorrelato (Terwee et al., 2018). Neste estudo, os passos conduzidos para desenvolvimento de uma medida de autorrelato para pais e mães com filhos na segunda e terceira infância tentaram se aproximar ao máximo do que é recomendado como padrão ideal por Terwee et al. (2018). Utilizou-se como fonte de informação para validação especialistas na área de desenvolvimento infantil, parentalidade, pesquisa e psicologia clínica, assim como, pais e mães com filhos na faixa etária investigada pelo IDP. Apesar de não ter utilizado uma ficha de avaliação quantitativa para análise do conteúdo como recomendado por (Nunes & Primi, 2010), o desenvolvimento dos itens em várias etapas, individuais e em grupo, e com revisões regulares dos apontamentos antes de passar para a próxima etapa pareceram contribuir de igual forma para uma boa análise do conteúdo. O que se confirmou, pois os itens se mostraram relevantes e com capacidade de abarcar a maioria dos conceitos chave da parentalidade. Além disso, o instrumento em si com instruções, itens e escala de resposta se mostraram adequados e compreensíveis para a população de interesse.

Por meio de AFC foram testados quatro modelos fatoriais para a versão atualizada do IDP. Três deles apresentaram qualidades psicométricas favoráveis a seu uso, em consonância com o modelo relacional da parentalidade, assim, a versão atualizada do IDP foi denominada Inventário Multidimensional da Parentalidade (IMP). Duas importantes contribuições advêm deste fato. A primeira contribuição está nas versões “breve” e “muito breve” também investigadas neste estudo. Por ser um construto complexo, a parentalidade tem sido investigada nos instrumentos de autorrelato por um grande número de itens, o que por vezes é dificultoso e desengaja as participações em pesquisas (Deković et al., 1991). Portanto, sugere-se que para as pesquisas seja utilizada a versão breve por ter evidências de validade também adequadas e por sua praticidade. Para avaliações psicológicas ou rastreio na atuação em contextos clínicos, sugere-se o uso da versão longa, por apresentar

índices bastante promissores e por ter o poder discriminante de uma maior quantidade de características da relação pai/mãe-filho/a,

A segunda reside no fato de que os comportamentos parentais expressos pelos comportamentos descritos nos itens foram indicados por profissionais e pelos próprios pais, a partir das definições históricas da parentalidade, de novas perspectivas e de instrumentos preexistentes. Esse conjunto quando posto na relação com o contexto empírico, indicou que o recente modelo relacional da parentalidade parece ser plausível para representar a parentalidade na atualidade. Conforme sugerem Bronfenbrenner e Morris (2006), mais do que validar ou falsear empiricamente uma hipótese, os designs metodológicos podem servir à verificação da plausibilidade de modelos teóricos, e a partir dos resultados, revisar ou trazer novas explicações pela teoria.

A invariância de medida entre pais e mães foi confirmada, agregando mais uma evidência da validade do construto, dando suporte ao uso equivalente do IDP para pais e mães. Este resultado é notório, tendo em vista que além de contribuir com uma evidência já indicada pela literatura como escassa (Ahemaitijiang et al., 2021; Parent & Forehand, 2017), ainda indica um resultado promissor e relevante para estudos futuros que poderão utilizar a mesma escala para comparações fidedignas entre pais e mães. Tendo em vista que o momento histórico e que a cultura influenciam os modos de ser pai e mãe (Oliva et al., 2017), esta oportunidade de comparação por meio do mesmo instrumento permitirá indicar especificidades dos comportamentos parentais em função dos aspectos bioecológicos que influenciam a parentalidade (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Em relação à consistência interna do instrumento, a versão longa apresentou os melhores valores de referência, mas a versão breve também apresentou índices tão confiáveis quanto à versão longa. Somente a dimensão inconsistência da versão muito breve apresentou uma confiabilidade inaceitável. Ainda, as duas de dimensões que apresentaram os índices mais baixos nas três versões foram Coerção e Inconsistência, ambas representadas por somente cinco itens desde o primeiro modelo mais longo. Uma razão que pode ter levado a este resultado é porque os índices de confiabilidade, como o Alfa de Cronbach, são fortemente influenciados pelo número de itens (Souza et al., 2017). Porém, como a dimensão Responsividade às dificuldades também foi formada por somente cinco itens desde o primeiro modelo, e o índice de confiabilidade foi acima de 0,75, isso

pode apontar que a menor confiabilidade das dimensões citadas anteriormente pode estar relacionada a serem as duas únicas versões que se correlacionam negativamente com as demais.

As dimensões com maior número de itens na versão longa - Confirmação afetiva (13) e Corregulação (12) - apresentaram confiabilidade excelente. O que reforça o argumento em relação à sensibilidade da precisão conforme o número de itens. Assim, sugere-se que para a versão longa outros itens para Coerção, Inconsistência e Responsividade poderiam ser acrescentados, para verificar se há uma melhora na precisão do IDP, porém, esta estratégia pode comprometer a aplicação do instrumento por aumentar o seu tamanho. Outra possibilidade seria aprimorar os itens já existentes na versão breve, pois a fiabilidade das dimensões continuou adequada, porém com índices mais baixos. Apesar dessas indicações, o IDP demonstrou uma boa validade de precisão, pois mensura um fenômeno complexo e amplo (Cruz et al., 2011), e nesses casos a literatura aponta que é mais difícil se obter altos níveis de consistência (Stanley & Edwards, 2016).

A correlação entre todas as dimensões do IDP entre si sugere que elas não são exclusivas, o que reforça o caráter individualizado das dimensões do instrumento e da parentalidade, em consonância com perspectivas atuais sobre a parentalidade e instrumentos para sua mensuração (Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015; Verhoeven et al., 2017). Esses dados parecem indicar que tanto pais quanto mães, desta população, se engajam em interações com filhos(as) em níveis elevados de Confirmação afetiva, Cuidados básicos, Responsividade, Corregulação e Estimulação, e também, ainda que em baixos níveis, em Coerção e Inconsistência. Além disso, outro ponto a destacar é que o instrumento é capaz de mensurar dimensões positivas e negativas da parentalidade ao mesmo tempo, o que era indicado como uma lacuna nos estudos (Ahemaitijiang et al., 2021; Darling & Steinberg, 1993; McKee et al., 2013).

Os resultados também foram satisfatórios para validade convergente. As dimensões com conotação de relações mais complexas, afetivas e recíprocas estiveram negativamente associadas aos problemas de comportamento e positivamente associadas à pró-socialização. Em contraste, também foi possível discriminar que as dimensões caracterizadas por comportamentos de baixo ou nulo equilíbrio de poder, afeto e reciprocidade associaram-se positivamente a problemas de conduta, e mais, negativamente com prossociabilidade. Estes resultados são

consistentes com a literatura que indica que uma parentalidade positiva está associada a melhor ajustamento social e emocional da criança, e aspectos negativos relacionam-se com aumento de problemas de externalização, internalização e psicopatologias na infância (Dumas, 2011; Ong et al., 2018; Zarra-Nezhad et al., 2014). Porém, merece destaque o fato de aspectos negativos não só aumentarem dificuldades, mas também contribuírem para diminuir comportamentos positivos da criança, resultado incomum nas pesquisas.

De uma maneira geral, o Inventário das Dimensões da Parentalidade apresentou evidências de validade de conteúdo, construto, critério e precisão adequadas e favoráveis ao seu uso em amostras de pais e mães de crianças nas segunda e terceira infância, preenchendo a lacuna apontada pelos estudos (Cova et al., 2017; Dadds, Mullins, et al., 2003; de la Osa et al., 2014; Paraventi, 2018; Souza, 2018), sobre a necessidade de medidas com propriedades psicométricas adequadas para avaliar a parentalidade de crianças, principalmente pré-escolares.

6 DISCUSSÃO INTEGRADA E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Por meio desta tese buscou-se elaborar um modelo teórico da parentalidade e construir uma escala de parentalidade com evidências de validade e precisão. Para alcançar tal objetivo foram realizados três estudos. O primeiro estudo de natureza teórica apresentou um resgate histórico dos modelos para investigar a parentalidade e contribuiu para o avanço das perspectivas atuais ao propor um modelo relacional das dimensões da parentalidade, com base nas perspectivas do desenvolvimento humano da bioecologia (Bronfenbrenner, 2011) e da teoria unificada transacional (Sameroff, 2010).

A partir deste estudo, entende-se a parentalidade como um processo relacional de interações recíprocas entre a figura parental e o/a filho/a que se expressa por meio de comportamentos com potência promotora do desenvolvimento, como confirmação calorosa, correção, garantia de cuidados básicos e responsividade às dificuldades, bem como por comportamentos com potência de efeitos de disfunção, como coerção e inconsistência. Em que os integrantes da díade se influenciam mutuamente, a partir das interações entre as características individuais de cada um e suas relações estabelecidas com os diversos níveis contextuais ao longo do tempo. Os modelos teóricos de Baumrind

(1966), Bowlby (1958), Schaefer (1959) e Skinner et al. (2005) que serviram de base histórica para o desenvolvimento desta definição constituinte do Modelo Relacional da Parentalidade, também foram identificadas nos instrumentos analisados no segundo estudo.

A segunda pesquisa analisou os estudos com evidências de validade e precisão das medidas de parentalidade disponíveis em 12 portais de dados científicos. Foi realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura por meio da qual se avaliou a qualidade metodológica dos estudos e a qualidade psicométrica dos instrumentos de autorrelato que têm sido utilizados nas últimas décadas para avaliar a parentalidade. Os resultados indicaram que a qualidade metodológica dos estudos é boa para algumas dimensões específicas, como validade estrutural, que vem sendo valorizada desde 1970, porém para as demais categorias há de se interpretar os resultados da validação com cautela. As evidências apontaram que quanto à adequação das propriedades psicométricas, apesar de boas em alguns aspectos, ainda há de serem aperfeiçoadas, pois todas as escalas apresentaram forças e fragilidades nas propriedades. Nesse sentido, sugere-se o uso do COSMIN, assim como foi utilizado no estudo, tanto para avaliar outros instrumentos, como para embasar o desenvolvimento de instrumentos de medida desde sua construção. Os resultados deste estudo nortearam a revisão da construção do IDP e a busca de suas evidências de validade e precisão, principalmente em relação à clareza das bases teóricas a partir das quais o instrumento foi elaborado, uma fragilidade encontrada na maioria dos estudos revisados.

Assim, o terceiro estudo objetivou construir um instrumento de parentalidade com evidência de validade baseada no conteúdo dos itens, na estrutura interna e indicadores de precisão, e na relação com outras variáveis. Para a elaboração dos itens foram comparados as dimensões e os itens das medidas cujas propriedades psicométricas foram analisadas no estudo dois. Além do embasamento em itens preexistentes na literatura, também foram consultadas profissionais psicólogas especialistas em família e parentalidade. Sendo que um dos itens indicados nesta fase apresentou a carga fatorial mais alta na dimensão confirmação afetiva.

Uma potencialidade do estudo 3 foi se basear nas recomendações do COSMIN para elaboração da medida. Como nas diretrizes é indicado que a validade de conteúdo é uma das evidências mais importantes de todas as etapas de elaboração de instrumentos (Prinsen et al., 2018; Terwee et al., 2018), buscou-se

agregar diferentes formas e visões para a elaboração dos itens que compuseram a versão atualizada do IDP. Assim, foram convidados colegas do Programa da Pós-Graduação para serem juízes da escala e pais e mães com filhos entre 3 e 11 anos para avaliar a semântica, clareza e pertinência dos itens e dimensões. A análise de juízes apresentou resultados satisfatórios de modo a obter uma concordância razoável entre os juízes sobre os itens e dimensões do modelo proposto, bem como identificou três possíveis itens a serem excluídos na versão final da medida, o que auxiliou na tomada de decisão no momento de excluir os itens para a escala final. A população-alvo da pesquisa não trouxe sugestões de aprimoramento da escala, reforçou a relevância dos itens tanto para comportamentos maternos quanto paternos.

Ainda no terceiro estudo, foi realizada uma análise fatorial confirmatória com a estrutura de sete fatores conforme o modelo teórico proposto e endossado pelos juízes na etapa de avaliação do conteúdo. Como identificado pela evidência de conteúdo o modelo de parentalidade proposto foi evidenciado empiricamente de modo que os comportamentos manifestados pelas figuras parentais agruparam formando sete fatores. Avaliou-se os índices de modificação resultantes da AFC, e a partir de uma interpretação teórica dos dados, 57 itens foram retidos, todos com carga fatorial maior que 0,40 na versão longa do instrumento. Os itens que foram mantidos em cada fator apresentaram indícios, a partir dos quais foi possível racionalizar suas características e endossar a definição e a nomenclatura de cada dimensão conforme o modelo teórico proposto no Estudo 1. A composição dos itens e das dimensões foi invariável para pais e mães. Três versões da medida foram testadas – longa (57 itens), breve (35 itens) e muito breve (21 itens) – a fim de contribuir com uma possível escolha do tamanho da escala conforme o objetivo de sua aplicação. As três versões resultaram em índices adequados de ajuste do modelo, porém com uma piora significativa ($\alpha=0.475$ / $\omega=0.560$) dos índices de precisão para a dimensão inconsistência na versão muito breve da escala.

O terceiro estudo ainda buscou identificar evidências de validade com base na relação com outras variáveis por meio de análises estatísticas de correlação. Para tanto, foi considerado o modelo de 57 itens identificado na evidência de estrutura interna. Quanto aos determinantes da parentalidade relacionados às características de pessoa, ficou evidenciado que quanto mais lembranças de práticas de criação de pais e mães calorosas emocionalmente, mais as figuras

parentais se engajaram atualmente em estabelecer um vínculo com a criança de uma maneira que confirme sua identidade em momentos prazerosos e afetuosos, em garantir as necessidades básicas pra criança, em corregular emoções e comportamentos, em responder às dificuldades da criança de forma responsiva e em estimular a psicomotricidade e a perseverança dos filhos. Este dado corrobora as atualizações feitas por Taraban e Shaw (2018) no modelo dos determinantes da parentalidade proposto por Belsky (1984) em que a trajetória desenvolvimental dos pais se destaca como características da figura parental que multidetermina a parentalidade.

O mesmo foi válido para saúde mental e coparentalidade, exceto para responsividade às dificuldades que não mostrou ter relação com a saúde mental positiva ou com a qualidade da relação coparental dos pais. Em contrapartida, além das correlações positivas, quanto melhor a saúde mental positiva e quanto melhor a relação coparental, menos comportamentos de coerção e inconsistência os pais exerceram. Em consonância, outra característica dos determinantes da parentalidade relacionados ao contexto se mostrou positivamente relacionada às dimensões da parentalidade, inclusive responsividade às dificuldades. Porém, o apoio social foi percebido medianamente e não se mostrou determinante para os comportamentos inconsistentes, ainda que quanto mais apoio foi percebido, menores foram os comportamentos de coerção.

Por fim, os desfechos sobre os comportamentos da criança indicaram que os pais relataram que os filhos apresentam níveis médios de problemas de externalização e internalização, e que quanto maiores os níveis de comportamento nas dimensões confirmação afetiva, cuidados básicos, corregulação e estimulação, mais isso contribuiu para diminuir os problemas de externalização e internalização. Quanto mais coercitivos e inconsistentes, mais problemas de comportamentos de ambas as naturezas os pais relataram que os filhos apresentam. Curiosamente, o fato de os pais responderem às dificuldades da criança não se mostrou um fator de proteção aos comportamentos inadequados, mas sim como fator de promoção dos comportamentos pró-sociais. Também ficou ressaltado que algumas das relações mais fortes foram entre os comportamentos pró-sociais e todas as dimensões da parentalidade de uma maneira positiva, exceto coerção e inconsistência que parecem caminhar numa via contrária a um bom ajuste social. Tais evidências demonstraram que o Inventário das Dimensões da

Parentalidade mensura de fato características do construto e contribui para o avanço do conhecimento no sentido de demonstrar que o modelo teórico tem respaldo empírico e para indicar processos externos à parentalidade que estão relacionados à mesma.

Ao propor teorias e modelos é necessário verificar sua plausibilidade empírica, para então retomar suas questões teóricas (Borsboom et al., 2021; Bronfenbrenner & Morris, 2006). Revisitando o Modelo Relacional da Parentalidade após uma compreensão conjunta com os resultados da revisão sistemática e da estrutura e evidências de validade e precisão do IDP, sugere-se que os itens que compõem o IDP possam ser constantemente revistos e elaborados conforme as características culturais e sociais em que é empregado. Assim como o modelo é relacional, entende-se que quanto mais os itens representarem em sua formulação um caráter processual e de interação, possivelmente haverá uma melhora nas propriedades psicométricas do instrumento. Isto porque a dimensão com maior confiabilidade do IDP se mostrou representada por itens com essa característica.

Algumas limitações às análises de validade se deram por conta da Pandemia de COVID-19. A coleta de dados foi iniciada em abril de 2020, quando as medidas de isolamento social já estavam vigentes. Em relação à análise de conteúdo, a avaliação dos itens estava prevista para acontecer com um grupo de pelo menos 30 participantes representantes da população-alvo, mas não ocorreu. Apesar da intenção de realizar análises de evidências de validade do IDP em relação a outra medida de parentalidade com boas qualidades psicométricas, também não foi possível coletar os dados. Havia se adquirido o Inventário de Habilidades Sociais elaborado por Almir Del Prette e Zilda Del Prette para aplicação presencial com os participantes, mas o período da coleta de dados se estendeu tanto quanto as medidas de isolamento social, não sendo possível a aplicação do instrumento. Assim, ainda carecem evidências de validade do IDP em relação a outra medida de parentalidade com boas qualidades psicométricas. Também não foi possível aplicar o instrumento em dois momentos diferentes para análise de mensuração do erro de medida, tendo em vista a grande dificuldade encontrada para que os participantes respondessem o kit completo no primeiro momento.

Embora o estudo tenha apresentado estas limitações, salienta-se que os resultados apresentados nesta tese constituem um conjunto de evidências que indicam que o modelo teórico parece ser representativo da realidade e que a escala

avalia o construto ao qual se propõe a medir. Nesse sentido, entende-se que tanto o modelo quanto o instrumento são relevantes contribuições científicas para o avanço do conhecimento científico e de sua aplicação prática por pesquisadores e profissionais que trabalham com a parentalidade. O modelo proposto pode ser usado como referencial teórico para embasar reflexões, intervenções e formações sobre parentalidade, tanto com os próprios pais, como com as crianças e outros profissionais. Já o instrumento pode ser utilizado para avaliações pré e pós-teste dos programas de intervenção com pais, assim como instrumento para pesquisa em que se sugere o uso da versão breve ou rastreio em intervenções psicoterapêuticas por meio da aplicação da versão longa. No âmbito da esfera pública, sugere-se que tanto o modelo quanto o instrumento possam ser utilizados na área jurídica, para sustentar as avaliações psicológicas sobre parentalidade com um respaldo científico, conciso e objetivo conforme necessidade apontada por Coltro, Paraventi e Vieira (no prelo).

Em nível de macrossistema, a revolução digital demarca um novo período tecnológico relevante à ciência, em que os contextos digitais impactam nas relações entre pessoas e sistemas (Navarro & Tudge, 2022). Nesse sentido, as novas tecnologias que estão na “palma da mão” por meio, por exemplo, dos smartphone, poderiam ser usadas em favor de uma validação ecológica de medidas para avaliar a parentalidade. Os participantes poderiam reportar os próprios comportamentos representados nos itens do inventário das dimensões da parentalidade em tempo real e de maneira recorrente, contribuindo para aumentar a validade ecológica e diminuir o risco de viés ou erro de medida (Shiffman et al., 2008). Ainda, as respostas recorrentes de pais, mães e da criança, poderiam contribuir também para uma investigação pormenorizada da bidirecionalidade e recursividade dos processos nas transações comportamentais.

O modelo proposto tem como pressuposto que o desenvolvimento infantil ocorre num sistema de desenvolvimento relacional, ou seja, o desenvolvimento da criança ao longo da infância envolve uma influência mútua na relação criança-figura parental. Nessa perspectiva de um sistema de desenvolvimento relacional, é esperado que as aplicações do conhecimento científico criem oportunidades para todos os indivíduos experimentarem um desenvolvimento positivo (Lerner, 2006). Nesse sentido, a descrição das dimensões do modelo proposto refletem aspectos relacionais da relação figura parental-filho/a, contribui para a possibilidade de se

identificar aspectos específicos da relação figura parental-filho/a, por meio do processo proximal da parentalidade, que aumentam a probabilidade de todo e qualquer indivíduo desenvolver suas competências (Bronfenbrenner, 2011) e vive de maneira adaptativa (Sameroff, 2010).

Para tanto, sugere-se que o modelo teórico seja testado em pesquisas empíricas para verificar em quais domínios do desenvolvimento as crianças irão desenvolver positivamente no caso de, independentemente de suas características individuais ou das circunstâncias ecológicas, seus pais e/ou mães se engajarem cada vez com maior frequência e de maneira mais complexa em garantir suas necessidades básicas, em correção, em confirmação afetiva, em responsividade às necessidades da criança e estimulação, ainda que com menor frequência e intensidade exibam comportamentos de coerção e inconsistência.

Mais especificamente, sugere-se que as pesquisas investiguem qual dimensão, em um determinado indivíduo, num contexto específico, por quanto tempo, circunscrito em qual cultura, em qual momento da infância, em qual específico período da história resulta em qual característica específica do seu desenvolvimento de uma maneira positiva. Espera-se que este nível de detalhamento possa contribuir para promoção do desenvolvimento infantil de uma maneira que se crie chances equivalentes para que os indivíduos experienciem um desenvolvimento positivo.

REFERÊNCIAS

- Ahemaitijiang, N., Han, Z. R., Dale, C., DiMarzio, K., & Parent, J. (2021). Psychometric properties of the Chinese version of the Multidimensional Assessment of Parenting Scale. *Psychological assessment*, 33(3), e1–e12. <https://doi.org/https://doi.org/10.1037/pas0000981>
- Ainsworth, M. D. S., & Bell, S. M. (1970). Attachment, Exploration, and Separation: Illustrated by the Behavior of One-Year-Olds in a Strange Situation. *Child Development*, 41(1), 49. <https://doi.org/10.2307/1127388>
- Alexandre, J., & Neves, B. (2018). Modelos contendo variáveis observadas e construtos latentes. In J. A. B. Neves (Ed.), *Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada* (pp. 63–78). Enap.
- Arney, F., Rogers, H., Baghurst, P., Sawyer, M., & Prior, M. (2008). The reliability and validity of the Parenting Scale for Australian mothers of preschool-aged children. *Australian Journal of Psychology*, 60(1), 44–52. <https://doi.org/10.1080/00049530701458076>
- Arnold, D. S., O’Leary, S. G., Wolff, L. S., & Acker, M. M. (1993). The Parenting Scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5(2), 137–144. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.5.2.137>
- Badahdah, A., & Le, K. T. (2016). Parenting Young Arab Children: Psychometric Properties of an Adapted Arabic Brief Version of the Alabama Parenting Questionnaire. *Child Psychiatry & Human Development*, 47(3), 486–493. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1007/s10578-015-0581-8>
- Baião-Traguedo, T., Vieira-Santos, S., Narciso, I., da Silva, J. T., Januário, D., & Relvas, A. P. (2020). Questionário de Estilos e Dimensões Parentais: Validação Preliminar no Contexto Angolano. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 56(3), 171–186. <https://doi.org/https://doi.org/10.21865/RIDEP56.3.13>
- Barber, B. K. (1996). Parental Psychological Control: Revisiting a Neglected Construct. *Child Development*, 67(6), 3296–3319. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1996.tb01915.x>
- Barber, B. K. (2006). Reintroducing parental psychological control. In B. K. Barber (Ed.), *Intrusive parenting: How psychological control affects children and adolescents* (pp. 3–13). American Psychological Association.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2015). DEFINIÇÕES, DIMENSÕES E DETERMINANTES DA PARENTALIDADE. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Eds.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil Parentalidade em foco* (pp. 16–32). Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37(4), 887. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D. (2013). Is a Pejorative View of Power Assertion in the Socialization Process Justified? <https://doi.org/10.1037/A0033480>, 17(4), 420–427.

<https://doi.org/10.1037/A0033480>

- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J., Fearon, R. M. P., & Bell, B. (2007). Parenting, attention and externalizing problems: testing mediation longitudinally, repeatedly and reciprocally. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(12), 1233–1242. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2007.01807.x>
- Beltrão, L. G. (2015). *Envolvimento parental, desenvolvimento social e temperamento de pré-escolares: um estudo comparativo com famílias residentes em Santa Catarina e em Montreal [Tese de Doutorado]*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bornstein, M. H. (2002). Preface. In Marc H Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting: being and Becoming a Parent* (Vol. 3, pp. xv–xvii).
- Bornstein, Marc H., & Tamis-LeMonda, C. S. (1989). Maternal responsiveness and cognitive development in children. *New Directions for Child Development*, 1989(43), 49–61. <https://doi.org/10.1002/CD.23219894306>
- Borsboom, D., van der Maas, H. L. J., Dalege, J., Kievit, R. A., & Haig, B. D. (2021). Theory Construction Methodology: A Practical Framework for Building Theories in Psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 16(4), 756–766. <https://doi.org/10.1177/1745691620969647>
- Bossardi, C. N. (2015). *Envolvimento e interações paternas com filhos de 4 a 6 anos: relações com os sistemas parental e conjugal [Tese de Doutorado]*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *The International Journal of Psychoanalysis*, 39, 350–373.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Attachment*. Basic Books.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo*. Martins Fontes.
- Bradley, R. H., & Caldwell, B. M. (1995). Caregiving and the Regulation of Child Growth and Development: Describing Proximal Aspects of Caregiving Systems. *Developmental Review*, 15(1), 38–85. <https://doi.org/10.1006/drev.1995.1002>
- Brodard, F., El Ghaziri, N., Kounou, K. B., & Zecca, G. (2018). Validation de la version française d'une échelle évaluant les pratiques disciplinaires de parents d'enfants d'âge scolaire. *Journal de Thérapie Comportementale et Cognitive*, 28(3), 114–122. <https://doi.org/10.1016/j.jtcc.2018.06.009>
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. In *Annals of child development: A research annual* (pp. 187–249). JAI Press.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tomando os seres humanos mais humanos*. Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The Ecology of Developmental Process. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of Child Psychology* (Vol. 1, pp. 993–1028). John Wiley & Sons, Inc.
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U

- Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Sage Publications.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828). John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. In *Social Development* (Vol. 9, Issue 1, pp. 115–125). Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>
- Brown, A. M., & Whiteside, S. P. (2008). Relations among perceived parental rearing behaviors, attachment style, and worry in anxious children. *Journal of Anxiety Disorders*, 22(2), 263–272. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2007.02.002>
- Brown, T. (2015). *Confirmatory for Analysis for Applied Research*. 462.
- Budd, K. S., Danko, C. M., Li, Y., & Henriquez, S. (2015). Assessing Childrearing Attitudes: Validation of a Shortened Version of the Parenting Questionnaire. *Parenting*, 15(1), 39–54. <https://doi.org/10.1080/15295192.2015.992737>
- Bueno, R. K. (2018). *Associações entre relação de ativação pai-criança, funcionamento familiar e comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais [Tese de Doutorado]*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Buri, J. R. (1991). Parental Authority Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 110–119. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa5701_13
- Cabrera, N. J., & Volling, B. L. (2019). Moving research on fathering and children's development forward: Priorities and recommendations for the future. In B. L. Volling & N. J. Cabrera (Eds.), *Advancing research and measurement on fathering and children's development*. (1st ed., Vol. 84, pp. 107–117). MONOGRAPHS OF THE SOCIETY FOR RESEARCH IN CHILD DEVELOPMENT.
- Calders, F., Bijttebier, P., Bosmans, G., Ceulemans, E., Colpin, H., Goossens, L., Van Den Noortgate, W., Verschueren, K., & Van Leeuwen, K. (2020). Investigating the interplay between parenting dimensions and styles, and the association with adolescent outcomes. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 29(3), 327–342. <https://doi.org/10.1007/s00787-019-01349-x>
- Cardoso, L. P. de S. (2013). *Parentalidade e problemas de comportamento em crianças do pré-escolar [Dissertação de Mestrado]*. Universidade da Madeira.
- Carpenter, A., & Donohue, B. (2006). Parental satisfaction in child abuse and neglect: A review of standardized measures. *Aggression and Violent Behavior*, 11(6), 577–586. <https://doi.org/10.1016/J.AVB.2006.02.002>
- Carvalho, T. R. de, Barham, E. J., Souza, C. D. de, Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Cross-cultural Adaptation of an Instrument to Assess Coparenting: Coparenting Relationship Scale. *Psico-USF*, 23(2), 215–227. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230203>
- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura [Dissertação de Mestrado]*. Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.59.2013.TDE-14122013-105111>

- Cerezo, M. A., Trenado, R. M., & Pons-Salvador, G. (2012). Mother-infant interaction and quality of child's attachment: a nonlinear dynamical systems approach. *Nonlinear Dynamics, Psychology, and Life Sciences*, 16(3), 243–267.
- Chen, E., Miller, G. E., Yu, T., & Brody, G. H. (2018). Unsupportive parenting moderates the effects of family psychosocial intervention on metabolic syndrome in African American youth. *International Journal of Obesity*, 42(4), 634–640. <https://doi.org/10.1038/ijo.2017.246>
- Choi, Y., Kim, Y. S., Kim, S. Y., & Park, I. J. K. (2013). Is Asian American parenting controlling and harsh? Empirical testing of relationships between Korean American and Western parenting measures. *Asian American Journal of Psychology*, 4(1), 19–29. <https://doi.org/10.1037/a0031220>
- Collett, B. R., Gimpel, G. A., Greenson, J. N., & Gunderson, T. L. (2001). Assessment of Discipline Styles Among Parents of Preschool Through School-Age Children. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 23(3), 163–170. <https://doi.org/10.1023/1010965220517>
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting: The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55(2), 218–232. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.2.218>
- Coltro, B. P., Paraventi, L. & Vieira, M. L. (no prelo). Narrativas sobre parentalidade: repercussões em práticas de avaliação psicológica no contexto jurídico sob o enfoque do Construcionismo Social.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução CFP nº. 002/2003. In *Definir e regulamentar o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revogar a Resolução CFP nº 025/2001*.
- Costa, N. (2013). *Estilos e preocupações parentais: estudo numa amostra de cuidadores de crianças em intervenção precoce na infância*. Universidade de Coimbra.
- Cova, F., Bustos, C., Rincon, P., Grandon, P., Saldivia, S., & Inostroza, C. (2019). Psychometric Properties of a Brief Form of the Alabama Parenting Questionnaire in Chilean Preschoolers' Families. *REVISTA IBEROAMERICANA DE DIAGNOSTICO Y EVALUACION-E AVALIACAO PSICOLOGICA*, 2(51), 33–42. <https://doi.org/10.21865/RIDEP51.2.03>
- Cova, F., Bustos, C., Rincón, P., Streiner, D. L., Grandón, P., Saldivia, S., Inostroza, C., & Contreras, G. (2017). PSYCHOMETRIC PROPERTIES OF THE ALABAMA PARENTING QUESTIONNAIRE ADAPTED TO FAMILIES OF CHILEAN PRESCHOOLERS. *Infant Mental Health Journal*, 38(2), 249–257. <https://doi.org/10.1002/imhj.21631>
- Cozby, P. C., Gomide, P. I. C., Otta, E. trad., & Siqueira, J. de O. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. Atlas.
- Cruz, O., & Ducharme, M. B. (2006). Intervenção na parentalidade: o caso específico da formação de pais. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 13(11), 295–309.
- Cruz, O., Raposo, J. V, Ducharme, M. A. B., Almeida, L. D. A. S., Teixeira, C. M., & Fernandes, H. M. (2011). Parenting scales: Contributions to the factorial

- validity of the Portuguese version [Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP): Contributos para a Validação Factorial da Versão Portuguesa das Parenting Scales]. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*, 1(31), 157–176. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84867207987&partnerID=40&md5=a56a1a9c120f60acb3836c8a57c3755a>
- Dadds, M. R., Maujean, A., & Fraser, J. A. (2003). Parenting and conduct problems in children: Australian data and psychometric properties of the Alabama parenting questionnaire. *Australian Psychologist*, 38(3), 238–241. <https://doi.org/10.1080/00050060310001707267>
- Dadds, M. R., Mullins, M. J., McAllister, R. A., & Atkinson, E. (2003). Attributions, affect, and behavior in abuse-risk mothers: a laboratory study. *Child Abuse Negl*, 27(1), 21–45. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-12510029>
- Damáso, B. F. (2013). Contribuições da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFCMG) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18(2), 211–220. <https://doi.org/10.1590/s1413-82712013000200005>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. In *Psychological Bulletin* (Vol. 113). <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- Davidov, M., & Grusec, J. E. (2006). Untangling the Links of Parental Responsiveness to Distress and Warmth to Child Outcomes. *Child Development*, 77(1), 44–58. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00855.x>
- Davison, K. K., Blake, C. E., Kachurak, A., Lumeng, J. C., Coffman, D. L., Miller, A. L., Hughes, S. O., Power, T. G., Vaughn, A. F., Blaine, R. E., Younginer, N., & Fisher, J. O. (2018). Development and preliminary validation of the Parenting around SNacking Questionnaire (P-SNAQ). *Appetite*, 125, 323–332. <https://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2018.01.035>
- de la Osa, N., Granero, R., Penelo, E., Domènech, J. M., & Ezpeleta, L. (2014). Psychometric Properties of the Alabama Parenting Questionnaire-Preschool Revision (APQ-Pr) in 3 Year-Old Spanish Preschoolers. *Journal of Child and Family Studies*, 23(5), 776–784. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9730-5>
- Deater-Deckard, K., Ivy, L., & Petrill, S. A. (2006). Maternal Warmth Moderates the Link Between Physical Punishment and Child Externalizing Problems: A Parent - Offspring Behavior Genetic Analysis. *Parenting*, 6(1), 59–78. https://doi.org/10.1207/s15327922par0601_3
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. Plenum.
- Deković, M., Janssens, J. M. A. M., & Gerris, J. R. M. (1991). Factor Structure and Construct Validity of the Block Child Rearing Practices Report (CRPR). *Psychological Assessment*, 3(2), 182–187. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0001591473&doi=10.1037%2F1040-3590.3.2.182&partnerID=40&md5=f7787d38f708681e287415350777afe2>
- Dong, S., Dubas, J. S., Deković, M., & Wang, Z. (2021). Chinese version of

- comprehensive early childhood parenting questionnaire (CECPAQ-CV): Factor structure, reliability, and validity. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-020-01268-0>
- Dubeau, D., Devault, A., & Paquette, D. (2009). L'engagement paternel, un concept aux multiples facettes. In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 71–98). Les Presses de l'Université Laval.
- Dumas, J. (2011). *Psicopatologia da infância e adolescência* (3rd ed.). Artmed.
- Dumont, C., & Paquette, D. (2013). What about the child's tie to the father? A new insight into fathering, father-child attachment, children's socio-emotional development and the activation relationship theory. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 430–446. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711592>
- Egeli, N. A., Rogers, W. T., Rinaldi, C. M., & Cui, Y. (2015). Exploring the Factor Structure of the Revised-Parent as a Social Context Questionnaire. *Parenting*, 15(4), 269–287. <https://doi.org/10.1080/15295192.2015.1053334>
- Elgar, F. J., Waschbusch, D. A., Dadds, M. R., & Sigvaldason, N. (2007). Development and Validation of a Short Form of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*, 16(2), 243–259. <https://doi.org/10.1007/s10826-006-9082-5>
- Fabes, R. A., Gaertner, B. M., & Popp, T. K. (2008). Getting Along with Others: Social Competence in Early Childhood. In *Blackwell Handbook of Early Childhood Development* (pp. 296–316). Blackwell Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1002/9780470757703.ch15>
- Fagan, J., Day, R., Lamb, M. E., & Cabrera, N. J. (2014). Should Researchers Conceptualize Differently the Dimensions of Parenting for Fathers and Mothers? *Journal of Family Theory & Review*, 6(4), 390–405. <https://doi.org/10.1111/jftr.12044>
- Fang, Y., Boelens, M., Windhorst, D. A., Raat, H., & van Grieken, A. (2021). Factors associated with parenting self-efficacy: A systematic review. *Journal of Advanced Nursing*, 77(6), 2641–2661. <https://doi.org/10.1111/JAN.14767>
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A Multi-Domain Self-Report Measure of Coparenting. *Parent Sci Pract*, 12(1), 1–21. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-23166477>
- Ferreira, M. de F., Mezzavilla, R. de S., de Barros Vianna, G. V., Paolino, L. Q., Lanzillotti, H. S., Lindsay, A. C., & Hasselmann, M. H. (2020). Cross-cultural adaptation of the brazilian portuguese version of the caregiver's feeding styles questionnaire. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(16), 1–16. <https://doi.org/10.3390/IJERPH17165814>
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In *CUP Book: Contributos para a intervenção em Psicologia*. Universidade Católica Portuguesa.
- Finley, G. E., Mira, S. D., & Schwartz, S. J. (2008). Perceived paternal and maternal involvement: Factor structures, mean differences, and parental roles. In *Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers* (Vol. 6, Issue 1, pp. 62–82). Men's Studies Press, LLC. <https://doi.org/10.3149/fth.0601.62>

- Fleitlich, B., Cortázar, P. G., & Goodman, R. (2000). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). *Infanto Rev. Neuropsiquiatr. Infanc. Adolesc.*, 44–50.
- Fonseca, A. C. (2007). Importância dos primeiros anos de vida: o exemplo dos comportamentos agressivos. In & M. F. G. A. C. Fonseca, M. J. Seabra-Santos (Ed.), *Psicologia e educação: novos e velhos temas* (pp. 129–171). Almedina.
- Fraley, R. C., Roisman, G. I., & Haltigan, J. D. (2013). The legacy of early experiences in development: Formalizing alternative models of how early experiences are carried forward over time. *Developmental Psychology*, 49(1), 109–126. <https://doi.org/10.1037/a0027852>
- Frosch, C. A., Schoppe-Sullivan, S. J., & O'Banion, D. D. (2021). Parenting and Child Development: A Relational Health Perspective. *American Journal of Lifestyle Medicine*, 15(1), 45–59. <https://doi.org/10.1177/1559827619849028>
- Gaumon, S. (2013). *La relation d'activation père-enfant, les problèmes intériorisés et l'anxiété chez les enfants d'âge préscolaire. [Tese de Doutorado]. Université de Montréal.*
- Gaumon, S., & Paquette, D. (2013). The father–child activation relationship and internalising disorders at preschool age. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 447–463. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711593>
- Gergen, K. J. (2009). Relational being beyond Self and Community. *Relational Being: Beyond Self And Community.*, xiii–xix. <https://doi.org/10.24275/uam/xoc/dcsh/rayo/2019v22n42/Jimeno>
- Giallo, R., Treyvaud, K., Cooklin, A., & Wade, C. (2013). Mothers' and fathers' involvement in home activities with their children: Psychosocial factors and the role of parental self-efficacy. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 343–359. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711587>
- Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de Estilos Parentais. In *Modelo teórico: manual de aplicação, apuração e interpretação*. Vozes.
- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the strengths and difficulties questionnaire. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40(11), 1337–1345. <https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>
- Grantham-McGregor, S., Cheung, Y. B., Cueto, S., Glewwe, P., Richter, L., & Strupp, B. (2007). Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries. *The Lancet*, 369(9555), 60–70. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)60032-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)60032-4)
- Gray, D. E. (2012). Desenho de pesquisa: métodos quantitativos. In *Pesquisa no mundo real* (2nd ed., pp. 108–133). Penso.
- Griep, R. H., Chor, D., Faerstein, E., Werneck, G. L., & Lopes, C. S. (2005). Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(3), 703–714. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300004>
- Groh, A. M., Fearon, R. M. P., IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Roisman, G. I. (2016). Attachment in the Early Life Course: Meta-Analytic Evidence for Its Role in Socioemotional Development. *Child Development*

- Perspectives*, 11(1), 70–76. <https://doi.org/10.1111/cdep.12213>
- Grolnick, W. S., & Gurland, S. T. (2002). Mothering: Retrospect and prospect. In J. McHale & W. S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families* (pp. 5–33). Lawrence Erlbaum Associates.
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Fremmer-Bombik, E., Kindler, H., Scheuerer-Englisch, H., & Zimmermann, P. (2002). The uniqueness of the child-father attachment relationship: Fathers' sensitive and challenging play as a pivotal variable in a 16-year longitudinal study. *Social Development*, 11(3), 301–337. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00202>
- Guo, M., Morawska, A., & Filus, A. (2017). Validation of the Parenting and Family Adjustment Scales to Measure Parenting Skills and Family Adjustment in Chinese Parents. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 50(3), 139–154. <https://doi.org/10.1080/07481756.2017.1327290>
- Harvey, E., Danforth, J. S., Ulaszek, W. R., & Eberhardt, T. L. (2001). Validity of the parenting scale for parents of children with attention-deficit/hyperactivity disorder. *Behaviour Research and Therapy*, 39(6), 731–743. [https://doi.org/10.1016/S0005-7967\(00\)00052-8](https://doi.org/10.1016/S0005-7967(00)00052-8)
- Hirsh-Pasek, K., & Burchinal, M. (2006). Mother and Caregiver Sensitivity Over Time: Predicting Language and Academic Outcomes With Variable- and Person-Centered Approaches. *Merrill-Palmer Quarterly*, 52(3), 449–485. <https://doi.org/10.1353/MPQ.2006.0027>
- Hoff, E., & Laursen, B. (2019). Socioeconomic status and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting, vol.2: Biology and ecology of parenting* (1st ed., pp. 421–447). Routledge.
- Hoffman, M. L. (1963). Childrearing Practices and Moral Development: Generalizations from Empirical Research. *Child Development*, 34(2), 295. <https://doi.org/10.2307/1126729>
- Hoffman, M. L. (1963). Childrearing Practices and Moral Development: Generalizations from Empirical Research. *Child Development*, 34(2), 295. <https://doi.org/10.2307/1126729>
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11(2), 228–239. <https://doi.org/10.1037/H0076463>
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30(1), 26–28. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.30.1.26>
- Hoghugh, M. (2004). Parenting: an introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1–18). Sage Publications.
- Holden, G. W. (2010). Theoretical Perspectives on Parenting. In G. W. Holden (Ed.), *Parenting: A Dynamic Perspective* (pp. 27–54). Sage Publications Inc. <https://doi.org/https://doi.org/10.4135/9781452204000.n2>
- Holden, G. W., Ashraf, R., & Smith, M. M. (2018). Parenting. In Marc H. Bornstein (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Lifespan Human Development* (pp. 1589–1591). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781506307633.n595>

- Holden, G. W. (2020). Why Do Parents Hit Their Children? From Cultural to Unconscious Determinants. *Https://Doi.Org/10.1080/00797308.2020.1690858*, 73(1), 10–29. <https://doi.org/10.1080/00797308.2020.1690858>
- Holden, G. W., & Edwards, L. A. (1989). Parental attitudes toward child rearing: Instruments, issues, and implications. *Psychological Bulletin*, 106(1), 29–58. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.106.1.29>
- Holloway, S. D., Suzuki, S., Kim, S., Nagase, A., Wang, Q., Campbell, E. J., Golshirazi, M., Iwatate, K., & Nishizaka, S. (2019). Development and cross-national validation of a revised version of the Berkeley Parenting Self-efficacy Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 47, 309–320. <https://doi.org/10.1016/J.ECRESQ.2018.12.016>
- Hurley, K. D., Huscroft-D'Angelo, J., Trout, A., Griffith, A., & Epstein, M. (2014). Assessing parenting skills and attitudes: A review of the psychometrics of parenting measures. In *Journal of Child and Family Studies* (Vol. 23, Issue 5, pp. 812–823). Springer. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9733-2>
- Karazsia, B. T., van Dulmen, M. H. M., & Wildman, B. G. (2008). Confirmatory Factor Analysis of Arnold et al.'s Parenting Scale Across Race, Age, and Sex. *Journal of Child and Family Studies*, 17(4), 500–516. <https://doi.org/10.1007/s10826-007-9170-1>
- Keller, H. (2018). Parenting and socioemotional development in infancy and early childhood. *Developmental Review*. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.001>
- Keyes, C. L. M. (2005). The Subjective Well-Being of America's Youth: Toward a Comprehensive Assessment. *Adolescent and Family Health*, 4, 3–11.
- Keyes, C. L. M. (2002). The Mental Health Continuum: From Languishing to Flourishing in Life. *Journal of Health and Social Behavior*, 43(2), 207. <https://doi.org/10.2307/3090197>
- Kirkman, J. J. L., Dadds, M. R., & Hawes, D. J. (2018). Development and Validation of the Knowledge of Parenting Strategies Scale: Measuring Effective Parenting Strategies. *Journal of Child and Family Studies*, 27(10), 3200–3217. <https://doi.org/10.1007/S10826-018-1165-6>
- Kliem, S., Lohmann, A., Mößle, T., Foran, H. M., Hahlweg, K., Zenger, M., & Brähler, E. (2019). Development and Validation of a Parenting Scale Short Form (PS-8) in a Representative Population Sample. *Journal of Child and Family Studies*, 28(1), 30–41. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85053839798&doi=10.1007%2Fs10826-018-1257-3&partnerID=40&md5=7e69811a863d6c3a398e9bc55ee8d19d>
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling* (Vol. 3). Guilford.
- Kobarg, A. P. R., Vieira, V., & Vieira, M. L. (2010). Validação da Escala de Lembranças sobre Práticas Parentais (EMBU) TT - Validation of the Scale of Memories on Parenting Practices (EMBU). *Aval. psicol*, 9(1), 77–85. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100009
- Koltermann, J. P., De Souza, C. D., Bueno, R. K., Paraventi, L., & Vieira, M. L.

- (2019). Abertura ao Mundo de Pais e Mães de Pré-Escolares em Famílias Biparentais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 29. <https://doi.org/10.1590/1982-4327E2934>
- Kuppens, S., Grietens, H., Onghena, P., & Michiels, D. (2009). Relations between parental psychological control and childhood relational aggression: reciprocal in nature? *J Clin Child Adolesc Psychol*, 38(1), 117–131. <https://dx.doi.org/10.1080/15374410802575354>
- Lafond, K. G. (2014). *L'agencement des relations père-enfant et mère-enfant; Liens avec le développement social d'enfants d'âge préscolaire de familles nucléaires [Tese de Doutorado]*. Université de Sherbrooke.
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 883–894.
- Landry, S. H., Smith, K. E., Swank, P. R., Assel, M. A., & Vellet, S. (2001). Does early responsive parenting have a special importance for children's development or is consistency across early childhood necessary? *Developmental Psychology*, 37(3), 387–403. <https://doi.org/10.1037//0012-1649.37.3.387>
- Lang, A. C., Ankney, R. L., Berlin, K. S., & Davies, W. H. (2022). Development and Validation of 18-Item Short Form for the Parents as Social Context Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*, 31(2), 507–517. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02177-x>
- Lei, H., Chiu, M. M., Cui, Y., Zhou, W., & Li, S. (2018). Parenting Style and Aggression: A Meta-Analysis of Mainland Chinese Children and Youth. *Children and Youth Services Review*, 94, 446–455. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2018.07.033>
- Leijten, P., Gardner, F., Melendez-Torres, G. J., van Aar, J., Hutchings, J., Schulz, S., Knerr, W., & Overbeek, G. (2019). Meta-Analyses: Key Parenting Program Components for Disruptive Child Behavior. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 58(2), 180–190. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2018.07.900>
- Lerner, R. M. (2006). Developmental Science, Developmental Systems, and Contemporary Theories of Human Development. In William Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (6th ed., Vol. 1, pp. 1–17). John Wiley & Sons Inc. <https://psycnet.apa.org/record/2006-08774-000>
- Lerner, R. M., Noh, E. R., & Wilson, C. (1998). *The Parenting of Adolescents and Adolescents as Parents*.
- Lessenberry, B. M., & Rehfeldt, R. A. (2016). Evaluating Stress Levels of Parents of Children with Disabilities. <Http://Dx.Doi.Org/10.1177/001440290407000207>, 70(2), 231–244. <https://doi.org/10.1177/001440290407000207>
- Lewis, C. C. (1981). The effects of parental firm control: A reinterpretation of findings. *Psychological Bulletin*, 90(3), 547–563. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.90.3.547>
- Lieber, E., Fung, H., & Leung, P. W. L. (2006). Chinese child-rearing beliefs: Key dimensions and contributions to the development of culture-appropriate

- assessment. *Asian Journal of Social Psychology*, 9(2), 140–147. <https://doi.org/10.1111/J.1467-839X.2006.00191.X>
- Lima, I. M. M. P. (2003). *Cenários de educação e desenvolvimento: o meio familiar e seu impacto na educação e desenvolvimento da criança*. Universidade do Porto.
- Locke, L. M., & Prinz, R. J. (2002). Measurement of parental discipline and nurturance. *Clinical Psychology Review*, 22(6), 895–929. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(02\)00133-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(02)00133-2)
- López-Fernández, G., Gómez-Benito, J., & Barrios, M. (2022). The psychometric properties of the parenting scale for Spanish mothers with children aged between 2 and 7 years. *Journal of Pediatric Nursing*, 62, 60–68. <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2021.11.002>
- Lorber, M. F., Xu, S., Slep, A. M. S., Bulling, L., & O’Leary, S. G. (2014). A New Look at the Psychometrics of the Parenting Scale Through the Lens of Item Response Theory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 43(4), 613–626. <https://doi.org/10.1080/15374416.2014.900717>
- Lovejoy, M. C., Weis, R., O’Hare, E., & Rubin, E. C. (1999). Development and initial validation of the Parent Behavior Inventory. *Psychological Assessment*, 11(4), 534–545. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.11.4.534>
- Luís, J., Morais, M., Alves Da Silva, P. H., & Cavalcante, C. M. (2022). O apego está na relação? Revisão sobre a sensibilidade materna no Brasil / Is the attachment in the relationship? Review on maternal sensitivity in Brazil. *Revista de Psicologia*, 13(1), 112–125. <https://doi.org/10.36517/REVPSIUFC.13.1.2022.9>
- Macarini, S. M., Martins, G. D., Minetto, M. de F., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais : uma revisão da literatura brasileira Parental practices : A review of Brazilian literature. *World Wide Web Internet And Web Information Systems*, 119–134.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen (Series Ed.) & E. M. Hetherington (Vol. Ed.) (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 4: Socialization, personality and social development*; E. Mavis Hetherington, volume editor (4th ed, pp. 1–101). Wiley.
- Machado, W. de L., & Bandeira, D. R. (2015). Positive Mental Health Scale: Validation of the <i>Mental Health Continuum - Short Form</i>; *Psico-USF*, 20(2), 259–274. <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200207>
- Manfroi, E. C., Macarini, S. M., & Vieira, M. L. (2011). Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. *Journal of Human Growth and Development*, 21(1), 59–69. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Manrique Millones, D. L., Ghesquière, P., & Van Leeuwen, K. (2014). Evaluation of a Parental Behavior Scale in a Peruvian Context. *Journal of Child and Family Studies*, 23(5), 885–894. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2->

s2.0-84901986803&doi=10.1007%2Fs10826-013-9744-z&partnerID=40&md5=9801c2a523e8e2c86b797ab3d8103bb4

- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24, 71–79. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000100009>
- Marques, T., Pereira, A. I., Barros, L., & Roberto, M. S. (2020). Factor structure of the “me as A Parent” scale in a community sample of Portuguese mothers. *PSICOLOGIA*, 34(2), 205–214. <https://doi.org/10.17575/PSICOLOGIA.V34I2.1637>
- Martínez-González, R.-A., Iglesias-García, M.-T., & Pérez-Herrero, M.-H. (2021). Validation of the emotional and social parenting competencies scale for mothers (ESPCS-M). *Pedagogia Social*, 37, 69–82. https://doi.org/10.7179/PSRI_2021.37.04
- Martins, G. D. F., Macarini, S. M., Vieira, M. L., Seidl-de Moura, M. L., Bussab, V. S. R., & Cruz, R. M. (2010). Construção e validade da Escala de Crenças Parentais e Práticas de Cuidado (E-CPPC) na primeira infância TT - Construction and validation of the Parenting Beliefs and Caring Practices Scale for the early childhood. *Psico USF*, 15(1), 23–34. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000100004
- Masse, L. C., O'Connor, T. M., Lin, Y., Carbert, N. S., Hughes, S. O., Baranowski, T., & Beauchamp, M. R. (2020). The physical activity parenting practices (PAPP) item Bank: a psychometrically validated tool for improving the measurement of physical activity parenting practices of parents of 5-12-year-old children. *INTERNATIONAL JOURNAL OF BEHAVIORAL NUTRITION AND PHYSICAL ACTIVITY*, 17(1). <https://doi.org/10.1186/s12966-020-01036-0>
- Maxwell, S. E., & Delaney, H. D. (1993). Bivariate median splits and spurious statistical significance. *Psychological Bulletin*, 113(1), 181–190. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.1.181>
- Mazzucchelli, T. G., Hodges, J., Kane, R. T., Sofronoff, K., Sanders, M. R., Einfeld, S., Tonge, B., & Gray, K. M. (2018). Parenting and family adjustment scales (PAFAS): validation of a brief parent-report measure for use with families who have a child with a developmental disability. *Res Dev Disabil*, 72, 140–151. <https://dx.doi.org/10.1016/j.ridd.2017.10.011>
- McGoldrick, M. (2001). As mudanças no ciclo de vida familiar. In B. CARTER & M. McGOLDRICK (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar*. Artes Médicas.
- McKee, L. G., Jones, D. J., Forehand, R., & Cuellar, J. (2013). Assessment of parenting behaviors and style, parenting relationships, and other parent variables in child assessment. In *The Oxford handbook of child psychological assessment*. (pp. 788–821). Oxford University Press.
- Mejia, A., Filus, A., Calam, R., Morawska, A., & Sanders, M. R. (2015). Measuring parenting practices and family functioning with brief and simple instruments: validation of the Spanish version of the PAFAS. *Child Psychiatry Hum Dev*, 46(3), 426–437. <https://dx.doi.org/10.1007/s10578-014-0483-1>

- Meunier, J.-C., & Roskam, I. (2007). Psychometric properties of a parental childrearing behavior scale for french-speaking parents, children, and adolescents. *European Journal of Psychological Assessment, 23*(2), 113–124. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-34147100598&doi=10.1027%2F1015-5759.23.2.113&partnerID=40&md5=297d440b5fda78e2f396c3d95ae16875>
- Meunier, J.-C., & Roskam, I. (2009). Validation of the preschool and primary school form of a questionnaire assessing parents' childrearing behavior. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 38*(1), 166–175. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-61449249099&doi=10.1080%2F15374410802575370&partnerID=40&md5=f65302f6ae1f02f3b5c9960cfa0a35de>
- Michalcio, S. P., & Solomon, C. R. (2002). The relationship between older and newer parenting categories and child behavior. *The American Journal of Orthopsychiatry, 72*(3), 401–414. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.72.3.401>
- Michiels, D., Grietens, H., Onghena, P., & Kuppens, S. (2010). Perceptions of maternal and paternal attachment security in middle childhood: links with positive parental affection and psychosocial adjustment. *Early Child Development and Care, 180*(1–2), 211–225. <https://doi.org/10.1080/03004430903415064>
- Milfont, T. L., & Fischer, R. (2010). Testing measurement invariance across groups: applications in cross-cultural research. *International Journal of Psychological Research, 3*(1), 111–130. <https://doi.org/10.21500/20112084.857>
- Molinuevo, B., Pardo, Y., & Torrubia, R. (2011). Psychometric analysis of the Catalan version of the Alabama Parenting Questionnaire (APQ) in a community sample. *Span J Psychol, 14*(2), 944–955. <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-22059338>
- Morris, H., O'Connor, A., Cummins, J., Valentine, C., Dwyer, A., Goodyear, M., & Skouteris, H. (2019). A pilot efficacy study of Parents Building Solutions: A universal parenting program using co-design and strength-based approaches. *Children and Youth Services Review, 105*, 104447. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104447>
- Muris, P., Meesters, C., & Van Den Berg, S. (2003). Internalizing and Externalizing Problems as Correlates of Self-Reported Attachment Style and Perceived Parental Rearing in Normal Adolescents. *Journal of Child and Family Studies 2003 12:2, 12*(2), 171–183. <https://doi.org/10.1023/A:1022858715598>
- Muthukrishna, M., & Henrich, J. (2019). A problem in theory. *Nature Human Behaviour, 3*(3), 221–229. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0522-1>
- National Academies of Sciences, Engineering and Medicine. (2016). *Parenting Matters: Parenting Matters: Supporting Parents of Children Ages 0-8* (V. L. Gadsden, M. Ford, & H. Breiner (eds.)). The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/21868>
- Navarro, J. L., & Tudge, J. R. H. (2022). Technologizing Bronfenbrenner: Neo-ecological Theory. *Current Psychology, January*. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-02738-3>

- Newton, E. K., Laible, D., Carlo, G., Steele, J. S., & McGinley, M. (2014). Do sensitive parents foster kind children, or vice versa? Bidirectional influences between children's prosocial behavior and parental sensitivity. *Developmental Psychology, 50*(6), 1808–1816. <https://doi.org/10.1037/a0036495>
- Norman, Å., Wright, J., & Patterson, E. (2021). Brief parental self-efficacy scales for promoting healthy eating and physical activity in children: a validation study. *BMC Public Health, 21*(1), 540. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10581-7>
- Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação Psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão, 30*(spe), 192–201. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500009>
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia - CFP (Ed.), *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 101–128).
- Oliva, A. D., Vieira, M. L., Mendes, D. M. F., & Martins, G. D. F. (2017). Aspectos biológicos e culturais sobre desenvolvimento infantil e cuidados parentais. In M. L. Vieira & A. D. Oliva (Eds.), *Evolução, Cultura e Comportamento Humano* (pp. 159–219). Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- Oliveira, T. D., Costa, D. de S., Albuquerque, M. R., Malloy-Diniz, L. F., Miranda, D. M., & de Paula, J. J. (2018). Cross-cultural adaptation, validity, and reliability of the Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Version (PSDQ) for use in Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 27*(1), 37–46. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2017-2314>
- Ong, M. Y., Eilander, J., Saw, S. M., Xie, Y., Meaney, M. J., & Broekman, B. F. P. (2018). The influence of perceived parenting styles on socio-emotional development from pre-puberty into puberty. *European Child & Adolescent Psychiatry, 27*(1), 37–46. <https://doi.org/10.1007/s00787-017-1016-9>
- Osher, D., Cantor, P., Berg, J., Steyer, L., & Rose, T. (2020). Drivers of human development: How relationships and context shape learning and development1. *Applied Developmental Science, 24*(1), 6–36. <https://doi.org/10.1080/10888691.2017.1398650>
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12th ed.). AMGH.
- Paquette, D. (2014). *Ce que les chimpanzés m'ont appris*. Éditions MultiMondes.
- Paquette, D. (2004). Theorizing the Father-Child Relationship: Mechanisms and Developmental Outcomes. *Human Development, 47*(4), 193–219. <https://doi.org/10.1159/000078723>
- Paquette, D., Eugene, M. M., Dubeau, D., & Gagnon, M. N. (2009). Les pères ont-ils une influence spécifique sur le développement des enfants? In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 99–119). Les Presses de l'Université Laval.
- Paraventi, L. (2018). *Construção e evidências de validade de uma medida das dimensões da parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Paraventi, L., Gomes, Q. de S., Schneider, D. R., & Vieira, M. L. (2017). Teoria da

- relação de ativação pai-crianças: considerações históricas e epistemológicas. In L. V. de C. Moreira, E. P. Rabinovich, & M. N. Ramos (Eds.), *Pais, avós e relacionamento intergeracionais na famílias contemporânea* (pp. 79–96). Editora CRV.
- Parent, J., & Forehand, R. (2017). The Multidimensional Assessment of Parenting Scale (MAPS): Development and Psychometric Properties. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2136–2151. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0741-5>
- Parent, J., Forehand, R., Pomerantz, H., Peisch, V., & Seehuus, M. (2017). Father Participation in Child Psychopathology Research. *J Abnorm Child Psychol*, 45(7), 1259–1270. <https://dx.doi.org/10.1007/s10802-016-0254-5>
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração*. LabPAM-IBAPP.
- Pasquali, L. (2017). Validade dos testes. *Revista Examen*, 1(1), 14–48.
- Pedersen, G. A., Smallegange, E., Coetzee, A., Hartog, K., Turner, J., Jordans, M. J. D., & Brown, F. L. (2019). A Systematic Review of the Evidence for Family and Parenting Interventions in Low- and Middle-Income Countries: Child and Youth Mental Health Outcomes. *Journal of Child and Family Studies*, 28(8), 2036–2055. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01399-4>
- Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire - versão portuguesa de autorrelato. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 302–312. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528210>
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade TT - Portuguese adaptation of the coparenting questionnaire: confirmatory factor analysis, validity and reliability. *Psicol. reflex. crit*, 28(1), 116–125. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&
- Perris, C., Jacobson, L., Lindstorm, H., Von Knorring, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinava*, 61, 265–274.
- Pires, M. F. D. N., Roazzi, A., Nascimento, A. M. Do, Souza, B. C. De, & Mascarenhas, S. A. D. N. (2018). A influência das práticas parentais no desenvolvimento da criança: uma revisão de literatura. *Amazonica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, 22(2, Jul-Dez), 282–309. [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/5134](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/5134)
- Pleck, J. H. (2010). However, contingency, responsiveness, and sensitivity have been discussed in relation to multiple parenting dimensions, including warmth, behavioural control, and psychological control (Arrindell et al., 1998; Baumrind, 1997; Grusec & Goodnow, 1994; MacDo. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (5th ed., pp. 67–107). WILEY.
- Poeira, A. F., Dias, A., Condinho, L., Cerdeira, R., Frias, A., Poeira, A. F., Dias, A., Condinho, L., Cerdeira, R., & Frias, A. (2021). O processo de vinculação do pai com o recém-nascido: uma revisão narrativa. *A obra prima: a arte de cuidar no início da vida*, 1(17), 222–239. <https://doi.org/10.37885/210705251>
- Power, T. G. (2013). Parenting dimensions and styles: A brief history and

- recommendations for future research. *Childhood Obesity*, 9(SUPPL.1), 14–21. <https://doi.org/10.1089/chi.2013.0034>
- Prinsen, C. A. C., Mokkink, L. B., Bouter, L. M., Alonso, J., Patrick, D. L., de Vet, H. C. W., & Terwee, C. B. (2018). COSMIN guideline for systematic reviews of patient-reported outcome measures. *Quality of Life Research*, 27(5), 1147–1157. <https://doi.org/10.1007/s11136-018-1798-3>
- Prinzle, P., Onghena, P., & Hellinckx, W. (2007). Reexamining the parenting scale: Reliability, factor structure, and concurrent validity of a scale for assessing the discipline practices of mothers and fathers of elementary-school-aged children. *European Journal of Psychological Assessment*, 23(1), 24–31. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-33846559727&doi=10.1027%2F1015-5759.23.1.24&partnerID=40&md5=94fd73c388300c52c06a74dc375ab37d>
- Reid, C. A. Y., Roberts, L. D., Roberts, C. M., & Piek, J. P. (2015). Towards a model of contemporary parenting: the parenting behaviours and dimensions questionnaire. *PLoS One*, 10(6), e0114179–e0114179. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4456141/?tool=pubmed>
- Reitman, D., C. Rhode, P., Hupp, S., & Altobello, C. (2002). Development and Validation of the Parental Authority Questionnaire – Revised. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 24, 119–127. <https://doi.org/10.1023/A:1015344909518>
- Reitman, D., Currier, R. O., Hupp, S. D. A., Rhode, P. C., Murphy, M. A., & O’Callaghan, P. M. (2001). Psychometric Characteristics of the Parenting Scale in a Head Start Population. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 30(4), 514–524. https://doi.org/10.1207/S15374424JCCP3004_08
- Reitz, E., Deković, M., & Meijer, A. M. (2006). Relations between parenting and externalizing and internalizing problem behaviour in early adolescence: Child behaviour as moderator and predictor. *Journal of Adolescence*, 29(3), 419–436. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2005.08.003>
- Rhoades, K. A., & O’Leary, S. G. (2007). Factor Structure and Validity of the Parenting Scale. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 36(2), 137–146. <https://doi.org/10.1080/15374410701274157>
- Robert, C. J. (2009). *Parenting practices and child behavior in Mexico: A validation study of the Alabama Parenting Questionnaire*. (Vol. 70, Issue 4, p. 2612). ProQuest Information & Learning.
- Roberts, G. C., Block, J. H., & Block, J. (1984). Continuity and Change in Parents’ Child-Rearing Practices. *Child Development*, 55(2), 586. <https://doi.org/10.2307/1129970>
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, Authoritarian, and Permissive Parenting Practices: Development of a New Measure. *Psychological Reports*, 77(3), 819–830. <https://doi.org/10.2466/pr0.1995.77.3.819>
- Rodriguez, V. J., La Barrie, D. L., Zegarac, M. C., & Shaffer, A. (2021). A Systematic Review of Parenting Scales Measurement Invariance/Equivalence of by Race

- and Ethnicity: Recommendations for Inclusive Parenting Research. *Assessment*.
https://doi.org/10.1177/10731911211038630/ASSET/IMAGES/LARGE/10.1177_10731911211038630-FIG1.JPEG
- Salari, R., & Enebrink, P. (2018). Role of universal parenting programs in prevention. In M. R. Sanders & A. Morawska (Eds.), *Handbook of parenting and child development across the lifespan* (1st ed., pp. 713–741). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckw149>
- Salari, R., Terreros, C., & Sarkadi, A. (2012). Parenting Scale: Which Version Should We Use? *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *34*(2), 268–281. <https://doi.org/10.1007/s10862-012-9281-x>
- Samdan, G., Kiel, N., Petermann, F., Rothenfußer, S., Zierul, C., & Reinelt, T. (2020). The relationship between parental behavior and infant regulation: A systematic review. *Developmental Review*, *57*, 100923. <https://doi.org/10.1016/J.DR.2020.100923>
- Sameroff, A. (2010). A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. *Child Development*, *81*(1), 6–22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>
- Sameroff, A. J., & Seifer, R. (1983). Familial Risk and Child Competence. *Child Development*, *54*(5), 1254. <https://doi.org/10.2307/1129680>
- Sanders, M. R., Cann, W., & Markie-Dadds, C. (2003). The Triple P-Positive Parenting Programme: a universal population-level approach to the prevention of child abuse. *Child Abuse Review*, *12*(3), 155–171. <https://doi.org/10.1002/CAR.798>
- Sanders, M. R., Morawska, A., Haslam, D. M., Filus, A., & Fletcher, R. (2014). Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS): Validation of a Brief Parent-Report Measure for Use in Assessment of Parenting Skills and Family Relationships. *Child Psychiatry & Human Development*, *45*(3), 255–272. <https://doi.org/10.1007/s10578-013-0397-3>
- Schaefer, E. S. (1959). A circumplex model for maternal behavior. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, *59*(2), 226–235. <https://doi.org/10.1037/h0041114>
- Scholtes, V. A., Terwee, C. B., & Poolman, R. W. (2011). What makes a measurement instrument valid and reliable? *Injury*, *42*(3), 236–240. <https://doi.org/10.1016/J.INJURY.2010.11.042>
- Scott, S., Briskman, J., & Dadds, M. R. (2011). Measuring Parenting in Community and Public Health Research Using Brief Child and Parent Reports. *Journal of Child and Family Studies*, *20*(3), 343–352. <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-79955786988&doi=10.1007%2Fs10826-010-9398-z&partnerID=40&md5=81eb162c15f962bfeb996c0342bdb4a2>
- Shelton, K. K., Frick, P. J., & Wootton, J. (1996). Assessment of parenting practices in families of elementary school-age children. *Journal of Clinical Child Psychology*, *25*(3), 317–329.
- Sherbourne, C. D., & Stewart, A. L. (1991). The MOS social support survey. *Social*

- Science and Medicine*, 32(6), 705–714. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(91\)90150-B](https://doi.org/10.1016/0277-9536(91)90150-B)
- Shiffman, S., Stone, A. A., & Hufford, M. R. (2008). Ecological momentary assessment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 1–32. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091415>
- Skinner, E., Johnson, S., & Snyder, T. (2005). Six Dimensions of Parenting: A Motivational Model. *Parenting*, 5(2), 175–235. https://doi.org/10.1207/s15327922par0502_3
- Smetana, J. G. (2017). Current research on parenting styles, dimensions, and beliefs. In *Current Opinion in Psychology* (Vol. 15, pp. 19–25). Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.02.012>
- Smith, M. (2011). Measures for assessing parenting in research and practice. *Child and Adolescent Mental Health*, 16(3), 158–166. <https://doi.org/10.1111/j.1475-3588.2010.00585.x>
- Souza, A. C. de, Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. de B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saude: Revista Do Sistema Unico de Saude Do Brasil*, 26(3), 649–659. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>
- Souza, C. D. de. (2018). *Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais [Tese de Doutorado]*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Stanley, L. M., & Edwards, M. C. (2016). Reliability and Model Fit. *Educational and Psychological Measurement*, 76(6), 976–985. https://doi.org/10.1177/0013164416638900/ASSET/IMAGES/LARGE/10.1177_0013164416638900-FIG2.JPEG
- Steele, R. G., Nesbitt-Daly, J. S., Daniel, R. C., & Forehand, R. (2005). Factor structure of the Parenting Scale in a low-income African American sample. In *Journal of Child and Family Studies* (Vol. 14, Issue 4, pp. 535–549). Springer. <https://doi.org/10.1007/s10826-005-7187-x>
- StGeorge, J., Fletcher, R., Freeman, E., Paquette, D., & Dumont, C. (2015). Father–child interactions and children’s risk of injury. *Early Child Development and Care*, 185(9), 1409–1421. <https://doi.org/10.1080/03004430.2014.1000888>
- Suen, Y.-N., Cerin, E., Barnett, A., Huang, W. Y. J., & Mellecker, R. R. (2017). Development of Physical Activity-Related Parenting Practices Scales for Urban Chinese Parents of Preschoolers: Confirmatory Factor Analysis and Reliability. *J Phys Act Health*, 14(9), 692–700. <http://dx.doi.org/10.1123/jpah.2016-0704>
- Sumargi, A., Filus, A., Morawska, A., & Sofronoff, K. (2018). The Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS): an Indonesian Validation Study. *Journal of Child and Family Studies*, 27(3), 756–770. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0926-y>
- Świącicka, M., Woźniak-Prus, M., Gambin, M., & Stolarski, M. (2019). Confirmation of the five-factor structure of the Parent Global Report version of the Alabama Parenting Questionnaire in a Polish community sample. *Current Psychology*.

<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85068344983&doi=10.1007%2Fs12144-019-00340-8&partnerID=40&md5=29787702108d6f61d3e6124d6d63b62c>

- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky's classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review, 48*, 55–81. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.006>
- Teixeira, M. A. P., Bardagi, M. P., & Gomes, W. B. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. In *Avaliação Psicológica* (Vol. 3, pp. 1–12). scieloepsic .
- Terwee, C. B., Prinsen, C. A. C., Chiarotto, A., De Vet, H. C. W., Westerman, M. J. Patrick, D. L., Alonso, J., Bouter, L. M., & Mokkink, L. B. (2018). COSMIN standards and criteria for evaluating the content validity of health-related Patient-Reported Outcome Measures: a Delphi study. In *Quality of Life Research* (Vol. 27). In Press.
- Terwee, C. B., Mokkink, L. B., Knol, D. L., Ostelo, R. W. J. G., Bouter, L. M., & De Vet, H. C. W. (2011). Rating the methodological quality in systematic reviews of studies on measurement properties: a scoring system for the COSMIN checklist. *Quality of Life Research: An International Journal of Quality of Life Aspects of Treatment, Care and Rehabilitation, 21*(4), 651–657. <https://doi.org/10.1007/S11136-011-9960-1>
- Ulferts, H. (2020). *Why Parenting Matters for Children in the 21st Century*. 1–61.
- Urbina, S., & Dornelles, C. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Artmed.
- Valadão, F. S. (2018). *Evidência de validade do child-rearing practices report em pais de filhos com idade entre 4 a 6 anos [Dissertação de Mestrado]*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Van Leeuwen, K. G., & Vermulst, A. A. (2004). Some Psychometric Properties of the Ghent Parental Behavior Scale1. *European Journal of Psychological Assessment, 20*(4), 283–298. <https://doi.org/10.1027/1015-5759.20.4.283>
- Verhoeven, M., Deković, M., Bodden, D., & van Baar, A. L. (2017). Development and initial validation of the comprehensive early childhood parenting questionnaire (CECPAQ) for parents of 1–4 year-olds. *European Journal of Developmental Psychology, 14*(2), 233–247. <https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1182017>
- Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Piccinini, C. A., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., & Piccinini, C. A. (2013). Paternity in the Brazilian Context. *Parenting in South American and African Contexts*. <https://doi.org/10.5772/57027>
- Walker, S. P., Wachs, T. D., Meeks Gardner, J., Lozoff, B., Wasserman, G. A., Pollitt, E., & Carter, J. A. (2007). Child development: risk factors for adverse outcomes in developing countries. *Lancet (London, England), 369*(9556), 145–157. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)60076-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)60076-2)
- Walsh, F. (2016). Visões clínicas de normalidade, saúde e disfunção familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade*. Artmed.
- Webster-Stratton, C. (2013). Os anos incríveis: Guia de resolução de problemas para pais de crianças dos 2 aos 8 anos de idade. *Os Anos Incríveis: Guia de*

Resolução de Problemas Para Pais de Crianças Dos 2 Aos 8 Anos de Idade.

- Whiteside-Mansell, L., Bradley, R. H., Casey, P. H., Fussell, J. J., & Conners-Burrow, N. A. (2009). Triple risk: do difficult temperament and family conflict increase the likelihood of behavioral maladjustment in children born low birth weight and preterm? *Journal of Pediatric Psychology*, *34*(4), 396–405. <https://doi.org/10.1093/JPEPSY/JSN089>
- Woerner, W., Becker, A., & Rothenberger, A. (2004). Normative data and scale properties of the German parent SDQ. *Eur Child Adolesc Psychiatry*, *13 Suppl 2*, II3-10. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-15243780>
- Yaffe, Y. (2020). Systematic review of the differences between mothers and fathers in parenting styles and practices. *Current Psychology*, 1–14. <https://doi.org/10.1007/s12144-020-01014-6>
- Zanini, D. S., & Peixoto, E. M. (2016). Social Support Scale (MOS-SSS): Analysis of the Psychometric Properties via Item Response Theory. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, *26*(65), 359–368. <https://doi.org/10.1590/1982-43272665201612>
- Zarra-Nezhad, M., Kiuru, N., Aunola, K., Zarra-Nezhad, M., Ahonen, T., Poikkeus, A.-M., Lerkkanen, M.-K., & Nurmi, J.-E. (2014). Social withdrawal in children moderates the association between parenting styles and the children's own socioemotional development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *55*(11), 1260–1269. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12251>

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Vimos por meio deste convidar você a participar da pesquisa “Parentalidade e desenvolvimento socioemocional infantil II”, cujo objetivo é investigar o desenvolvimento socioemocional da criança com desenvolvimento típico ou atípico e sua relação com fatores relativos à parentalidade. Esse estudo é importante para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a parentalidade e o desenvolvimento socioemocional infantil e irá contribuir com produção de conhecimento para promover relações familiares adequadas e saudáveis, além de promover o autoconhecimento dos participantes. O pesquisador responsável Prof^o Dr^o Mauro Luís Vieira, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Sua participação é voluntária, não remunerada e acontecerá por meio de respostas suas a questionários sobre o tema, cujo tempo aproximado de preenchimento é de uma hora. Seus dados serão tratados de forma confidencial e respeitando sua privacidade, portanto nenhuma informação que o identifique será divulgada em publicações resultantes da pesquisa. O material será utilizado somente para fins de pesquisa e só os pesquisadores terão acesso direto às informações nele relatadas, pois os questionários receberão apenas um código e suas repostas serão somadas às repostas das outras famílias. Você é livre para decidir participar, pode parar ou desistir da participação a qualquer momento, e tem assegurada a retirada de seus dados a qualquer momento conforme a sua vontade, sem que isso lhe traga prejuízo algum.

A sua participação na pesquisa pode permitir reflexões sobre suas vivências e sentimentos sobre ser pai ou mãe. Ao relatar suas experiências, isso poderá gerar algum desconforto emocional caso julgue ter recordado alguma experiência desagradável. Caso isso ocorra, o(a) senhor(a) poderá interromper as suas respostas aos questionários a qualquer momento, sem que isso implique em prejuízo para você. Além disso, os(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) neste projeto detêm domínio das técnicas de intervenção de manejo de situações emocionais reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), estão aptos(as) a realizar práticas inerentes ao profissional de Psicologia, têm cadastro no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) e se comprometem a prestar atendimento

psicológico na modalidade on-line ou presencial, caso manifeste necessidade.

A participação na pesquisa não prevê nenhum gasto, mas caso existam eventuais despesas decorrentes da sua participação, estas serão ressarcidas integralmente pelo pesquisador responsável. Fica também garantida a indenização em caso de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. A devolução dos resultados da pesquisa será feita via e-mail após a finalização da pesquisa ou presencialmente, em data a ser agendada. Os dados da sua participação ficarão armazenados por pelo menos cinco anos, em formato digital, de posse do pesquisador responsável, podendo ser descartados (deletados e incinerados) posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, se você concordar em participar da pesquisa, solicitamos que preencha e assine esse termo que vem impresso em duas vias e uma delas permanecerá em seu poder.

Demais informações sobre a pesquisa poderão ser obtidas por contato com o pesquisador responsável Mauro Luís Vieira por meio de telefone (48 3721-8606) ou e-mail (maurolvieira@gmail.com), ou diretamente no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), CFH, Bloco E, Campus Trindade, Florianópolis/SC. Você poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, que é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400 ou por telefone (48 37216094) ou e-mail (cep.propesq@contato.ufsc.br).

TCLE
(Coleta on-line)

Após a leitura do presente termo, caso haja aceite, selecione a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa”, localizada abaixo da apresentação do TCLE on-line, acusando que leu e está de acordo com o Termo apresentado. Você será direcionado ao início do questionário. Para ter acesso a uma cópia deste termo, por favor, acesse <nepedi.ufsc.br>. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

Declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Dr. Mauro Luís Vieira

CPF: 525.936.659-04

Coordenador da pesquisa Parentalidade e Desenvolvimento Socioemocional Infantil II

Contato: maurolvieira@gmail.com / nepedi@labsfac@gmail.com

Desde já, muito obrigado pela sua colaboração!

APÊNDICE B – Inventário das Dimensões da Parentalidade (IDP)

Apresentamos aqui uma lista de atividades que pais e mães podem executar relacionadas ao seu/sua filho(a). Responda com que frequência você realiza cada uma delas considerando seu dia a dia com a criança. Lembre-se que não existem respostas certas ou erradas, por isso pedimos que seja o mais sincero possível.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Frequentemente	Muito frequentemente
1. Comemoro com meu/minha filho/a quando ele/a está feliz, tranquilo e/ou confiante.	1	2	3	4	5	6
2. Incentivo meu/minha filho/a a realizar até o fim as atividades que começa (brincadeira, jogos, tarefas).	1	2	3	4	5	6
3. Recompensar o bom comportamento do/a meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
4. Acalmo meu/minha filho/a quando ele/a fica ansioso/a e/ou com medo.	1	2	3	4	5	6
5. Se necessário dou palmada e/ou utilizo de força física quando meu/minha filho/a se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
6. Identifico os limites (emocionais, físicos, durante as atividades e/ou tarefas) de meu/minha filho/a e procuro respeitá-los.	1	2	3	4	5	6
7. Converso com meu/minha filho/a e escuto sua opinião sobre temas difíceis (morte, sexualidade, drogas).	1	2	3	4	5	6
8. Acudo meu/minha filho/a quando ele/a se machuca.	1	2	3	4	5	6
9. Chamo a atenção de meu/minha filho/a quando ele/a me desobedece.	1	2	3	4	5	6
10. Encorajo meu/minha filho/a a ter momentos de interação com outras crianças e/ou adultos.	1	2	3	4	5	6
11. Converso e argumento com meu/minha filho/a quando ele/a se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
12. Quando meu/minha filho/a tem dificuldade para resolver conflitos com outras crianças, eu o/a encorajo a continuar buscando soluções.	1	2	3	4	5	6
13. Tento saber de meu/minha filho/a se algo está errado ou o/a incomodando.	1	2	3	4	5	6
14. Permito que meu/minha filho/a faça coisas em que ele/a corre pequenos riscos de se machucar.	1	2	3	4	5	6

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Frequentemente	Muito frequentemente
15. Digo que vou punir/castigar ou retirar algo de meu/minha filho/a caso me desobedeça, mas acabo não fazendo.	1	2	3	4	5	6
16. Incentivo meu/minha filho/a a treinar e/ou praticar esportes.	1	2	3	4	5	6
17. Dou atenção ao meu/minha filho/a quando ele/a está doente.	1	2	3	4	5	6
18. Certifico-me que meu/minha filho/a que tenha uma vida escolar adequada (Ex: aprendizagem, relações sociais).	1	2	3	4	5	6
19. Demonstro meus sentimentos e explico ao/a meu/minha filho/a porque estou chateado/a, triste, cansado/a de uma maneira que ele/a consiga compreender.	1	2	3	4	5	6
20. Encorajo meu/minha filho/a a participar de brincadeiras agitadas (lutas e perseguições) comigo e/ou com amigos/as.	1	2	3	4	5	6
21. Incentivo meu/minha filho/a a continuar um jogo mesmo se estiver perdendo.	1	2	3	4	5	6
22. Tenho regras rígidas para meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
23. Elogio e/ou agradeço quando meu/minha filho/a se comporta bem e/ou tem um ato educado.	1	2	3	4	5	6
24. Considero as opiniões de meu/minha filho/a ao estabelecer a rotina diária de nossa família.	1	2	3	4	5	6
25. Perco a paciência e/ou grito com meu/minha filho/a quando ele/a me desobedece.	1	2	3	4	5	6
26. Incentivo meu/minha filho/a a aprender coisas novas.	1	2	3	4	5	6
27. Parabenizo meu/minha filho/a quando ele/a tenta ou consegue fazer algo.	1	2	3	4	5	6
28. Certifico-me que minha casa seja um ambiente seguro para meu filho (oferece condições adequadas de higiene e de prevenção de acidentes).	1	2	3	4	5	6
29. Dou broncas e faço críticas negativas para meu/minha filho/a melhorar seu comportamento.	1	2	3	4	5	6
30. Mantenho conversas alegres e/ou divertidas com meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
31. Certifico-me de levar coisas necessárias (alimento, roupas, brinquedos) ao/a meu/minha filho/a quando saímos de casa.	1	2	3	4	5	6

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Frequentemente	Muito frequentemente
32. Deixo meu/minha filho/a escolher suas brincadeiras quando passeamos (Ex: parque, praia, clube).	1	2	3	4	5	6
33. Incentivo meu/minha filho/a a fazer atividades físicas (Ex: subir em árvores, andar de skate e/ou bicicleta, correr, jogar bola, pular corda).	1	2	3	4	5	6
34. Converso com meu/minha filho/a sobre as razões que me levaram a perder a paciência com ele/a.	1	2	3	4	5	6
35. Retiro algo de meu/minha filho/a caso me desobedeça (brinquedo, passeio, direitos).	1	2	3	4	5	6
36. Consolo meu/minha filho/a quando ele/a fica triste e/ou chateado/a.	1	2	3	4	5	6
37. Incentivo meu/minha filho/a a pensar e falar sobre as consequências de seus atos e/ou comportamentos.	1	2	3	4	5	6
38. Brinco e me divirto com meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
39. Faço a vontade de meu/minha filho/a quando ele/a faz birra.	1	2	3	4	5	6
40. Ensino meu/minha filho/a a identificar e expressar adequadamente seus sentimentos e emoções.	1	2	3	4	5	6
41. Intervenho quando meu/minha filho/a dá sinais de dificuldade e/ou desconforto.	1	2	3	4	5	6
42. Sou tranquilo/a e flexível ao estabelecer limites para meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
43. Encorajo meu/minha filho/a a expressar sua opinião mesmo que seja diferente da minha.	1	2	3	4	5	6
44. Certifico-me que meu/minha filho/a tenha condições adequadas de sono.	1	2	3	4	5	6
45. Incentivo meu/minha filho/a a fazer o melhor que ele/a pode, a ultrapassar seus limites.	1	2	3	4	5	6
46. Explico ao meu/minha filho/a os motivos pelos quais ele/a está sendo punido/a ou castigado/a.	1	2	3	4	5	6
47. Deixo de repreender meu/minha filho/a por medo que ele/a não goste mais de mim.	1	2	3	4	5	6
48. Envolve-me na rotina de alimentação de meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
49. Envolve-me em brincadeiras educativas com meu/minha filho/a (Ex: cantar, dançar, ouvir música, contar histórias, ler livros,	1	2	3	4	5	6

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Frequentemente	Muito frequentemente
montar quebra-cabeça ou jogos de encaixe, jogar jogos de tabuleiro, etc.).						
50. Não permito que meu/minha filho/a questione as minhas decisões.	1	2	3	4	5	6
51. Converso com meu/minha filho/a sobre a importância de seguir certas regras.	1	2	3	4	5	6
52. Digo ao/a meu/minha filho/a que ele/a deveria se sentir mal (Ex: culpado/a e/ou envergonhado/a) por se comportar mal.	1	2	3	4	5	6
53. Incentivo meu/minha filho/a a fazer coisas que ele/a acha difíceis.	1	2	3	4	5	6
54. Incentivo que meu/minha filho/a tome decisões por conta própria quando lhe dou opções de escolha (Ex: você quer cantar ou ouvir história?).	1	2	3	4	5	6
55. Certifico que eu e meu/minha filho/a tenhamos momentos de afeto juntos.	1	2	3	4	5	6
56. Se meu/minha filho/a se mete em encrenca, o/a encorajo a resolver o problema por conta própria.	1	2	3	4	5	6
57. Suborno meu/minha filho/a para que ele/a me obedeça e/ou se comporte bem.	1	2	3	4	5	6
58. Converso com meu/minha filho/a sobre como eu espero que ele/a se comporte (Ex: super/mercado, casa de parentes) ao invés de repreendê-lo/a depois.	1	2	3	4	5	6
59. Peço desculpas a meu/minha filho/a quando percebo que poderia ter agido de forma diferente com ele/a.	1	2	3	4	5	6
60. Certifico-me que as atividades que meu filho escolhe por conta própria sejam adequadas e seguras.	1	2	3	4	5	6
61. Estabeleço e cumpro os combinados com meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
62. Levo meu/minha filho/a aos profissionais da saúde quando ele/a tem necessidade.	1	2	3	4	5	6
63. Envolver-me na rotina escolar de meu/minha filho/a (Ex: trabalhos, tarefas de casa, estudos).	1	2	3	4	5	6
64. Deixo meu/minha filho/a tomar decisões por conta própria.	1	2	3	4	5	6
65. Ignoro e não demonstro afeto ao/a meu/minha filho/a quando ele/a se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
66. Providencio vestimenta necessária a meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Frequentemente	Muito frequentemente
67. Ajudo meu/minha filho/a a lidar com sentimentos de frustração e/ou raiva.	1	2	3	4	5	6
68. Ajusto as regras para meu/minha filho/a conforme sua idade.	1	2	3	4	5	6
69. Quando meu/minha filho/a faz algo que desaprovo, deixo passar e não o/a repreendo ou dou castigo.	1	2	3	4	5	6
70. Envolver meu/minha filho/a em atividades domésticas diárias (Ex: cuidar de animais de estimação, colocar a mesa, arrumar a cama, regar as plantas, tirar o lixo).	1	2	3	4	5	6
71. Dou carinho ao/a meu/minha filho/a (abraço, beijo, colo, cafuné, mimo).	1	2	3	4	5	6
72. Faço questão de demonstrar ao/a meu/minha filho/a quão envergonhado/a fico quando ele/a se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
73. Incentivo meu/minha filho/a a pensar e refletir sobre sua vida.	1	2	3	4	5	6
74. Envolver-me na rotina de higiene de meu/minha filho/a.	1	2	3	4	5	6
75. Aviso meu/minha filho/a antes que uma mudança de atividade seja necessária para que ele/a possa se organizar (Ex: Temos mais 10 minutos para você brincar, depois vamos embora).	1	2	3	4	5	6
76. Certifico-me que meu/minha filho/a tenha momentos lazer e brincadeira em sua rotina.	1	2	3	4	5	6
77. Levo em conta os gostos de meu/minha filho/a quando faço planos para a família.	1	2	3	4	5	6
78. Converso com meu/minha filho/a sobre como me sinto em relação aos seus bons e maus comportamentos.	1	2	3	4	5	6

APÊNDICE C – Questionário Sociodemográfico

SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS DA CRIANÇA

Formato de aplicação: () on-line () presencial

Você responderá algumas das perguntas desse questionário pensando em seu filho, filha, enteado ou enteada. Ao longo da pesquisa, ela será chamada de **criança**.

- Se você tem mais de um filho (filha, enteado ou enteada), **selecione apenas uma criança** para responder as questões.
- Escolha a que tenha entre **3 e 11 anos**, 11 meses e 29 dias de idade.
- Se você tem mais de um filho nessa faixa etária, escolha a criança **cujo primeiro nome vem antes em ordem alfabética**.

Por exemplo: João tem três filhos, Carlos (13 anos), Júlia (8 anos) e Luíza (5 anos). Nesse caso, João responderá sobre Júlia, pois sua idade está entre 3 e 11 anos e J vem antes de L no alfabeto.

1. Agora, você vai criar um código para essa criança. Esse código servirá para agrupar respostas que venham da mesma família (por exemplo, se você e seu(a) companheiro(a) responderem essa pesquisa, mas não será utilizado para fins de identificação. Para criar o código, utilize o primeiro nome da criança por extenso + as iniciais dos sobrenomes.

Por exemplo: Júlia Maria Neves dos Santos

Código: JuliaMNS

Insira abaixo o código da criança-focal: _____

2. Qual o sexo de seu(sua) filho(a)?

- () Feminino
() Masculino

3. Qual a data de nascimento de seu(sua) filho(a)?

Data: __/__/____

4. Seu(sua) filho(a) tem algum diagnóstico que caracterize seu desenvolvimento como atípico?

Desenvolvimento atípico inclui diagnósticos como: deficiências, transtornos de neurodesenvolvimento, síndromes genéticas, condições médicas (epilepsia ou

paralisia cerebral), ou histórico de exposição ambiental (síndrome congênita associada ao Zika vírus, síndrome alcoólica fetal ou baixo peso ao nascer).

() Sim

() Não

5. Se sim, por favor descreva brevemente qual o diagnóstico de seu(sua) filho(a).

6. Qual etapa escolar seu(sua) filho(a) frequenta nesse momento?

() Ainda não frequenta creche/escola

() Creche/Educação Infantil

() Ensino Fundamental

7. Considerando a recente experiência de distanciamento social (quarentena) vivida no Brasil, qual a modalidade de acesso às aulas que seu(sua) filho(a) tem nesse momento?

() Ainda não frequenta creche/escola

() Aulas presenciais

() Aula à distância (on-line)

() Não está tendo aula no momento

8. Seu(sua) filho(a) reside com você?

() Sim () Não

9. Seu(sua) filho(a) é:

() Filho(a) único(a)

() Filho(a) mais novo(a)

() Filho(a) do meio

() Filho(a) mais velho

10. Quantos irmãos ele(a) tem? (Se a criança não tem irmãos, escreva **NÃO abaixo)**

11. Os irmãos de seu(sua) filho(a) moram com ele(a)?

() Sim

() Não

() Parte sim, parte não

() Não se aplica

SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS DA FAMÍLIA

Assinale nas questões que seguem as alternativas que melhor correspondem a sua configuração familiar atual.

1. Como você descreve a família em que vive agora, com a criança focal?

- () Família heteroaferiva (pais de sexo diferentes)
- () Família homoaferiva (pais com o mesmo sexo)
- () Família monoparental (somente um cuidador morando com a criança-focal)
- () Família biparental (dois cuidadores morando com a criança-focal)
- () Família mononuclear (a criança tem somente uma casa)
- () Família multinuclear (a criança tem outro cuidador – pai ou mãe – que residem em outra casa)

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Qual sua relação com a criança: () Pai biológico () Pai adotivo

() Padrasto

2. Qual a sua cidade de residência: _____

3. Há quanto tempo (em anos) você reside nessa cidade? _____

4. Qual sua idade? _____

5. Qual seu estado civil?

- () Casado
- () Separado ou divorciado
- () Solteiro
- () Viúvo

6. Qual é a sua raça (ou cor de pele)?

- () Branca
- () Parda
- () Preta
- () Indígena
- () Amarela

Outra (especifique): _____

7. Qual sua religião?

- () Católica

Evangélica

Adventista

Espirita

Ateia

Outra (especifique): _____

8. Quantas vezes você frequenta atividades religiosas (Por ex: missa, culto, encontro, palestra)?

Nunca Uma vez por ano Uma vez por mês Duas ou três vezes por mês

Uma vez por semana Mais de uma vez por semana

9. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (responda em reais): -

10. Qual sua escolaridade? (assinale a mais alta que você já completou)

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Técnico

Ensino Superior (Graduação)

Pós-graduação profissional (Especialização)

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

11. Você vive com alguma doença crônica e/ou deficiência? Sim Não

11.1. Se você respondeu SIM na pergunta acima, por favor, indique qual a doença crônica e/ou deficiência você vive com:

-

12. Considerando a recente experiência brasileira com a Covid-19 (Novo Coronavírus), você e sua família estão ou estiveram em isolamento social (quarentena)?

Sim, por um período prolongado

() Sim, apenas por alguns dias

() Não

13. Você realiza ou já realizou acompanhamento psicoterápico (com psicólogo/a)? () Sim () Não

13.1 Se você respondeu SIM na pergunta acima, por favor, indique por quanto tempo realiza ou realizou acompanhamento (especifique se são anos ou meses): _____

Se você respondeu NÃO, escreva o número 0

14. Você realiza ou já realizou acompanhamento psiquiátrico? () Sim () Não

15. Você utiliza algum medicamento receitado para questões psicológicas (ansiedade, depressão, dependência química, esquizofrenia e/ou outros)? () Sim () Não

16. Incluindo você, quantas pessoas (adultos e crianças) moram em sua casa?

17. Quem vive na sua casa? (Se necessário, assinale mais de uma opção)

() Moro sozinho

() Meu companheiro ou companheira

() Filho(s) biológico(s)

() Filho(s) adotivo(s)

() Enteado(s)

() Outras crianças e jovens menores de 18 anos (ex. de criação, filhos de parentes e amigos)

() Outros parentes adultos

() Amigos adultos

18. Com quem você pode contar para cuidar de seu(sua) filho(a) em sua ausência? Obs: Se tiver mais de uma pessoa, indique a que mais te ajuda cuidar da criança. Indique a **relação dessa pessoa com a criança**: mãe, avó, irmão, etc.: _____

19. Em uma semana típica, quais são os dias que você é responsável por cuidar da criança? (Se você e sua família estão em distanciamento social, responda pensando sobre a rotina **ANTES** desse período).

Segunda-feira Terça-feira Quarta-feira Quinta-feira Sexta-feira
 Sábado Domingo

20. Nesses dias, quantas horas por dia (aproximadamente) você é responsável pelos cuidados com a criança? Considere apenas as horas em que você está presente com ela, descontando horário escolar e de sono.

- Entre 2 e 4 horas
 Entre 4 e 8 horas
 Mais de 12 horas por dia

21. Nessas horas, tem mais alguém que se responsabiliza pela criança junto com você?

- Sim, sempre
 Sim, às vezes
 Não

22. Quantas horas diárias você utiliza para:

- Sono (média de horas por noite): _____
- Atividade física: _____
- Trabalho remunerado: _____
- Trabalho doméstico: _____
- Lazer: _____

23. Sua família de origem (pais, irmãos, avós, etc.) reside na mesma região (mesma cidade ou cidades vizinhas) que você?

- Sim Não

24. Qual o estado civil de seus pais biológicos (Caso um ou ambos os pais sejam falecidos, assinalar a opção que melhor corresponde quando estavam vivos)?

- Casados Divorciados ou separados

ADOÇÃO

Vamos fazer algumas perguntas a respeito da adoção de seu(sua) filho(a).

1. Quantos anos a criança tinha quando você a adotou? _____

2. A criança já passou por devoluções antes de ser adotada por você?

Sim Não

FAMÍLIA SOLO**1. Qual a opção melhor representa o fato de você ser o principal responsável pela criança?**

- () Sou divorciado ou separado do outro responsável pelo meu(minha) filho(a)
- () Sou viúvo
- () Sou pai adotivo
- () Produção independente (por meio de barriga solidária)
- () Outro (especifique): _____

FAMÍLIA DIVORCIADA

Você assinalou que está divorciado ou separado do outro responsável legal da criança. Pedimos que responda mais algumas questões sobre isso.

1. Há quanto tempo você está divorciado/separado? (especifique se são meses ou anos):_____**2. Qual o tipo de guarda estipulada?**

- () Não estipulamos guarda
- () Unilateral para o pai
- () Unilateral para a mãe
- () Guarda compartilhada (divisão igualitária de responsabilidades entre pai e mãe)

3. Qual o regime de visitação do genitor não-guardião?

- () A visitação é livre, combinada conforme disponibilidade dos dois
- () Todo fim de semana
- () A cada 15 dias, nos fins de semana
- () Outro (especifique): _____

4. Quantos anos tinha a criança quando vocês se separaram/divorciaram? -

5. Você se casou novamente?

- () Sim, **atualmente** estou casado com outra pessoa
- () Não, não recasei

APÊNDICE D – VERSÕES LONGA, BREVE E MUITO BREVE DO IMP

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
1. Comemoro com meu/minha filho/a quando ele/a está feliz, tranquilo e/ou confiante.	✓	X	X	CA
2. Incentivo meu/minha filho/a a realizar até o fim as atividades que começa (brincadeira, jogos, tarefas).	✓	X	X	ES
3. Recompensar o bom comportamento do/a meu/minha filho/a.	X	X	X	X
4. Acalmo meu/minha filho/a quando ele/a fica ansioso/a e/ou com medo.	✓	✓	✓	RD
5. Se necessário dou palmada e/ou utilizo de força física quando meu/minha filho/a se comporta mal.	✓	✓	✓	COE
6. Identifico os limites (emocionais, físicos, durante as atividades e/ou tarefas) de meu/minha filho/a e procuro respeitá-los.	✓	X	X	CA
7. Converso com meu/minha filho/a e escuto sua opinião sobre temas difíceis (morte, sexualidade, drogas).	✓	X	X	COR
8. Acudo meu/minha filho/a quando ele/a se machuca.	✓	✓	X	RD
9. Chamo a atenção de meu/minha filho/a quando ele/a me desobedece.	X	X	X	X
10. Encorajo meu/minha filho/a a ter momentos de interação com outras crianças e/ou adultos.	✓	X	X	ES
11. Converso e argumento com meu/minha filho/a quando ele/a se comporta mal.	X	X	X	X
12. Quando meu/minha filho/a tem dificuldade para resolver conflitos com outras crianças, eu o/a encorajo a continuar buscando soluções.	✓	✓	✓	ES
13. Tento saber de meu/minha filho/a se algo está errado ou o/a incomodando.	X	X	X	X
14. Permito que meu/minha filho/a faça coisas em que ele/a corre pequenos riscos de se machucar.	X	X	X	X

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
15. Digo que vou punir/castigar ou retirar algo de meu/minha filho/a caso me desobedeça, mas acabo não fazendo.	✓	✓	✓	IN
16. Incentivo meu/minha filho/a a treinar e/ou praticar esportes.	✓	X	X	ES
17. Dou atenção ao meu/minha filho/a quando ele/a está doente.	✓	✓	✓	RD
18. Certifico-me que meu/minha filho/a que tenha uma vida escolar adequada (Ex: aprendizagem, relações sociais).	X	X	X	X
19. Demonstro meus sentimentos e explico ao/a meu/minha filho/a porque estou chateado/a, triste, cansado/a de uma maneira que ele/a consiga compreender.	✓	X	X	COR
20. Encorajo meu/minha filho/a a participar de brincadeiras agitadas (lutas e perseguições) comigo e/ou com amigos/as.	X	X	X	X
21. Incentivo meu/minha filho/a a continuar um jogo mesmo se estiver perdendo.	✓	✓	X	ES
22. Tenho regras rígidas para meu/minha filho/a.	X	X	X	X
23. Elogio e/ou agradeço quando meu/minha filho/a se comporta bem e/ou tem um ato educado.	X	X	X	X
24. Considero as opiniões de meu/minha filho/a ao estabelecer a rotina diária de nossa família.	✓	X	X	CA
25. Perco a paciência e/ou grito com meu/minha filho/a quando ele/a me desobedece.	✓	✓	✓	COE
26. Incentivo meu/minha filho/a a aprender coisas novas.	✓	✓	✓	ES
27. Parabenizo meu/minha filho/a quando ele/a tenta ou consegue fazer algo.	✓	✓	✓	CA
28. Certifico-me que minha casa seja um ambiente seguro para meu filho (oferece condições adequadas de higiene e de prevenção de acidentes).	✓	✓	X	CB
29. Dou broncas e faço críticas negativas para meu/minha filho/a melhorar seu comportamento.	✓	X	✓	COE

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
30. Mantenho conversas alegres e/ou divertidas com meu/minha filho/a.	✓	✓	X	CA
31. Certifico-me de levar coisas necessárias (alimento, roupas, brinquedos) ao/a meu/minha filho/a quando saímos de casa.	✓	X	X	CB
32. Deixo meu/minha filho/a escolher suas brincadeiras quando passeamos (Ex: parque, praia, clube).	X	X	X	X
33. Incentivo meu/minha filho/a a fazer atividades físicas (Ex: subir em árvores, andar de skate e/ou bicicleta, correr, jogar bola, pular corda).	✓	✓	X	ES
34. Converso com meu/minha filho/a sobre as razões que me levaram a perder a paciência com ele/a.	✓	✓	X	COR
35. Retiro algo de meu/minha filho/a caso me desobedeça (brinquedo, passeio, direitos).	X	X	X	X
36. Consolo meu/minha filho/a quando ele/a fica triste e/ou chateado/a.	✓	✓	✓	RD
37. Incentivo meu/minha filho/a a pensar e falar sobre as consequências de seus atos e/ou comportamentos.	✓	✓	✓	COR
38. Brinco e me divirto com meu/minha filho/a.	✓	X	X	CA
39. Faço a vontade de meu/minha filho/a quando ele/a faz birra.	✓	✓	✓	IN
40. Ensino meu/minha filho/a a identificar e expressar adequadamente seus sentimentos e emoções.	✓	✓	✓	COR
41. Intervenho quando meu/minha filho/a dá sinais de dificuldade e/ou desconforto.	✓	✓	X	RD
42. Sou tranquilo/a e flexível ao estabelecer limites para meu/minha filho/a.	X	X	X	X
43. Encorajo meu/minha filho/a a expressar sua opinião mesmo que seja diferente da minha.	✓	✓	X	COR
44. Certifico-me que meu/minha filho/a tenha condições adequadas de sono.	✓	✓	✓	CB

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
45. Incentivo meu/minha filho/a a fazer o melhor que ele/a pode, a ultrapassar seus limites.	✓	X	X	ES
46. Explico ao meu/minha filho/a os motivos pelos quais ele/a está sendo punido/a ou castigado/a.	X	X	X	X
47. Deixo de repreender meu/minha filho/a por medo que ele/a não goste mais de mim.	✓	✓	✓	IN
48. Envolve-me na rotina de alimentação de meu/minha filho/a.	✓	✓	X	CB
49. Envolve-me em brincadeiras educativas com meu/minha filho/a (Ex: cantar, dançar, ouvir música, contar histórias, ler livros, montar quebra-cabeça ou jogos de encaixe, jogar jogos de tabuleiro, etc.).	✓	X	X	CA
50. Não permito que meu/minha filho/a questione as minhas decisões.	✓	✓	X	COE
51. Converso com meu/minha filho/a sobre a importância de seguir certas regras.	✓	X	X	COR
52. Digo ao/a meu/minha filho/a que ele/a deveria se sentir mal (Ex: culpado/a e/ou envergonhado/a) por se comportar mal.	✓	✓	X	COE
53. Incentivo meu/minha filho/a a fazer coisas que ele/a acha difíceis.	✓	✓	✓	ES
54. Incentivo que meu/minha filho/a tome decisões por conta própria quando lhe dou opções de escolha (Ex: você quer cantar ou ouvir história?).	✓	✓	✓	CA
55. Certifico que eu e meu/minha filho/a tenhamos momentos de afeto juntos.	✓	✓	✓	CA
56. Se meu/minha filho/a se mete em encrenca, o/a encorajo a resolver o problema por conta própria.	X	X	X	X
57. Suborno meu/minha filho/a para que ele/a me obedeça e/ou se comporte bem.	✓	✓	X	IN
58. Converso com meu/minha filho/a sobre como eu espero que ele/a se comporte (Ex: super/mercado, casa de	✓	X	X	COR

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
parentes) ao invés de repreendê-lo/a depois.				
59. Peço desculpas a meu/minha filho/a quando percebo que poderia ter agido de forma diferente com ele/a.	✓	X	X	COR
60. Certifico-me que as atividades que meu filho escolhe por conta própria sejam adequadas e seguras.	✓	✓	✓	CB
61. Estabeleço e cumpro os combinados com meu/minha filho/a.	✓	X	X	CA
62. Levo meu/minha filho/a aos profissionais da saúde quando ele/a tem necessidade.	✓	X	X	CB
63. Envolver-me na rotina escolar de meu/minha filho/a (Ex: trabalhos, tarefas de casa, estudos).	✓	✓	✓	CB
64. Deixo meu/minha filho/a tomar decisões por conta própria.	X	X	X	X
65. Ignoro e não demonstro afeto ao/a meu/minha filho/a quando ele/a se comporta mal.	X	X	X	X
66. Providencio vestimenta necessária a meu/minha filho/a.	✓	✓	X	CB
67. Ajudo meu/minha filho/a a lidar com sentimentos de frustração e/ou raiva.	✓	✓	✓	COR
68. Ajusto as regras para meu/minha filho/a conforme sua idade.	✓	X	X	CA
69. Quando meu/minha filho/a faz algo que desaprovo, deixo passar e não o/a repreendo ou dou castigo.	✓	✓	X	IN
70. Envolver meu/minha filho/a em atividades domésticas diárias (Ex: cuidar de animais de estimação, colocar a mesa, arrumar a cama, regar as plantas, tirar o lixo).	X	X	X	X
71. Dou carinho ao/a meu/minha filho/a (abraço, beijo, colo, cafuné, mimo).	✓	✓	X	CA
72. Faço questão de demonstrar ao/a meu/minha filho/a quão envergonhado/a fico quando ele/a se comporta mal.	X	X	X	X
73. Incentivo meu/minha filho/a a pensar e refletir sobre sua vida.	X	X	X	X

	Longa	Breve	Muito breve	Dimensão do IDP
74. Envolver-me na rotina de higiene de meu/minha filho/a.	X	X	X	X
75. Aviso meu/minha filho/a antes que uma mudança de atividade seja necessária para que ele/a possa se organizar (Ex: Temos mais 10 minutos para você brincar, depois vamos embora).	✓	X	X	COR
76. Certifico-me que meu/minha filho/a tenha momentos lazer e brincadeira em sua rotina.	X	X	X	X
77. Levo em conta os gostos de meu/minha filho/a quando faço planos para a família.	✓	X	X	CA
78. Converso com meu/minha filho/a sobre como me sinto em relação aos seus bons e maus comportamentos.	✓	X	X	COR

Nota. CA = Confirmação afetiva; CB = Cuidados Básicos; COR = Corregulação; RD = Responsividade; ES = Estimulação; COE = Coerção; IN = Inconsistência; ✓ = Retido; X = Excluído.

ANEXOS²

² Por questão de direitos autorais, os ANEXOS A, B, C D e E foram retirados para publicação da tese.